

JOSÉ DE FREITAS SANTOS

**DETERMINANTES ESTRUTURAIS DO  
INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO  
EM PORTUGAL**

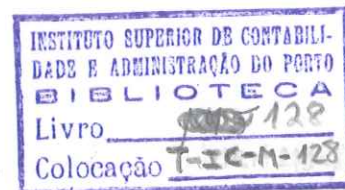
*Oferta ao Instituto  
em 17/02/94  
J. Freitas Santos*

**Dissertação apresentada à Universidade do Minho como  
requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em  
Estudos Europeus**

**Área de Especialização: Estudos Económico-Sociais**

**Área Específica de Enquadramento: Economia Regional**

**Orientador: Prof. Doutor José António Cadima Ribeiro**



**Escola de Economia e Gestão  
Universidade do Minho  
BRAGA**

1993

*À memória do meu pai*

## AGRADECIMENTOS

A investigação que conduziu à elaboração do presente trabalho dificilmente poderia ter sido concretizada sem a colaboração de várias pessoas. Na impossibilidade de mencionar todas elas, destacam-se apenas alguns nomes.

Em primeiro lugar, a minha mais profunda gratidão é endereçada ao professor Cadima Ribeiro pela sua preciosa orientação e o seu permanente incentivo, a par com a disponibilidade que sempre manifestou para acompanhamento e colaboração nas comunicações apresentadas nos seminários que ocorreram em Marrocos, Braga e Porto.

Ao professor Jean-Paul Carrière e Dr. Garcia Velasco pelas pertinentes sugestões e comentários que tive oportunidade de recolher nas conversas mantidas no decurso do seminário do GREBAM e em correspondência trocada numa fase posterior.

Ao professor Pedro Portugal pela ajuda prestada na realização do trabalho informático.

A finalizar, uma palavra de agradecimento a todos os anónimos que contribuíram com comentários e questões nos seminários onde foram apresentadas algumas partes deste trabalho.

# ÍNDICE

## RESUMO

## LISTA DE QUADROS E FIGURAS

INTRODUÇÃO.....	1
<b>CAPITULO 1. TEORIAS DOS DETERMINANTES DO IDE.....</b>	<b>4</b>
1.1. Abordagens influenciadas pela hipótese da concorrência perfeita.....	4
1.1.1. Teoria do investimento internacional de carteira.....	4
1.1.2. Teoria do comércio internacional.....	6
1.1.3. Teoria da localização da indústria.....	7
1.2. Abordagens radicadas na hipótese de imperfeição nos mercados.....	9
1.2.1. Teoria das vantagens monopolísticas do IDE.....	9
1.2.1.1. IDE horizontal.....	10
1.2.1.1.1. Ciclo de vida do produto.....	11
1.2.1.1.2. Vantagens de conhecimento.....	13
1.2.1.1.3. Vantagens financeiras.....	14
1.2.1.2. IDE vertical.....	14
1.2.2. Teoria da internalização.....	15
1.2.3. Teoria ecléctica.....	17
1.3. Nota de síntese.....	19
<b>CAPITULO 2. DETERMINANTES ESTRUTURAIS DO IDE:</b>	
<b>CONTRIBUIÇÕES EMPÍRICAS.....</b>	<b>21</b>
2.1. Atributos das regiões.....	22
2.2. Características da indústria ou sector industrial.....	26
2.3. Características das empresas estrangeiras.....	30

## CAPITULO 3. PANORÂMICA DO IDE INSTALADO EM PORTUGAL

(1981/1990).....	35
3.1. Alguns aspectos históricos do IDE português .....	36
3.1.1. 1974/1985 .....	36
3.1.2. 1986/1990 .....	39
3.2. Principais características do IDE português .....	41
3.2.1. Países de origem do investimento.....	41
3.2.2. Orientação sectorial.....	43
3.2.3. Distribuição regional .....	48
3.3. Empresas de capital ou participação estrangeira .....	55
3.3.1. Localização regional .....	55
3.3.2. Orientação sectorial.....	57
3.3.3. Níveis de participação e origem do capital.....	60
CAPITULO 4. ESTUDO DE CASO: DETERMINANTES REGIONAIS DO IDE.....	63
4.1. Amostras .....	63
4.1.1. Restrições das amostras .....	65
4.1.2. Características das amostras.....	66
4.1.2.1. INE.....	66
4.1.2.2. IFQUATRO .....	68
4.2. Metodologia .....	70
4.2.1. Especificação do modelo.....	71
4.2.1.1. Variáveis dependentes.....	72
4.2.1.2. Variáveis independentes.....	72
4.3. Análise e apresentação dos resultados .....	76
4.3.1. Comentário aos resultados obtidos a partir da amostra do INE .....	76
4.3.2. Comentário aos resultados obtidos a partir da amostra do IFQUATRO.....	79



<b>CAPITULO 6. ESTUDO DE CASO: DETERMINANTES ESPECIFICOS</b>	
<b>DA EMPRESA.....</b>	<b>105</b>
6.1. Amostras .....	105
6.2. Metodologia.....	107
6.3. Estudo das características da empresa estrangeira .....	109
6.3.1. Dimensão .....	109
6.3.2. Intensidade do factor trabalho .....	112
6.3.3. Rentabilidade.....	112
6.3.4. Propensão exportadora.....	113
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>114</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>117</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>130</b>

## RESUMO

O estudo dos determinantes estruturais do Investimento Directo Estrangeiro permitiu constatar que no caso português se afiguram factores relevantes na atracção de empresas estrangeiras para as regiões a densidade populacional, o produto interno bruto, os equipamentos sociais e de apoio à actividade económica, a acessibilidade, o dinamismo económico e a disponibilidade e qualificação da mão-de-obra.

A um nível sectorial as variáveis propensão multinacional, conteúdo tecnológico e dimensão do mercado, foram, por seu turno, as que evidenciaram um comportamento mais expressivo quando se tratou de explicar a predilecção das empresas estrangeiras por sectores industriais particulares.

No perfil das empresas estrangeiras saem destacados a dimensão e a propensão exportadora, características que parecem capazes de influenciar a localização regional destas empresas.

## RÉSUMÉ

L'étude des déterminants structureux de l'investissement direct étranger a permis de constater que, dans le cas portugais, il y a des facteurs relevant qui se détachent pour l'attrait des entreprises étrangères vers les régions: densité de la population, produit interne brut, équipements sociaux et d'appui à l'activité économique, accessibilité, dynamisme économique, disponibilité et qualification de la main d'oeuvre.

Au niveau sectoriel, les variables: propension multinationale, contenu technologique et dimension du marché ont révélé, à leur tour, un comportement plus expressif quand il s'agissait d'expliquer la préférence des entreprises étrangères par des secteurs industriels particuliers.

En ce qui concerne le profil des entreprises étrangères, la dimension et la propension exportatrice ont eu un certain relief: ces caractéristiques ont fait preuve qu'elles étaient capables d'influencer la localisation régionale des ces entreprises.

# LISTA DE QUADROS E FIGURAS

## QUADROS

Quadro I	— Evolução do IDE (1981/1985) .....	38
Quadro II	— Evolução do IDE (1986/1990) .....	40
Quadro III	— Origem do I.D.E. realizado em Portugal (1981/1990).....	42
Quadro IV	— Orientação sectorial do I.D.E. realizado (1981/1990).....	44
Quadro V	— Aplicação do I.D.E. (1981/1990).....	47
Quadro VI	— Distribuição regional do I.D.E. autorizado, por sectores (1990).....	50
Quadro VII	— Distribuição regional do I.D.E. autorizado, na indústria transformadora (1990).....	52
Quadro VIII	— Aplicação regional do I.D.E. autorizado (1990).....	54
Quadro IX	— Distribuição regional das empresas de capital ou participação estrangeira ....	56
Quadro X	— Repartição sectorial das empresas de capital ou participação estrangeira .....	58
Quadro XI	— Nacionalidade do capital das empresas estrangeiras.....	62
Quadro XII	— Resultados do trabalho econométrico para os determinantes regionais (INE, 1991).....	77
Quadro XIII	— Resultados do trabalho econométrico para os determinantes regionais (IFQUATRO, 1991).....	80
Quadro XIV	— Resultados do trabalho econométrico para a indústria transformadora (INE, 1991).....	94
Quadro XV	— Resultados do trabalho econométrico para as indústrias têxteis, do vestuário e do couro (INE, 1991).....	96
Quadro XVI	— Resultados do trabalho econométrico para as indústrias da fabricação de produtos metálicos e de máquinas, equipamento e material de transporte (INE, 1991).....	98

Quadro XVII	— Resultados do trabalho econométrico para a indústria transformadora (IFQUATRO, 1991).....	100
Quadro XVIII	— Resultados do trabalho econométrico para as indústrias químicas dos derivados do petróleo e do carvão e dos produtos de borracha (IFQUATRO, 1991).....	102
Quadro XIX	— Resultados do trabalho econométrico para as indústrias da fabricação de produtos metálicos e de máquinas, equipamento e material de transporte (IFQUATRO, 1991).....	104

## FIGURAS

Figura 1	— Distribuição distrital do I.D.E. autorizado (1990).....	48
Figura 2	— Níveis de participação nas empresas de capital estrangeiro.....	60

## INTRODUÇÃO

O investimento directo estrangeiro (IDE) em Portugal sofreu um rápido incremento na última década, com especial acentuação após a adesão do país à Comunidade Europeia em 1986.

Se bem que este investimento tenha eleito como destino preferencial o sector dos bancos e outras instituições financeiras (seguros, operações sobre imóveis e serviços prestados às empresas), a actividade industrial comunga, não obstante, deste afluxo geral. No sector da indústria transformadora destacam-se alguns subsectores ligados à fabricação de produtos metálicos, máquinas, equipamentos e material de transporte, aos têxteis, vestuário e couro, aos produtos químicos e às indústrias da alimentação, bebidas e tabaco.

Quando se lhe considera a orientação regional, entretanto, é claro um inviesamento a favor de um número restrito de regiões, onde pontificam as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e algumas áreas litorais de tradição industrial como Aveiro, Braga, Leiria e Setúbal.

Tendo em vista encontrar elementos de explicação para as opções de localização das empresas industriais de capital ou participação estrangeira, o presente trabalho propõe-se estabelecer um paralelo entre os factores de atractividade das regiões do Continente e as orientações sectoriais encontradas para o IDE. Propõe-se, ainda, verificar a existência ou não de racionalidades distintas em função do perfil da empresa estrangeira.

Com esse propósito se organizou a presente investigação que se divide em duas grandes partes.

A primeira parte procura enquadrar teoricamente a problemática dos determinantes estruturais do IDE no contexto internacional. Porém, privilegia-se o enfoque regional, com vista a adaptar a estrutura de análise ao estudo do caso português.

O primeiro capítulo é dedicado à inventariação das principais teorias que visam esclarecer as razões e/ou motivações que conduzem um empresário com interesses económicos sedeados no seu país a procurar no exterior um local para implantar a sua unidade industrial. No final deste capítulo, é preconizado um quadro teórico de apoio ao estudo que se procura empreender e que do ponto de vista da problemática da localização das actividades industriais externas se afigurou pertinente.

O segundo capítulo é uma extensão do capítulo anterior já que se centra nas contribuições empíricas sobre os atributos a reunir pelas regiões tendo em vista dotá-las de atractividade para o investimento em geral, e para a iniciativa empresarial externa em particular. Por outro lado, procede à recensão das características dos sectores que mais frequentemente captam o investimento estrangeiro. Finalmente, a própria postura da empresa estrangeira é analisada por referência à sua relação com o meio de acolhimento.

O terceiro capítulo, para além da abordagem de alguns aspectos históricos do investimento estrangeiro e das empresas de capital ou participação estrangeira em Portugal no período compreendido entre 1981 e 1990, fornece elementos que ajudam a caracterizar o IDE seja do ponto de vista do país de proveniência do capital, da orientação sectorial escolhida ou do seu ordenamento espacial.

Na segunda parte, desenvolve-se o teste empírico aos determinantes estruturais do ordenamento espacial do investimento estrangeiro na indústria transformadora portuguesa. Ainda que por questões metodológicas a análise seja efectuada separadamente, os três capítulos desta parte devem ser encarados como complementares e considerados como contribuições parcelares para a explicação do mesmo fenómeno.

Com o quarto capítulo inicia-se o estudo empírico dos determinantes regionais do IDE. A partir de um modelo de regressão múltipla pretende-se

colocar em evidência alguns dos factores cuja presença nas regiões nacionais se mostra susceptível de mobilizar o interesse dos empresários que se envolvem em actividades industriais fora do seu país.

No quinto capítulo, continua o estudo dos determinantes do IDE, contemplando-se, agora, os sectores da indústria transformadora. O modelo escolhido avalia a sensibilidade manifestada pelas suas variáveis face a alguns dos sectores.

O último capítulo, completa o estudo dos determinantes do IDE, debruçando-se sobre algumas das características intrínsecas à empresa de capital ou participação estrangeira. A identificação das mais relevantes contribui para traçar o perfil destas empresas.

A finalizar, são recolhidas e sintetizadas as principais conclusões que foram sendo aventadas ao longo do trabalho.

## **CAPITULO 1**

### **TEORIAS DOS DETERMINANTES DO IDE**

A revisão da literatura respeitante às teorias sobre o investimento estrangeiro que nos propomos empreender reteve apenas as propostas que se situam dentro do referencial económico. Quer isto dizer que as aproximações de cariz político-ideológico (teoria neo-imperialista), sócio-psicológica (teoria comportamental) ou, mesmo, histórico não foram consideradas, por demasiado conotadas com objectivos alheios aos do presente trabalho.

Por outro lado, cumpre anotar a propósito deste capítulo que foram tomadas como referências bibliográficas fundamentais na inventariação do estado da arte obras de autores como BUCKLEY e CASSON (1976), HOOD e YOUNG (1979), DUNNING (1973, 1981 e 1988), CALVET (1981), CASSON (1982), TAVEIRA (1984), BONIN (1987), BUCKLEY (1989 e 1990) e ROOT (1990).

#### **1.1. ABORDAGENS INFLUENCIADAS PELA HIPÓTESE DA CONCORRÊNCIA PERFEITA**

##### **1.1.1. Teoria do investimento internacional de carteira**

Um dos contributos mais destacados para a explicação dos movimentos de capital em direcção a praças internacionais é veiculado por este enquadramento teórico.

Partindo da assumpção implícita de que podem ocorrer desequilíbrios no mercado, reconhece que os capitais respondem "às diferenças de taxas de juro

entre os países", estando assim "na origem do movimento internacional de capitais" (ROOT, 1990, p. 620). O que importa, pois, a esta teoria é a relativa abundância de capital num país e o concomitante reflexo que tem na baixa taxa de juro, que induz os investidores desse país a procurarem em países estrangeiros melhor remuneração para os seus capitais. Os movimentos internacionais de capitais continuarão até que o mercado volte a estabilizar e as diferenças de taxa de juro entre os países sejam de tal modo mínimas que não encorajem o movimento internacional de capitais.

Esta teoria explica em grande medida os movimentos de capital de carteira e de curto prazo, onde o montante da remuneração do capital é importante mas carece de plausibilidade na justificação dos movimentos de IDE. Com efeito, estes movimentos encontram-se mais relacionados com a exploração das imperfeições de mercado do que com a consideração exclusiva do montante da remuneração do capital investido. Senão como explicar "a coexistência simultânea de entradas e saídas de IDE no mesmo país; a existência de fluxos de IDE nas duas direcções entre países; o envolvimento das empresas transformadoras e financeiras nas operações de investimento; a concentração clara de IDE em certas indústrias" (TAVEIRA, 1984, p. 11). Apesar das debilidades referidas, esta estrutura de análise consegue explicar os movimentos de IDE até finais de 1950 e alguns tipos de investimento actual, designadamente, "os fluxos tradicionais de investimento dos EUA para a América do Sul, os investimentos do Reino Unido para a África e o investimento americano e britânico para a Ásia e região do Pacífico" (TAVEIRA, 1984, p. 12).

### 1.1.2. Teoria do comércio internacional

Os pressupostos demasiado restritivos em que originalmente esta teoria assentava a sua estrutura de análise, retiravam credibilidade à observação dos movimentos internacionais de IDE. A consagração, por exemplo, do pressuposto da imobilização completa dos factores de produção nega a possibilidade dos capitais circularem entre os países. Um maior realismo seria obtido caso algumas condições fossem suprimidas, porque a provável existência de diferenças de tecnologia entre os países seria suficiente para gerar diferenças de produtividade nos factores de produção e, portanto, no seu preço relativo, relançando-se a troca desses factores entre os países.

Apesar das evoluções e melhoramentos introduzidos na estrutura original do modelo de HECKSHER-OHLIN (H&O), foi só após a publicação do estudo empírico de LEONTIEF que levou à descoberta do célebre paradoxo usualmente referenciado sob o seu nome, que se revelou primordial descobrir novos factores justificativos para o comércio internacional. As vantagens tecnológicas, as economias de escala, os recursos naturais e o capital humano emergiram então como novos factores explicativos, sendo objecto de desenvolvimentos que desembocaram no alargamento do modelo de H&O (teoria neo-factorial) e no prolongamento da abordagem ricardiana (teoria neo-tecnológica).

As teorias neo-factoriais vão conferir ao "capital humano" e aos recursos naturais um papel complementar na definição das vantagens comparativas dos países. A menção às qualificações profissionais da mão de obra nos países e à sua dotação em recursos naturais, para além de estar na base de alguns tipos de comércio (comércio de alta tecnologia, por exemplo), justifica também alguns movimentos de IDE para exploração de vantagens específicas que os países detêm (custos de mão de obra reduzidos, recursos naturais).

As teorias neo-tecnológicas, por seu turno, admitem imperfeições no mercado, resultantes da capacidade de inovação tecnológica das empresas, da obtenção de economias de escala na produção e da diferenciação do produto no mercado. Estas imperfeições observadas no mercado, desencadeiam situações temporárias de monopólio ou oligopólio que se traduzem em oportunidades de comércio intra-indústria ou de produção no estrangeiro (IDE).

As teorias do comércio internacional de RICARDO e H&O são inconsequentes na tentativa de explicar os fluxos internacionais de IDE. As reformulações posteriores, fornecem explicações parcelares para alguns tipos de IDE, mostrando-se incapazes de justificar o carácter "qualitativo" do investimento, isto é, das motivações subjacentes ao envolvimento do investidor em IDE por oposição ao de carteira.

Como alertava HYMER (1979, p. 45) as abordagens baseadas "no pressuposto geral dos economistas do comércio internacional favoráveis ao livre comércio e movimento de factores (...) não se aplicam ao IDE, porque a este estão associados, por inerência, efeitos anticoncorrenciais".

### **1.1.3. Teoria de localização da indústria**

Originária de um campo disciplinar bem diverso do das teorias precedentes, nem por isso esta teoria merece ser menos considerada do ponto de vista dos seus contributos para a compreensão do fenómeno do IDE.

Tomando por referência de partida a perfeita mobilidade dos factores dentro de um país, admite-se que os investimentos se vão localizar nas regiões onde os recursos fixos (recursos naturais, eventualmente secundados pela presença de economias de aglomeração) forem mais abundantes, disfrutando, por isso, de maiores produtividades. As diferenças nos "ratios" de produtividade

das diferentes regiões conduziriam, assim, à atracção dos investimentos para as mais bem dotadas e, simetricamente, à repulsão das menos favorecidas.

Na realidade, parece certo que as indústrias tenderão a localizar-se numa dada região se esta estiver adequadamente dotada de um conjunto de factores que vão desde os socio-culturais, políticos (sectoriais, regionais ou relacionados com o planeamento urbano ou rural e com condições para a protecção do meio ambiente e natureza) e de produção (trabalho, capital, terra, acesso a fontes de energia), até elementos da oferta e da procura (mercado de produtos finais, intermédios e matérias primas) e vantagens associadas a aglomerações industriais e urbanas. A intensidade destes factores é variável de região para região, assim como a sua importância relativa para as indústrias e as empresas.

A fundamentação teórica originária recolhe de WEBER, que vai pôr em destaque os custos de transporte do ponto de vista da decisão da localização das unidades produtivas. Noutra perspectiva, embora complementar da anterior, PALANDER envereda pela análise da "forma como os preços afectam as áreas de mercado potenciais sempre que, dado o local de produção e admitidas condições de concorrência, sejam conhecidos os custos de produção propriamente ditos e os transportes" (SIMÕES LOPES, 1987, p. 186). HOOVER, na sequência do trabalho desenvolvido por WEBER, introduz cambiantes de análise aos custos (considera os de transporte e produção) e aprofunda o estudo das forças de aglomeração. LÖSCH ao intentar a construção de uma teoria geral de localização, abandona o enfoque atribuído aos custos, debruçando-se sobre a influência que as forças de aglomeração exercem na localização da actividade industrial. Nesta linha de pensamento pode afirmar-se que as forças de aglomeração, consubstanciadas na disponibilidade de capital social público (transportes, gaz, electricidade, água, remoção de lixos, etc.), força de trabalho qualificada, facilidade de intercâmbio rápido de informação técnica e a interrelação de processos (especialização vertical e horizontal,

serviços auxiliares, etc.), constituem determinantes da localização das indústrias numa região.

A transladação destes princípios para a teoria dos determinantes do IDE, conduz à identificação de vantagens específicas de localização, em muito semelhantes às referidas por DUNNING na sua teoria eclética. Neste sentido, o IDE de certas empresas ou indústrias tenderia a concentrar-se nos países melhor dotados de recursos naturais, facilidades de transporte e de economias de aglomeração. Este raciocínio embora providencie justificações para certos tipos de IDE (casos de exploração de recursos naturais ou de mão de obra qualificada) deixa em suspenso, por exemplo, os motivos da localização do IDE em países menos desenvolvidos ou regiões desfavorecidas.

## **1.2. ABORDAGENS RADICADAS NA HIPÓTESE DE IMPERFEIÇÃO NOS MERCADOS**

### **1.2.1. Teoria das vantagens monopolísticas do IDE**

Os fundamentos básicos desta teoria remontam à tese de doutoramento de HYMER, apresentada em 1960, e ao seu orientador KINDLEBERGER. Uma das suas mais importantes virtudes no campo teórico é rejeitar liminarmente a hipótese de equilíbrio do mercado, e centrar toda a explanação da sua teoria na hipótese de se observarem imperfeições no mercado. Para HYMER (1979) as empresas que se envolvem em IDE actuam em mercados imperfeitos sendo imprescindível dispôr e manter vantagens líquidas sobre as empresas dos países onde se instalam. Por isso, o IDE é um produto da "estrutura de mercado oligopolista que existe em muitas indústrias" (HYMER, 1979, p. 174). KINDLEBERGER, por seu turno, refere que o desenvolvimento do IDE está

associado a "imperfeições no mercado de bens ou factores, incluindo-se entre os últimos a tecnologia ou algumas interferências na concorrência pelo governo ou empresas que fragmentam os mercados" (HOOD e YOUNG, 1979, p. 47). Estas imperfeições constatadas no mercado geram vantagens, potencialmente aproveitadas pelas empresas, através do seu envolvimento em investimentos no exterior, que mais do que compensam as desvantagens e riscos esperados de um ambiente estranho. Por isso, as "imperfeições de mercado nacionais e internacionais permitem à empresa multinacional conquistar vantagens monopolistas" ou oligopolistas "no mercado interno, e explorá-las através da produção no estrangeiro" (HOOD e YOUNG, 1979, p. 47).

As vantagens de carácter monopolista ou oligopolista compreendem a diferenciação de produtos, as marcas, patentes, "marketing", acordos de preços, capacidade de gestão, condições favoráveis de acesso aos mercados de capitais, economias de escala e de gama, políticas governamentais relativas a impostos, direitos aduaneiros, taxas de juro e de câmbio, etc.

Os desenvolvimentos posteriores desta teoria, refinam e alargam o estudo de algumas das fontes de vantagens e da influência destas sobre o comportamento estratégico das empresas.

#### **1.2.1.1. IDE horizontal**

Este tipo de investimento concretiza-se sempre que as empresas se envolvem na instalação de estabelecimentos no estrangeiro, para produzirem o mesmo produto ou produtos que já comercializavam no mercado nacional (IDE orientado para exploração de novos mercados). Trata-se, assim, de tentar conhecer as motivações susceptíveis de induzirem as empresas a produzir os mesmos produtos no exterior.

### 1.2.1.1.1. *Ciclo de vida do produto*

Um contributo fundamental que ajuda a clarificar as razões da produção internacional se verificar em países com graus de desenvolvimento distinto, é fornecido por VERNON (1971) no seu modelo de ciclo de vida do produto.

Este modelo comporta três fases distintas. Na primeira fase, "as empresas americanas geram novos produtos e processos em resposta ao alto nível de renda "per capita" e à disponibilidade relativa de factores produtivos nos Estados Unidos" (VERNON, 1971, p. 69). A presença no mercado local, nesta fase de lançamento do produto, é essencial pois o produto encontra-se ainda em pleno desenvolvimento sendo sensível às sugestões e modificações que o adaptem às características do mercado que visa atingir. O intercâmbio rápido e fácil de informações que se pretende estabelecer entre a empresa e todo o seu meio envolvente (clientes, fornecedores, consumidores, potenciais concorrentes, etc.) obriga à permanência no mercado local. Por outro lado, a inelasticidade da procura torna a empresa relativamente indiferente à consideração de custos de produção.

Quando o produto entra na fase de maturidade os novos produtos e processos são introduzidos nos mercados externos por meio de exportação ou IDE. A opção por cada uma destas alternativas é efectuada com base nos seus custos relativos. Na última fase do ciclo de vida o produto atinge a standardização, o que implica a perda das vantagens oligopolísticas inicialmente detidas, aconselhando a procura de localizações onde os custos de mão de obra sejam baixos, designadamente, nos países menos desenvolvidos.

Segundo VERNON, "as empresas produzem no estrangeiro no intuito de explorar uma vantagem monopolística real ou imaginada. Na ausência da percepção destas vantagens, as empresas mostram-se cautelosas ponderando

os custos e as incertezas que a construção de uma empresa no estrangeiro comporta" (VERNON, 1979, p. 255).

A reformulação do ciclo de vida do produto ocorre pela constatação do autor que "o modelo está perdendo parte da sua relevância para as empresas que há muito tempo possuem uma capacidade de visualização de oportunidades em todo o mundo e baseiam-se numa atitude mental internacionalista" (VERNON, 1971, p. 110). Por isso, na reformulação posterior do modelo, o produto é subestimado, ganhando relevância a análise do comportamento das empresas numa estrutura de mercado oligopolista. Dir-se-ia que depois de VERNON ter analisado o IDE horizontal com o ciclo de vida do produto, promove uma adaptação deste com vista a comportar uma explicação para o IDE vertical.

Na nova formulação do ciclo de vida do produto empreendida em 1974, o autor faz corresponder a primeira fase do seu ciclo do produto à capacidade de inovação da empresa e ao poder de mercado que lhe está associado. Chama-lhe por isso oligopólio baseado na inovação. Na fase de maturidade do oligopólio as estratégias de produto e de localização da produção são motivadas por movimentos defensivos dos oligopolistas rivais. As barreiras à entrada (economias de escala e de gama na produção, "marketing" e custos de transporte) são manipuladas de acordo com a reacção esperada dos rivais. Na última fase o oligopólio atinge o declínio, atenuando-se as pressões competitivas e as barreiras à entrada. Na decisão da escolha do local de produção prevalecem preocupações com os diferenciais de custos, menosprezando-se a proximidade dos mercados e as reacções dos oligopolistas rivais.

#### 1.2.1.1.2. *Vantagens de conhecimento*

Estas vantagens surgem da posse de tecnologia, informação, técnicas de gestão, capitais intangíveis e "know-how" que geram novos produtos e processos de fabrico, desenvolvem as aptidões de gestão, organização e "marketing", garantindo uma vantagem competitiva à empresa que as detêm em relação aos seus concorrentes. O incentivo para a empresa deter vantagens de conhecimento sobre as suas concorrentes advém do facto das inovações ou desenvolvimentos do conhecimento estarem protegidas por um sistema de protecção legal, que garante um poder de monopólio temporário a quem as possui, por utilização exclusiva desse conhecimento. Nas palavras de JOHNSON, "o conhecimento tem um carácter de bem público para a empresa" (HOOD e YOUNG, 1979, p. 49), mas o acesso a esse conhecimento por empresas estranhas implica custos demasiado altos ou até proibitivos. Um desenvolvimento posterior ao pensamento de JOHNSON, levado a cabo por MAGEE, sustenta que o conhecimento e a sua protecção são "as bases da posição de monopólio da empresa e dos seus correspondentes ganhos" (TAVEIRA, 1984, p. 16).

Próximo da vantagem tecnológica e decorrente da estrutura e comportamento do mercado oligopolista surge a proposta de CAVES. Para este autor, a detenção de conhecimento (técnico, gestão, "marketing", etc.) permite a criação de produtos física ou psicologicamente diferenciados dos concorrentes, donde resulta a possibilidade de obtenção de ganhos superiores aos que ocorreriam se os produtos da empresa não dispusessem de uma vantagem de conhecimento. A base para o IDE, segundo CAVES, resulta da "empresa com êxito produzindo produtos diferenciados, controlar o conhecimento num mercado e poder transferi-lo para outros mercados do seu produto a nenhum ou reduzido custo" (CAVES, 1971, p. 6).

### *1.2.1.1.3. Vantagens financeiras*

Numa perspectiva exclusivamente financeira, ALIBER (1971), refere que este tipo de vantagens têm que ver com o pressuposto da empresa estrangeira, oriúnda de uma área monetária forte, beneficiar supostamente de melhor posição no mercado internacional de capitais. Esta melhor posição adquirida deriva não só da circunstância de disfrutar de maior credibilidade junto das instituições financeiras internacionais mas, bem assim, dos prémios de risco que incidem sobre as taxas de juro dos empréstimos serem menores ou inexistentes.

Nesse enquadramento, as vantagens competitivas aparecem dado as empresas estrangeiras capitalizarem os seus ganhos potenciais associados às iniciativas de investimento externo a uma taxa superior à das empresas do país de acolhimento.

### *1.2.1.2. IDE vertical*

Nesta óptica, a empresa vai produzir nos mercados externos ou exportar para estes produtos intermédios. Aqueles que produz externamente e utiliza como factores de produção na sua empresa doméstica, resultam de uma integração a montante do processo produtivo (IDE orientado para a exploração de recursos naturais); aqueles que exporta e servem para a montagem ou acabamento do produto final a vender (filial de vendas ou de montagem), revestem a forma de uma integração a jusante do processo produtivo (IDE orientado para exploração de custos salariais reduzidos).

O recurso à integração vertical das empresas na esfera internacional visa proteger e perpetuar uma estrutura de mercado oligopolista. Por isso é que a

ênfase teórica das análises se acomoda à observação do comportamento oligopolista das empresas multinacionais no mercado internacional.

Vimos em 1.2.1.1.1, 1.2.1.1.2 e 1.2.1.1.3 algumas das fontes possíveis de vantagens competitivas para as empresas, deixando propositadamente de lado o modo como essas vantagens perduram e o poder de mercado é defendido das acções desencadeadas pelos oligopolistas rivais. A partir do desenvolvimento do seu modelo de oligopólio para as empresas multinacionais, KNICKERBOCKER (1973), valoriza o estudo dos comportamentos estratégicos das empresas multinacionais num mercado eminentemente oligopolista. Por isso, a decisão de IDE é encarada: pelas empresas investidoras, como mais um factor gerador de vantagens concorrenciais acrescidas; pelas empresas concorrentes, como uma ameaça potencial a que é preciso opôr-se, sob pena de verem afectada a sua posição no mercado internacional. Assim, alguns movimentos internacionais de IDE justificar-se-iam não como elementos integrantes das estratégias das empresas multinacionais, mas como reacções instintivas de defesa a investimentos externos realizados por empresas multinacionais rivais.

### **1.2.2. Teoria da internalização**

A empresa multinacional que se envolve em produção no estrangeiro possui um ou mais atributos que a colocam em posição de superioridade face à generalidade das outras empresas. Essa preponderância advem-lhe da detenção de um património de activos que são o resultado de investimentos anteriores efectuados em investigação e desenvolvimento, e na construção de uma rede própria de transmissão de informações que proporcionam a obtenção de vantagens tecnológicas e de conhecimento.

A necessidade de preservar essas vantagens, conduz a empresa multinacional à sua exploração "de moto próprio", ao invés de a exportar, franquiar ou licenciar. Por isso, no processo normal de crescimento destas empresas, a internalização das actividades económicas que se inserem na sua cadeia de produção, representa um reforço da sua vantagem competitiva num mercado internacional caracterizado por distorções na concorrência.

O estímulo à internalização é fornecido por quatro grupos de factores: "(i) factores específicos da indústria, relacionados com a natureza do produto e a estrutura externa do mercado, (ii) factores específicos da região relacionados com as características geográficas e sociais das regiões ligadas pelo mercado, (iii) factores específicos do país, relacionados com as relações fiscais e políticas entre os países interessados, e (iv) factores específicos da empresa que reflectem a capacidade da gestão para organizar um mercado interno" (BUCKLEY e CASSON, 1976, p. 33/34).

Noutros termos, a empresa multinacional enveredará pela internalização da sua actividade produtiva sempre que os benefícios alcançados por essa via não sejam ultrapassados pelos custos. No que respeita à escolha dos locais para implantação das unidade produtivas a opção privilegiará as localizações de mais baixos custos.

O enfoque demasiado genérico da abordagem e as dificuldades que apresenta quando se procede ao seu teste empírico, têm sido apontadas como principais limitações à teoria. Em trabalho recente, um dos seus autores refere mesmo a "necessidade de restringir a teoria para permitir testes conclusivos e discriminá-la de abordagens alternativas" (BUCKLEY, 1989, p.77).

### 1.2.3. Teoria eclética

A teoria eclética, como aliás a sua denominação sugere, reúne os aspectos mais relevantes das teorias sobre os determinantes de IDE. O seu objectivo final é contemplar numa estrutura analítica sistémica, a identificação e avaliação dos determinantes que influenciam o envolvimento da empresa em IDE.

Para desenvolver o seu raciocínio, o principal mentor desta teoria, DUNNING (1981), coloca três questões essenciais. Em primeiro lugar, como podem algumas empresas manterem-se competitivas nos mercados externos e outras não?. Em segundo, porque razão as empresas exploram as suas vantagens dentro da própria organização, podendo optar pela exportação, franquia ou licenciamento?. Finalmente, porque é que o IDE ocorre em certos países e noutros não?. A resposta do autor às questões formuladas, menciona a necessidade de serem satisfeitas, cumulativamente, três condições para que a empresa se envolva em IDE.

A primeira condição consiste na detenção de "vantagens de posse líquidas em relação às empresas de outras nacionalidades que servem os mesmos mercados. Estas vantagens de posse geralmente adoptam a forma de fruição de activos intangíveis, que são, pelo menos durante um certo período de tempo, exclusivos ou específicos das empresas que os detêm".

A segunda, consagra os benefícios resultantes do uso próprio das vantagens detidas pela empresa, em vez da sua venda ou licenciamento a empresas estrangeiras, isto é, convida as empresas a "internalizar as suas vantagens através da extensão das suas próprias actividades, em vez de as externalizar recorrendo ao licenciamento e contratos similares com empresas independentes".

A última condição refere que "é mais rentável para a empresa utilizar estas vantagens em conjugação com pelo menos alguns factores de produção (incluindo recursos naturais) fora do seu país de origem; doutro modo, os mercados estrangeiros serão servidos inteiramente por exportações e os mercados domésticos pela produção interna" (DUNNING, 1981, p. 79).

Assim, as empresas que detenham vantagens de posse e se mostrem interessadas em desenvolver a sua produção no estrangeiro, devem recorrer à internalização das suas vantagens, como forma de incrementarem a sua competitividade nos mercados externos. A escolha do local de implantação da unidade produtiva fora do seu país, terá em conta as vantagens de localização que cada um deles apresentar. A exploração simultânea destas vantagens, é mais frequente em indústrias, países e empresas que reúnam certas características específicas.

Noutros termos, segundo esta teoria, são condições imprescindíveis para que uma empresa se envolva em IDE, a detenção de vantagens de posse (ownership advantages), de vantagens de internalização (internalisation advantages) e de vantagens de localização (location advantages). A generalidade do paradigma eclético e as limitações demonstradas, seja do ponto de vista da explicação ou previsão de alguns tipos muito particulares de produção internacional, seja do ponto de vista do comportamento individual da empresa multinacional, foram menosprezadas por DUNNING. No seu entendimento, estas deficiências não impedem que este paradigma se mantenha como um quadro teórico adequado para "analisar não só a racionalidade económica da produção internacional, como também os mais variados aspectos relacionados com a actividade das empresas multinacionais" (DUNNING, 1988, p.24).

### 1.3. Nota de síntese

A sistematização teórica dos determinantes do IDE teve como objectivo a selecção de um referencial de apoio ao estudo que se procura empreender. Nesta perspectiva, embora contributos particulares de outras abordagens sejam contemplados, a teoria eclética beneficia de clara preferência em relação às restantes. Primeiro, porque do ponto de vista conceptual aglutina alguns dos mais significativos contributos das outras abordagens. Segundo, enfatiza a componente locativa do IDE, sem desprezar o papel das vantagens de posse e das potencialidades que a sua internalização proporciona à empresa para envolvimento em IDE. Terceiro, os factores locativos são preponderantes para o estudo da localização regional do IDE e nenhuma das outras teorias apresenta contributo assinalável.

As contra-indicações apresentadas ao uso desta teoria aconselham alguns cuidados. Primeiro, o nível elevado de generalização dificulta o estudo de situações particulares de IDE, sendo necessário restringir o enfoque da análise. Segundo, o investimento de carteira e de curto prazo dificilmente é explicado por esta via. Terceiro, alguns tipos recentes de IDE fundamentados pela teoria da empresa e do comércio internacional carecem de justificação à luz desta teoria.

Em contrapartida, as outras teorias estudadas, sobrelevam componentes parciais dos determinantes do IDE, como as vantagens de posse das empresas, mais associadas às saídas do que às entradas de IDE. Por outro lado, as vantagens de posse são mero pré-requisito do IDE, havendo que considerar outros factores, como os locacionais, que estas teorias menorizam. Estes constrangimentos não impossibilitam, contudo, que sejam atendidos certos aspectos de outras teorias, susceptíveis de incrementarem o valor explicativo do quadro de análise em construção: numa primeira fase, as vantagens

monopolísticas, intimamente associadas ao IDE, e que se constituem como um pré-requisito das empresas interessadas em investir directamente no estrangeiro; na segunda fase, a internalização, como escolha deliberada de reforçar as vantagens monopolísticas através da produção no estrangeiro; por último, a observação das vantagens específicas de localização dos países, e dentro destes das regiões, para selecção do local de produção.

Os critérios a que obedece esta selecção, e o peso relativo dos factores de localização, têm suporte na teoria da localização, especialmente no que às economias de aglomeração respeita.

As teorias do comércio e do movimento internacional de capitais, transportadas para uma análise regional, permitem eliminar facilmente alguns dos pressupostos mais restritivos, ausentes que estão muitos dos obstáculos que separam os países.

A terminar, salienta-se o papel decisivo dos objectivos prosseguidos pela empresa, independentemente de todos os factores que possam influenciar a sua decisão de investir directamente no estrangeiro.

## CAPITULO 2

### DETERMINANTES ESTRUTURAIS DO INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO: CONTRIBUIÇÕES EMPÍRICAS

O âmbito deste capítulo reporta-se à selecção dos determinantes estruturais do ordenamento espacial do investimento estrangeiro em Portugal. Por isso, importava proceder ao alinhamento das principais contribuições empíricas respeitantes quer aos atributos das regiões do ponto de vista da sua atractividade para o investimento empresarial, quer às características dos sectores que são alvo preferencial da iniciativa externa, quer, finalmente, às características da própria empresa ou estabelecimento que se constitui em sujeito desta análise.

Naturalmente, num e noutro caso, desse levantamento da literatura publicada sobre a matéria, relevamos aquela que se refere ao caso português.

Por referência ao objectivo final deste trabalho, essa revisão de estudos de casos manteve ainda em perspectiva identificar um conjunto de variáveis ou atributos usualmente tidos como adequados para caracterizar as regiões, as indústrias ou sectores e as empresas, que constituem os componentes instrumentais da aproximação empírica a realizar.

Dito de outro modo, mantendo-se o propósito de efectuar a análise da distribuição espacial das empresas de capital ou participação estrangeira a partir da intercepção das características da indústria e empresa com os atributos das regiões onde se localizam essas empresas, para o que haveria que reunir elementos de caracterização apropriados, e não sendo questão de fazer trabalho novo em cada um destes níveis, a consulta da bibliografia disponível oferecia-se como solução recomendada.

Aproveita-se, ainda, a oportunidade para formular as hipóteses que serão testadas no decurso do trabalho econométrico a empreender nos quarto, quinto e sexto capítulos.

## 2.1. ATRIBUTOS DAS REGIÕES

Os motivos da escolha de uma região para localizar uma unidade económica, seja ela de capitais nacionais ou estrangeiros tem sido fonte de múltiplos trabalhos que, ora ensaiaram testar (pela via estatística) a influência de certos factores específicos das regiões sobre a localização das empresas de capital ou participação externa, ora optaram pelo recurso ao lançamento de inquéritos aos empresários ou outros agentes especialmente bem colocados do ponto de vista da tomada de decisão sobre o local de implantação da empresa.

Dentro da primeira óptica, e por referência ao caso português, cumpre salientar o trabalho desenvolvido por CARRIÉRE e REIX [1989 e 1989 a)] que, no intuito de identificarem os factores mais relevantes da localização das empresas de capital ou participação estrangeira nos distritos portugueses, recorrem à técnica do cálculo de coeficientes de correlação. Os resultados alcançados revelam alguns factores capazes de mobilizarem as atenções das empresas estrangeiras. Variáveis como a disponibilidade de mão de obra (densidade e população), o equipamento urbano (escolas, hospitais, actividades de lazer), o ambiente económico (PIB por distrito, consumo regional de electricidade, peso relativo do sector secundário e terciário) e a qualidade das redes de comunicação, obtiveram coeficientes de correlação assinaláveis.

Situados, ainda, no caso português, cumpre referir a análise de FREUND sobre a distribuição regional dos investimentos estrangeiros em Portugal. Como motivos de alguma importância para a localização das firmas estrangeiras

adianta "a proximidade de estabelecimentos de serviços comparáveis aos dos países de origem das firmas, como, por exemplo, as escolas; mão-de-obra em termos de quantidade, qualidade e custos; as redes de transporte para a distribuição no país de produtos, (...) deslocação aérea do pessoal dirigente (...), importação e exportação" (FREUND, 1985, p. 63).

Com recurso à análise de "clusters" ROMAN e PUEYO (1991) examinaram a distribuição geográfica do IDE nas comunidades autónomas espanholas para o período 1985/1989. Os resultados obtidos sugerem que a localização destes investimentos ocorre nas regiões de maior rendimento "per capita" ou por empregado, com elevadas percentagens de população com estudos de segundo e terceiro graus, e dotadas de uma estrutura produtiva apoiada fundamentalmente nos sectores secundário e terciário. Pelo contrário, as variáveis taxa de desemprego, dotação em infraestruturas e subvenções recebidas são consideradas pouco expressivas.

Por seu turno, a análise discriminante<sup>1</sup> foi utilizada por O'FARRELL e CROUCHLEY (1979) para classificar os padrões de localização industrial. A partir da inclusão no modelo de variáveis como as subvenções, a dimensão do estabelecimento (medida em função do número total de empregados), a percentagem de emprego feminino ou o capital fixo das empresas, os autores demonstram que esta técnica estatística é aplicável na previsão dos comportamentos de localização industrial das empresas irlandesas.

Ainda dentro da mesma corrente de investigação, mas a um nível mais abrangente, sofisticado e sistemático, surge o estudo de PAELINK (1983) sobre a Comunidade Europeia (a nove países). Na tentativa de explicar a atractividade que as diferentes regiões da Comunidade exercem sobre as decisões de investimento em geral, utiliza o modelo FLEUR (iniciais de Factores

---

<sup>1</sup> A análise discriminante é uma técnica estatística que permite:

- a) classificar casos num grupo determinado entre diversos grupos mutuamente exclusivos;
- b) estabelecer que características são importantes para distinguir os grupos;
- c) avaliar a exactidão da classificação

de Localização na Europa) para graduar as regiões em função do seu grau de desenvolvimento e da intensidade de acumulação de investimentos. O modelo FLEUR introduz, para além dos factores testados por CARRIÉRE e REIX, a política regional e o planeamento espacial. A introdução destes componentes adicionais de índole política, mantinha em perspectiva a possibilidade da intervenção voluntarista permitir corrigir o défice de atractividade de uma região para o investimento.

Num contexto mais abrangente YAMAWAKI (1991) analisa a distribuição do IDE japonês na Europa. A partir da construção de um modelo de regressão onde inclui os custos salariais, a produtividade do trabalho, a capacidade tecnológica e a dimensão do mercado, adianta que os factores mais procurados pelos empresários japoneses nos países europeus são os reduzidos custos salariais, a grande capacidade de investigação e desenvolvimento e a elevada dimensão do mercado, levando a supôr que a decisão de localização do IDE japonês na Europa depende das vantagens comparativas oferecidas pelos países receptores de investimento.

Recorrendo à metodologia alternativa de tomar informação obtida por via de inquérito directo, destacam-se os estudos de GARRIDO (1985) e CADIMA RIBEIRO (1990) que apontam os factores críticos de localização industrial: sem destringerem entre investidor nacional e estrangeiro, debruçam-se sobre os factores de localização das indústrias transformadoras portuguesas; referindo o segundo autor, novos factores de localização para as indústrias inovadoras, a partir da análise comparativa de alguns estudos anteriormente realizados. Situados, ainda, na problemática da localização industrial das indústrias inovadoras cumpre referir o trabalho de STÖHR (1986).

A explicação que no seu conjunto estes autores avançam para a escolha de uma localização, consagra a presença de uma rede básica de infraestruturas de transportes e comunicações conjugada com "um mínimo de recursos

(naturais e humanos), uma boa situação geográfica e economias de aglomeração com um real reforço dos seus poderes de decisão (condição de concretização de virtualidades em potência)" (CADIMA RIBEIRO, 1990, p. 508/509).

Do ponto de vista de um empresário alemão que projecta investir em Portugal, KEMPER (1985) aponta alguns factores para reflexão do investidor estrangeiro. No seu entender, os custos salariais, a carga fiscal e a estrutura aduaneira nacionais seriam elementos passíveis de influenciar a decisão dos empresários alemães.

Na mesma linha de investigação se situam os estudos de MICHALET (1973) para a França, TOWNROE (1983) para o Brasil e BUCKLEY *et al.* (1988) para o Reino Unido. Estes autores procuram identificar com a colaboração dos empresários os factores susceptíveis de favorecerem o investimento no estrangeiro ou em determinadas regiões. De um modo geral, os factores de atracção mais citados pelos empresários empenhados na produção internacional são a dimensão do mercado, a oferta de mão-de-obra e de outros factores de produção, a acessibilidade e os serviços urbanos.

Numa perspectiva de "gestão", DRUCKER (1989) adianta alguns factores de localização que no seu entender conduzem os gestores das empresas a preferirem uma região para instalar uma indústria. Para além de factores de atracção como as "excelentes comunicações", os "transportes decentes", a oferta de água, electricidade e esgotos, as infraestruturas adequadas (educação, saúde, habitação) e o ambiente económico, são reconhecidos como factores de repulsão a intervenção governamental, os subsídios e a mão-de-obra desqualificada e barata.

As duas metodologias de que se dá conta são, de facto, complementares e, pelo que se reporta ao objectivo final, a identificação dos factores críticos de localização regional, têm conduzido a resultados convergentes.

Seguindo de perto estes resultados, as unidades industriais tenderiam a localizar-se em regiões de acentuado dinamismo económico local e/ou regional, onde a disponibilidade de mão de obra é significativa, as características do mercado de trabalho flexíveis, as acessibilidades se encontram desenvolvidas, a dimensão dos mercados é elevada e a dotação em equipamentos urbanos e sociais relevante. Estas regiões são ainda, frequentemente, objecto de intervenção pública em quadros de actuação específicos.

Nos testes empíricos a realizar no âmbito do presente trabalho estas hipóteses são consideradas no intuito de detectar os factores de atracção e/ou de repulsão que enformam as regiões portuguesas que acolhem as empresas de capital ou participação estrangeira.

## 2.2. CARACTERÍSTICAS DA INDÚSTRIA OU SECTOR INDUSTRIAL

A predilecção das empresas de capital ou participação estrangeira por alguns sectores industriais é defendida por diversos autores. VERNON, em relação às empresas multinacionais americanas da indústria transformadora, refere que a sua concentração é mais intensa nas "indústrias automobilísticas, metalúrgicas, petrolíferas, farmacêuticas, e de outros produtos químicos" e menos intensa nas "indústrias de tecidos e aços" (VERNON, 1971, p. 11).

No que respeita ao caso irlandês, e tendo por base um estudo conduzido por STANTON (1979), os sectores onde têm predominado as empresas multinacionais são os da electrónica, mecânica, metalurgia, vestuário, têxteis, alimentação e farmacêutica.

Na Itália, MARIOTTI (1990) e ONIDA e VIESTI (1988) identificam os sectores mais atraentes seja sob o prisma do investidor estrangeiro, seja das

próprias empresas italianas envolvidas em produção no exterior. No que se refere à primeira perspectiva, são os sectores do equipamento eléctrico, mecânica, electrónica e telecomunicações, equipamento de escritório, processamento de dados e farmacêutica que sobressaem. Quanto à segunda, saem nitidamente destacadas as indústrias automóvel e de componentes, e a dos artigos de borracha e plástico.

As empresas suecas mais interessadas em produzir fora do seu país, na opinião de HÖRNELL e VAHLNE (1986), pertencem ao sector da maquinaria, produtos eléctricos e electrónicos, metais e artigos de metal e material de transporte. Por seu turno, o IDE japonês na indústria transformadora comunitária incide, segundo afirmam em trabalho recente BALASUBRAMANYAM e GREENAWAY (1992), nas actividades de fabricação de máquinas eléctricas, equipamento de transporte, produtos químicos e maquinaria diversa.

Baseados na teoria da internalização, BUCKLEY e CASSON (1985) e BUCKLEY (1989) sugerem que as indústrias britânicas susceptíveis de serem dominadas por empresas multinacionais se inscreveriam nos subsectores da informática, farmacêutica, equipamento de remoção de terras e maquinaria eléctrica pesada.

Algumas constatações, aparentemente contraditórias, emergem desta inventariação pelos sectores mais penetrados pelo investimento estrangeiro. Em primeiro lugar, a divergência que se encontra nos sectores escolhidos em função do país de acolhimento, o que leva a supôr algum poder discricionário por parte dos empresários que seleccionam os sectores e/ou os países onde desejam investir. Por outro lado, a repetição de alguns sectores da indústria transformadora em quase todos os países referidos, alvitra a existência de características específicas nestes sectores que os tornam mais propensos à actividade multinacional.

Nas características específicas dos sectores acabados de mencionar assinala-se a importância da publicidade e da investigação e desenvolvimento (HORSTMANN e MARKUSEN, 1989), o que reforça a ideia da necessidade de detenção de vantagens de posse para a empresa se envolver em investimento estrangeiro. Para além desta característica já adiantada por BUCKLEY e CASSON (1976), surgem alguns sectores onde os testes empíricos efectuados revelaram uma maior intensidade capitalística, lucratividade, multinacionalização e crescimento. DUNNING (1981) procede também ao teste destas características, a que acrescenta a eficiência e custos da mão-de-obra, a produtividade do trabalho, a dimensão e concentração do mercado, a disponibilidade de recursos naturais e alguns índices de diversificação.

Numa abordagem mais genérica, CAVES sustenta o argumento de que o "IDE ocorre essencialmente nas indústrias caracterizadas por certas estruturas de mercado", nomeadamente as oligopolistas com diferenciação de produtos, onde prevalecem as empresas que efectuam investimentos "horizontais"; ou oligopolistas sem diferenciação de produtos que realizam investimentos "verticais" (CAVES, 1971, p. 1).

Estudos realizados no Instituto de Investimento Estrangeiro levados a cabo por SIMÕES (1982, 1983) e SIMÕES e CRISTOVÃO (1982) para o caso português, por seu turno, denunciavam uma forte intervenção estrangeira nas indústrias do papel e artes gráficas; metalúrgicas de base; material eléctrico, instrumentação e material de transporte; metais não ferrosos; borracha; fabricação de outros produtos químicos e nos derivados diversos de petróleo bruto e do carvão. As conclusões apresentadas referem algumas características particulares que individualizam as indústrias preferidas pelas entidades estrangeiras: primeiro, trata-se de indústrias onde geralmente o grau de diferenciação dos produtos é elevado, a publicidade intensa, e o serviço de distribuição e após venda é importante; depois, são aquelas que normalmente

produzem produtos intermédios que entram em processos de produção intensivos em capital; e, por fim, trata-se de sectores dependentes de recursos naturais.

Também referidos ao caso português, numa óptica de análise agregada, salientam-se ainda os trabalhos de TAVEIRA (1984, 1988) orientados para o apuramento dos determinantes da distribuição do IDE em Portugal entre sectores da indústria transformadora. Segundo as conclusões da autora, o investimento estrangeiro orientado para o mercado interno mostra-se interessado nos sectores intensivos em "marketing" e/ou investigação e desenvolvimento, que exibem um elevado grau de concentração industrial e que utilizam mão de obra especializada; no investimento "export-oriented" anotam-se os sectores com carácter capital intensivo, tendência para a multinacionalização e independência relativamente a recursos naturais. No seu entender, as vantagens portuguesas estariam associadas aos baixos níveis relativos de salários e de salários-eficiência, à possibilidade de registo de marcas e patentes e à exploração de posições dominantes no mercado.

No quadro regional esta problemática foi estudada por LOPEZ-LOPEZ e MARQUEZ (1989). Servindo-se de diversas variáveis (comércio internacional, conteúdo tecnológico dos sectores, apoio público recebido por certo tipo de actividades, custo e intensidade da mão de obra, percentagem de participação do sector público) individualizam alguns dos factores determinantes da localização do IDE nos sectores e regiões espanholas. Os resultados alcançados apontaram como sectores industriais preferidos pelo capital estrangeiro os caracterizados pelo forte conteúdo tecnológico e participação nas exportações, que laboram com tecnologias frequentemente importadas, pouco intensivas no factor trabalho e com custos salariais relativamente elevados.

Investigadas que foram as características dos sectores que apresentam uma maior abertura à iniciativa empresarial externa, procede-se agora à sua sistematização. Assim, e em face da evidência empírica recolhida, parece ser de esperar que as empresas de capital ou participação estrangeira pertençam a sectores capital intensivos, onde o grau de penetração estrangeira é elevado e a investigação e desenvolvimento e/ou publicidade regista despesas acima da média.

Estas hipóteses, com ajustamentos de pormenor à realidade da indústria transformadora portuguesa, serão consideradas no teste empírico a realizar com vista à caracterização dos sectores industriais nacionais que acolhem as empresas de capital ou participação estrangeira.

### **2.3. CARACTERÍSTICAS DAS EMPRESAS ESTRANGEIRAS**

A encerrar esta digressão pela literatura sobre estudos de casos, importa anotar algumas contribuições que ajudam a traçar o perfil da empresa que se envolve em actividades no estrangeiro.

A atractividade que estas empresas mantêm ou não pelas áreas desfavorecidas mereceu a atenção de diversos autores. YANNOPOULOS e DUNNING (1976) e DUNNING (1981) defendem que variáveis intrínsecas à empresa estrangeira como as relacionadas com o produto (processo produtivo intensivo em capital e/ou mão-de-obra, economias de escala e de gama, valor acrescentado, idade e/ou singularidade), a natureza da empresa (organização interna, grau de integração vertical, motivação do investimento, dimensão da empresa, "ratios" de cobertura das imobilizações e de endividamento), ou algumas características estruturais (multinacionalização) as tornam mais

propensas a aceitar incentivos financeiros ou pressões de entidades públicas para optarem por regiões desfavorecidas.

Em reforço desta tese, O'FARRELL (1980) afirma que no caso irlandês os incentivos regionais contribuíram para a fixação de empresas de capital estrangeiro fora das áreas congestionadas. Por seu turno, BONIN e VERREAULT (1987) quando estudam o caso canadiano concluem que a empresa estrangeira, embora não tenha contribuído para a redução das disparidades regionais ao nível do emprego, se mostra mais apta a sediar-se em zonas periféricas. Porém, enfatizam sempre a intervenção do poder político que sob a forma de incentivos ou de procedimentos especiais, pode influenciar positivamente as decisões dos empresários estrangeiros.

Em sentido oposto se pronunciaram outros autores que rejeitam liminarmente o argumento, defendendo a relativa insensibilidade das empresas estrangeiras aos incentivos regionais e a sua propensão pelas zonas de forte concentração industrial. Esta predilecção, justificam, é uma componente das suas estratégias de localização que consistem em minimizar os riscos de um ambiente estranho.

SEMPLE (1987) detendo-se na análise do caso canadiano verifica uma maior concentração das empresas estrangeiras nas regiões mais desenvolvidas do país. YOUNG *et al.* (1988) referindo-se ao impacto das empresas estrangeiras sobre as zonas desfavorecidas do Reino Unido, conclui que os instrumentos de política regional são necessários, mas não suficientes, para atrair estas empresas para as regiões deprimidas.

BLACKBOURN observa as localizações das empresas estrangeiras no Canadá, Reino Unido, Estados Unidos, França, Bélgica e Holanda para sustentar que "na maioria dos casos as regiões centrais atraíram uma larga percentagem dos estabelecimentos com participação estrangeira (...) não parecendo que os incentivos regionais tenham desempenhado um papel

relevante na atracção dessas empresas para locais fora das regiões centrais dos países acolhedores" (BLACKBOURN, 1978, p.125).

Colhendo este argumento embora, cumprirá dizer que as empresas estrangeiras comportam geralmente um conjunto de características específicas que as individualizam face às empresas domésticas, e que, por seu turno, transmitem a ideia de maior flexibilidade na escolha do local de implantação. A estas características alude, por exemplo, VERNON quando defende que as empresas multinacionais "tendem a ser maiores, mais lucrativas, mais intensas em publicidade, investigação e desenvolvimento e mais diversificadas do que as empresas que não investem no exterior" (VERNON, 1971, p. 9/10).

Também BONIN (1987) aceita como característica da empresa estrangeira a sua maior dimensão, estabelecendo uma relação directa entre esta e o processo de internacionalização da empresa. Porém, revela-se prudente em relação à intensidade em investigação e desenvolvimento que só entende extensível às empresas americanas, suecas e alemãs, colocando dúvidas quanto às japonesas e britânicas. A participação maioritária no capital social das empresas em que intervêm, adianta, é outra das características associadas à empresa estrangeira.

A dimensão das empresas estrangeiras parece, assim, constituir um elemento importante para a multinacionalização. HORST (1972, p. 261) reforça esta intuição quando a partir de alguns testes empíricos realizados apura que "a única influência com algum significado é a dimensão da empresa (medida pelo volume de vendas ou do activo total)". Com especial ênfase na dimensão da empresa e no seu conteúdo tecnológico, WOLF (1977) conclui que estas características tornam a empresa mais vocacionada para a diversificação geográfica das suas actividades.

Conicionados às empresas de publicidade americanas, TERPSTRA e YU (1988) concluem que a sua maior dimensão é também um factor importante

quando se trata de averiguar do seu envolvimento no exterior. Sustentam, depois, a validade da aplicação das teorias do IDE à indústria dos serviços. No que se reporta à organização interna da empresa multinacional, CAVES (1982) defende a sua inserção numa estrutura multidivisional, o que justifica por permitir incrementar a sua mobilidade e reduzir os custos internos de comunicação.

Outras características intrínsecas à empresa estrangeira, embora menos referenciadas pelos autores, foram avançadas para fundamentar o argumento da maior mobilidade da empresa estrangeira face à nacional. Uma dessas características seria a intensidade capitalística das empresas estrangeiras que poderiam torná-las mais vulneráveis a incentivos financeiros de entidades públicas interessadas em promover o desenvolvimento de zonas mais desfavorecidas. A outra, enquadra-se na tipologia do investimento estrangeiro, ora orientado para produzir bens standardizados (IDE horizontal), ora para produzir nos mercados externos bens intermédios (IDE vertical). A produção desse primeiro tipo de bens facilitaria a manutenção de relações com os centros de investigação e desenvolvimento do país de origem, enquanto os do segundo tipo assegurariam a possibilidade de subcontratação a empresas da região. Uma e outra, contudo, ofereceriam maior liberdade ao agente responsável pela escolha do local de implantação da empresa estrangeira.

Em contrapartida, existem características específicas à empresa estrangeira que lhe emprestam uma certa rigidez, dificultando a sua localização em áreas menos desenvolvidas. Estão neste caso factores já mencionados anteriormente, como o grau relativamente superior de investigação e desenvolvimento e os orçamentos publicitários acima da média que forçam a implantação destas empresas junto das grandes aglomerações.

Após a pesquisa de algumas das características comuns à generalidade das empresas que se envolvem em produção no exterior, é altura agora de

esboçar um perfil preliminar da empresa estrangeira. Neste esboço, parece ser legítimo incluir a dimensão da empresa (medida em função das vendas realizadas ou do capital social detido), a lucratividade e a intensidade capitalística.

Estas hipóteses, ajustadas ao estudo do fenómeno português serão incluídas no trabalho estatístico a desenvolver com vista a definir com precisão o perfil da empresa de capital ou participação estrangeira que se encontra localizada nas regiões portuguesas.

### CAPÍTULO 3

## PANORÂMICA DO IDE INSTALADO EM PORTUGAL

### (1981/1990)

O presente capítulo pretende situar o tema do IDE em Portugal na última década. O estudo das entradas de IDE é assim oportunidade para um breve percurso sobre as orientações de política económica em geral, e as que respeitam ao IDE em particular. São ainda compreendidas na análise do IDE instalado em Portugal no período considerado as vertentes da origem do capital, a orientação sectorial, a distribuição espacial e as empresas de capital estrangeiro.

Os dados estatísticos em que se baseia a presente análise são, na sua maioria, provenientes do Banco de Portugal e registam o IDE realizado durante o período. A opção por esta fonte de informação em detrimento do ICEP (Instituto de Comércio Externo de Portugal) resulta de ser mais fiável para os objectivos que prosseguimos. Com efeito, as estatísticas do Banco de Portugal excluem as reservas de reavaliação que são incluídas no IDE autorizado registado por aquele instituto. A sobrevalorização do IDE autorizado em relação ao IDE realizado decorre "grosso modo" da consideração daquelas reservas.

A única ocasião em que se faz apelo ao IDE autorizado é quando se estuda a sua distribuição espacial, dada a indisponibilidade estatística à cerca do IDE realizado ao nível regional. Os objectivos que presidiram à elaboração deste percurso sobre o IDE instalado na última década em Portugal foram: por um lado, enquadrar o objecto do estudo, baseado em amostras, no panorama genérico do IDE; depois, fornecer elementos de referência para a avaliação das amostras, nomeadamente, quanto à sua representatividade; por último, avançar alguns elementos de caracterização das amostras que serão analisadas no capítulo respectivo.

### 3.1. ALGUNS ASPECTOS HISTÓRICOS DO IDE PORTUGUÊS

O IDE em Portugal atravessou ao longo dos últimos anos períodos distintos. O primeiro, decorre entre a revolução de Abril e a adesão de Portugal à Comunidade Europeia. O segundo, inicia-se após 1986 e continua até à actualidade, tendo, talvez, por horizonte limite o ano de 1993, data da entrada em funcionamento do mercado interno e da concretização da liberdade de circulação de capitais.

A compartimentação dos fluxos de IDE em dois períodos tem unicamente por finalidade facilitar a sua análise.

#### 3.1.1. 1974/1985

Na análise que se segue merece atenção especial o período posterior ao ano de 1980 por ser aquele que mais interessa esmiuçar com vista à prossecução dos objectivos do trabalho. No entanto, uma referência superficial aos últimos anos da década de setenta será empreendida para melhor se compreender as circunstâncias que condicionaram a evolução futura do IDE.

Os anos de 1974 e de 1975 "poderão ser considerados como anos de viragem nos movimentos de capitais, tanto ao nível nacional como internacional" (SIMÕES, 1985, p. 336). No plano nacional, a instabilidade política e social afasta alguns investimentos do nosso país, enquanto no plano internacional a crise económica emergente do primeiro choque do petróleo, perturba os fluxos de capitais. Assim sendo, não é de estranhar o decréscimo do influxo de IDE experimentado pelo nosso país em 1975, quedando-se em "cerca de 1/3 da média do triénio anterior" (SIMÕES, 1985, p. 336).

Para actuar sobre o clima desfavorável ao investimento estrangeiro, os diversos governos após 1976 incluem nos seus programas medidas para promoverem as entradas de IDE. Em 1976, é publicado o primeiro código de investimentos estrangeiros (Decreto-Lei 239/76, de 6 de Abril). Em 1977 surge nova legislação (Decreto-Lei 348/77, de 24 de Agosto e vários decretos regulamentares) mais liberal que a anterior. Em 1982, esta última legislação sofre algumas alterações (Decreto-Lei 174/82, de 12 de Maio) constituindo na altura "a base da atitude das autoridades portuguesas face ao IDE" (SIMÕES, 1985, p. 337). Esta atitude, manter-se-ia inalterável até à entrada do nosso país para a Comunidade Europeia.

Com as mudanças ocorridas no plano nacional (relativa estabilidade política, social e atitude favorável ao investimento estrangeiro) e internacional (crescimento dos fluxos de investimento internacional) as entradas de IDE "iniciaram, a partir de 1977, uma recuperação progressiva, de tal modo que em 1979 foi excedido o máximo registado em 1974" (SIMÕES, 1985, p. 337).

O pedido de adesão de Portugal às Comunidades Europeias e as perspectivas animadoras que se colocam à sua entrada, atraem a atenção de potenciais investidores de fora da Comunidade que pretendem estabelecer as suas empresas no território nacional, servindo este de plataforma às suas exportações para o mercado comunitário. Por isso, logo em 1981 se verifica um crescimento de cerca de 49% em relação ao ano anterior, apesar da "deterioração da posição dos novos investimentos face aos investimentos de expansão " que representaram "32% do total do IDE em 1979, 37% em 1980 e 44% em 1981" (BUCKLEY e ARTISIEN, 1987, p. 29/30). Em contrapartida, a criação de novas empresas regista, em percentagem do total de IDE, um decréscimo de 31% em 1980 para 19% em 1981.

O quadro abaixo ilustra a evolução do IDE e as correspondentes taxas de crescimento experimentadas ao longo do período compreendido entre o ano de 1981 e 1985.

Quadro I — Evolução do IDE (1981/1985)

	milhões de escudos				
	1981	1982	1983	1984	1985
IDE Realizado	9079	9662	13297	25005	37007
Taxas Crescimento (%)	6,42	37,62	88,04	47,99	—

Fonte: Banco de Portugal e cálculos do autor

Nos anos de 1981 e 1982 o IDE registou valores semelhantes, tendo exibido uma taxa moderada de crescimento. Pelo contrário, nos anos seguintes o IDE experimenta taxas de crescimento notáveis, sendo de assinalar o período 83/84 em que atinge uma taxa de cerca 88%.

As flutuações verificadas nos influxos de IDE neste período, parecem sugerir a ausência de um ambiente favorável à apresentação de grandes projectos e à constituição de novos investimentos, a que não será completamente alheio o complexo esquema de incentivos em vigor que, apesar de generoso, se mostrava, frequentes vezes, de difícil acesso. Outro dos elementos adicionais de explicação ao comportamento do IDE observado neste período, remete-nos para o clima de expectativa que rodeava a adesão do nosso país à Comunidade e as suas previsíveis implicações sobre o IDE. Os investidores preferiam adiar a concretização das suas intenções de investimento, aguardando a definição precisa do novo enquadramento.

### 3.1.2. 1986/1990

Este período é marcado pela entrada de Portugal na Comunidade Europeia e as preocupações em manter um clima favorável ao investimento. Por isso, é aprovada em 1986 (Decreto-Lei 24/86 e 197-D/86 de 18 de Julho e 214/86 de 2 de Agosto) nova legislação sobre IDE, intentando liberalizar as transferências de capitais privados com os novos parceiros comunitários.

Estes diplomas substituíram o regime de "autorização prévia" pela simples "declaração prévia", colocando o investimento estrangeiro em igualdade de circunstâncias com o nacional. Depois, simplificaram o processo administrativo demasiado complexo e moroso de aprovação do investimento estrangeiro. Enfim, procederam à abertura do IDE a todos os sectores da economia nacional desde que os projectos dos empresários estrangeiros satisfizessem os requisitos das leis nacionais, também aplicáveis aos empresários portugueses.

Esta medida, condicionada em parte pela adesão, visou então favorecer a "criação de empregos, atrair divisas para ajudar a posição precária da balança de pagamentos e fortalecer os programas de desenvolvimento regional" (BUCKLEY e ARTISIEN, 1987, p. 32). Os seus efeitos ocorreriam nos anos seguintes, tendo ultrapassado todas as expectativas.

No entanto, o ano de 1986 é ainda atravessado pelo clima de incerteza quanto às intenções do governo em matéria de investimento. Não admira, por isso, que este sofra um declínio que "pode ser atribuído à expectativa dos investidores relativamente à publicação de nova legislação sobre investimento estrangeiro e, sobretudo, ao comportamento da economia portuguesa face ao novo enquadramento" (SIMÕES, 1989, p. 299).

Coincidindo com a vigência de nova legislação de carácter mais liberal, os investimentos afluem a ritmos crescentes nos anos seguintes, registando-se logo em 1987 taxas de crescimento da ordem dos 105%, nunca alcançadas nos

anos precedentes, como se demonstra no quadro abaixo. Esta situação manteve-se, atingindo em 1990 o valor recorde de 310 milhões de contos, embora a taxa de crescimento registada nesse ano fosse bastante inferior à dos anos transactos.

Quadro II — Evolução do IDE (1986/1990)

	milhões de escudos				
	1986	1987	1988	1989	1990
IDE Realizado	25044	51399	99545	248313	310609
Taxa Crescimento (%)	105,23	93,67	149,44	25,08	—

Fonte: Banco de Portugal e cálculos do autor

Este crescimento acentuado parece ter ficado a dever-se à abertura de novos sectores à iniciativa privada, em particular o sector financeiro (banca e seguros), à desregulamentação de sectores tradicionalmente reservados à intervenção do Estado; e ao "boom" dos sectores imobiliário e turístico. A potenciação das virtualidades do mercado português fruto da sua adesão à Comunidade Europeia, a consolidação da estabilidade política e o dinamismo económico, completam o quadro de factores que criaram as condições favoráveis à atracção de IDE neste período.

Como referem a este propósito FONSECA e FERRÃO (1990, p. 7), "nos anos oitenta, ultrapassado o embate da instabilidade política em que se viveu após a revolução de 25 de Abril de 1974 e iniciada a recuperação da economia mundial, verificou-se um crescimento acelerado do investimento directo no nosso país".

## 3.2. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO IDE PORTUGUÊS

### 3.2.1. Países de origem do investimento

A análise das nacionalidades dos empresários estrangeiros que buscam Portugal para investir está patente na página seguinte no quadro III. Este quadro regista a evolução dos valores do IDE realizado ao longo do período em referência.

A maior quota do IDE realizado cabe à Comunidade Europeia. Ao longo do período assiste-se ao seu peso avassalador que chega a atingir percentagens muito próximas dos 70% a partir da data de adesão à Comunidade. Pelo contrário, no início do período as percentagens nunca ultrapassam os 60%, assinalando-se mesmo anos em que o peso relativo baixou consideravelmente, situando-se nos anos de 1982 e 1984 em 39% e 36%, respectivamente.

Os países comunitários que se encontram melhor posicionados como investidores em Portugal são a França e o Reino Unido, que ao longo do período partilham a liderança. Assim, enquanto nos primeiros anos é a França que detem o maior volume de investimentos realizados, a partir do ano de 1985 é o Reino Unido que conquista essa posição, destacando-se com percentagens que ultrapassam os 20% nalguns casos (1987, 1988 e 1990) ou os 30% noutros (1985 e 1986). Os restantes estados membros da Comunidade, com excepção da Espanha a partir de 1986, registam um contributo menor. Saliente-se, a este propósito, a posição irrelevante da República Federal Alemã (RFA), que se veio a degradar progressivamente ao longo do período, situando-se nos últimos anos à volta dos 7%, abaixo, por exemplo, da Espanha.

A posição de Espanha entre os principais investidores em Portugal tem sido, aliás, salientada nos meios de comunicação social nacionais (Semanário "O Jornal" de 24/01/92, por exemplo) e em trabalhos académicos [SIMÕES, 1989 a); FONSECA e FERRÃO, 1990].

Quadro III — Origem do I.D.E. realizado em Portugal (1981-1990)

Anos Origem	1981		1982		1983		1984		1985		1986		1987		1988		1989		1990	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1. Comunidade Europeia	5011	55	3806	39	6639	50	9062	36	21058	57	19083	76	33835	66	68760	69	180959	73	226348	73
Reino Unido	722	8	765	8	864	7	2005	8	11288	31	9705	39	11255	22	25059	25	57304	23	70100	23
RFA	929	10	917	9	951	7	1371	5	1575	4	2670	11	3713	7	7265	7	18138	7	20170	6
França	2387	27	1504	15	2988	22	3019	12	2287	6	2467	10	5031	10	10695	11	42545	17	56397	18
Espanha	187	2	264	3	737	6	651	3	1575	4	2029	8	8018	15	9069	9	29049	12	34027	11
Itália	n/d	—	n/d	—	n/d	—	n/d	—	238	1	794	2	257	1	799	1	3502	2	4631	2
Outros	786	8	356	4	1099	8	2016	8	4095	11	1418	6	5561	11	15873	16	30421	12	41023	13
2. Outros países europeus	1528	17	2234	23	3338	25	7062	28	2480	7	2603	10	5416	11	11143	11	24297	10	27939	9
Suíça	1205	13	785	8	2555	19	3402	13	1693	5	2267	9	4403	9	6642	7	14815	6	12968	4
3. EUA	1754	19	2045	21	1159	9	4718	19	10071	27	2155	9	7360	14	11677	12	11212	4	11480	4
4. Canadá	21	1	4	—	70	1	157	1	7	—	28	—	72	—	24	—	89	—	79	—
5. Japão	94	1	234	2	459	3	1588	6	10	—	163	1	1132	2	791	1	1878	1	6096	2
6. Resto do Mundo	671	7	1339	15	1632	12	2418	10	3381	9	1012	4	3584	7	7150	7	29878	12	38667	12
<b>Total</b>	<b>9079</b>	<b>100</b>	<b>9562</b>	<b>100</b>	<b>13297</b>	<b>100</b>	<b>25005</b>	<b>100</b>	<b>37007</b>	<b>100</b>	<b>25044</b>	<b>100</b>	<b>51399</b>	<b>100</b>	<b>99545</b>	<b>100</b>	<b>248313</b>	<b>100</b>	<b>310609</b>	<b>100</b>

Fonte: Relatórios do Banco de Portugal

n/d — Não disponível

Nos restantes países europeus, sobressai a Suíça e os outros parceiros da Associação Europeia de Comércio Livre (AECL), mais conhecida pelas iniciais EFTA. Quanto à primeira, o seu peso relativo varia ao longo dos anos, sendo mais acentuado nos primeiros anos do período que nos últimos. Quanto aos outros parceiros da EFTA, a sua importância afigura-se instável, já que em relação aos anos de 1982 e 1984 mostra-se relevante, mas em relação aos outros anos mantem-se em percentagens mínimas.

Os Estados Unidos da América (EUA) assumem uma preponderância significativa, embora irregular, no contexto do IDE realizado no nosso país. Se nos anos de 1982 (21%) e 1984 (19%) são sem dúvida alguma o maior investidor, já nos dois últimos anos do período aproximam-se dos 4%, o que em termos proporcionais equivale à parte atribuída à Suíça no ano de 1990.

O Japão e o Canadá detêm quotas residuais estáveis ao longo do período próximas dos 2% o que revela a escassa importância destes investidores no panorama do IDE realizado em Portugal.

### **3.2.2. Orientação sectorial**

O IDE realizado por sector económico ao longo do período compreendido entre 1981 e 1990 consta do quadro IV.

Os sectores da economia nacional que absorveram o maior volume de IDE durante o primeiro ano do período em análise foram a indústria transformadora (CAE 3) com 47% e o comércio por grosso e a retalho, restaurantes e hotéis (CAE 6) com 26%.

Quadro IV — Orientação Sectorial do I.D.E. realizado (1981-1990)

milhões de escudos

Anos	1981		1982		1983		1984		1985		1986		1987		1988		1989		1990		
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
C.A.E.																					
1	578	5	370	4	266	2	218	1	663	2	438	2	1891	4	3508	3	3472	1	3511	1	
2	405	4	601	6	785	6	1492	6	2470	7	1076	4	1602	3	2781	3	3907	2	1629	1	
3	4222	47	5199	54	6790	51	8789	35	16729	45	11777	47	15181	30	32417	33	54179	22	65108	21	
4	48	1	17	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5	—	100	—	230	—	45	—	
5	125	2	197	2	486	4	479	2	149	—	280	1	592	1	4354	4	17768	7	28135	9	
6	2361	26	1359	14	2685	20	8335	33	5919	16	6527	26	9668	19	17532	18	43924	18	30508	10	
7	63	1	103	1	75	1	341	2	690	2	417	2	1841	3	841	1	2578	1	1280	1	
8	826	9	1360	14	1886	14	4110	16	9759	26	4380	17	20238	39	35711	36	116654	47	173055	55	
9	449	5	428	5	324	2	1221	5	628	2	149	1	381	1	2301	2	5595	2	3893	1	
0	2	—	28	—	—	—	20	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6	—	3445	1	
Total	9079	100	9662	100	13297	100	25005	100	37007	100	25044	100	51399	100	99545	100	248313	100	310609	100	

Fonte: Relatórios do Banco de Portugal

**Legenda:**

1. Agricultura, silvicultura, caça e pesca.
2. Indústrias extractivas
3. Indústrias transformadoras
4. Electricidade, gás e água
5. Construção e obras públicas
6. Comércio por grosso e a retalho, restaurantes e hotéis
7. Transportes, armazenagem e comunicações
8. Bancos e outras instituições financeiras, seguros, operações sobre imóveis e serviços prestados às empresas
9. Serviços prestados à colectividade, serviços sociais e serviços pessoais
0. Actividades mal definidas

No ano seguinte, assiste-se ao crescimento para cerca de 54% da indústria transformadora, ao decréscimo do comércio por grosso e a retalho para quase cerca de metade do ano anterior (14%) e à ascensão do sector dos bancos e outras instituições financeiras (seguros, operações sobre imóveis e serviços prestados às empresas) [CAE 8] para valores semelhantes ao do comércio por grosso.

Os anos que precedem a adesão do país à Comunidade ficam marcados pela instabilidade. Nos anos de 1983 e 1984 acentua-se a diminuição do peso da indústria de transformação para os 51% e depois para os 35%, ao mesmo tempo que se assiste à retoma da subida do comércio por grosso e a retalho para 20% e 33% e dos bancos e outras instituições financeiras para 16% em 1984. Nos anos de 1985 e 1986 a indústria transformadora volta a atrair uma grande componente do IDE (45% e 47%, respectivamente), enquanto o comércio por grosso e a retalho, restaurantes e hotéis atinge os 33% em 1985 para, logo no ano seguinte, cair para cerca de metade. O sector dos bancos e outras instituições financeiras tem um comportamento oposto ao do comércio, pois obtém o seu valor máximo em 1985 (26%) baixando depois para 17%.

O ano de adesão de Portugal à Comunidade Europeia nada altera quanto aos sectores da economia mais beneficiados pelo afluxo de IDE que continuam a ser, por esta ordem, a indústria transformadora (47%), o comércio por grosso e a retalho, restaurantes e hotéis (26%) e o sector dos bancos e outras instituições financeiras (seguros, operações sobre imóveis e serviços prestados às empresas) [17%].

A partir de 1987 inicia-se um processo gradual de reorientação sectorial do IDE. Assim, a indústria transformadora perde importância situando-se em 1990 nos 21%. O mesmo sucede com o sector do comércio por grosso e a retalho que dos 19% exibidos em 1987 desce para 10% em 1990. O sector dos bancos e outras instituições financeiras é o único que observa um crescimento rápido,

ascendendo a partir de 1987 à primazia na absorção do IDE realizado com registos nos dois últimos anos do período de 47% e 55%, respectivamente.

Em todo o período de referência os sectores sobrantes desempenham um papel modesto na atracção do IDE não chegando quaisquer deles a atingir os 10%. Contudo, importa anotar o sector da construção e obras públicas (CAE 5) que nos três últimos anos do período sofre um incremento assinalável situando-se em 1990 nos 9%.

Quanto aos tipos de aplicação do IDE ao longo do período, estes investimentos têm-se dirigido essencialmente para o capital das empresas, ocupando os empréstimos, suprimentos e reinvestimentos uma parcela escassa nas decisões de investimento. Porém, esta parcela já de si reduzida adquire uma expressão residual a partir de 1988, altura em que se aproxima dos 10%.

Conforme resulta da análise do quadro V constante da página seguinte, a forma escolhida pelos investidores para intervir no capital das empresas é a participação no seu capital. Este modo de investimento regista percentagens superiores a 50%, chegando a responder por cerca de 76% em 1982 e 75% em 1986. A criação de novas empresas ou sucursais aparece como o segundo tipo de investimento no capital das empresas, conquistando gradualmente uma posição importante que culmina em 1988, única altura em que supera a opção pela participação no capital da empresa. Finalmente, surge o investimento na aquisição total ou parcial de estabelecimentos com um peso reduzido ao longo da análise, embora nos últimos anos do período esse peso tenha vindo a aumentar.

Quadro V — Aplicação do I.D.E. (1981-1990)

milhões de escudos

Tipos de aplicação	1981		1982		1983		1984		1985		1986		1987		1988		1989		1990	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Capital das empresas	6631	73	7156	74	10884	82	20770	83	32314	87	22010	88	44405	86	89891	90	222880	90	286716	92
- Criação de novas empresas	1271	19	977	14	1642	15	4619	22	9849	30	4684	21	12501	28	42318	47	64610P	32	n/d	—
- Participação no capital de empresas	3797	57	5476	76	7827	72	14528	70	19591	61	16485	75	30062	68	38998	43	110683 P	54	n/d	—
- Constituição de contas em participação ou associação com terceiros	—	—	62	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
- Aquisição total ou parcial de estabelecimentos	1563	24	641	9	1415	13	1623	8	2874	9	841	4	1842	4	8575	10	28133 P	14	n/d	—
Reinvestimentos	783	8	668	7	929	7	1868	7	2006	5	1750	7	5937	12	6554	6	10698	4	16153	5
Empréstimos e Suprimentos	1665	19	1838	19	1484	11	2367	10	2687	8	1284	5	1057	2	3100	4	14735	6	7740	3
<b>Total</b>	<b>9079</b>	<b>100</b>	<b>9662</b>	<b>100</b>	<b>13297</b>	<b>100</b>	<b>25005</b>	<b>100</b>	<b>37007</b>	<b>100</b>	<b>25044</b>	<b>100</b>	<b>51399</b>	<b>100</b>	<b>99545</b>	<b>100</b>	<b>248313</b>	<b>100</b>	<b>310609</b>	<b>100</b>

Fonte: Relatórios do Banco de Portugal

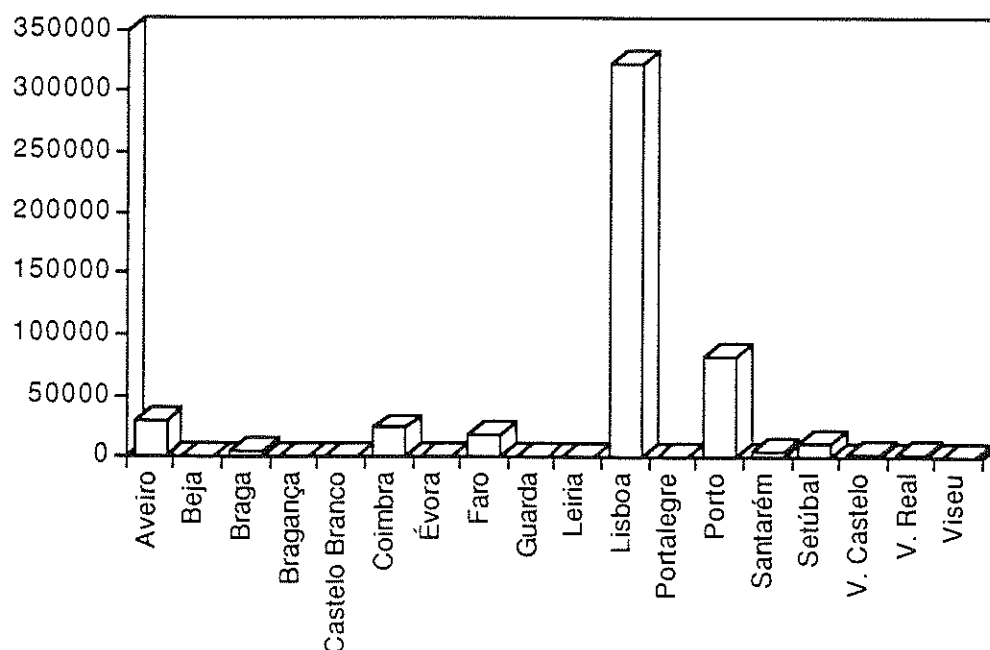
n/d — Não disponível  
p — Valores previstos

### 3.2.3. Distribuição regional

A recolha de dados estatísticos ao nível distrital iniciou-se em Portugal somente a partir de 1990. Por isso, a análise a que se procede de seguida adopta por referência esse ano. Se é verdade que esta limitação impede o estudo das tendências de localização do IDE no território nacional ao longo do período escolhido, também não é menos verdade que essa tendência não andarà muito longe do padrão que agora foi detectado, embora possa ser prejudicado na sua definição pela existência nesse ano de grandes projectos de investimento que sobrevalorizam a importância relativa do distrito.

Acresce, ainda, que tratando-se de valores respeitantes ao IDE autorizado os totais não conferem com os do IDE realizado, pelas razões já apontadas na parte introdutória a este capítulo.

Figura 1 — Distribuição distrital do I.D.E. autorizado (1990)



Fonte: ICEP, 1991

Conforme se observa na figura 1, a distribuição distrital do IDE concentra-se sobretudo em Lisboa e Porto. Outros distritos aparecem com algum destaque como seja o caso de Aveiro, Coimbra, Faro e Setúbal. Os distritos sobranes exibem valores pouco significativos. Anote-se, ainda, a escassa importância dos distritos de Braga e Leiria, bem como a quase ausência de IDE nos distritos de Bragança, Guarda e Portalegre.

Como se constata pela leitura do quadro VI da página seguinte, os sectores da economia nacional que absorveram maior parcela de IDE no ano de 1990 foram os bancos e outras instituições financeiras (CAE 8) [57,7%], a indústria transformadora (CAE 3) [23%], a agricultura (CAE 1) [20%] e o comércio por grosso e a retalho (CAE 6) [10%].

Nos bancos e outras instituições financeiras a incidência distrital centrou-se no distrito de Lisboa que recolheu perto de 80% do investimento externo, enquanto o excedente se reparte pelos distritos do Porto, Aveiro, Faro e Setúbal.

Quanto à indústria transformadora nota-se uma maior dispersão do investimento pelos vários distritos do país. Neste sector é o distrito do Porto que absorve o maior quinhão do investimento (35%), enquanto Lisboa é relegada para segundo plano com 27% e Coimbra se destaca dos restantes distritos com 20%.

Na agricultura, silvicultura, caça e pesca é o distrito de Setúbal quem atrai a maior porção de investimento (43%), posicionando-se depois Lisboa com 32%. Nos restantes distritos a dispersão do investimento é geral, salientando-se a sua ausência dos distritos de Aveiro, Guarda e Vila Real.

No comércio por grosso e a retalho só o distrito de Portalegre é que não é contemplado com IDE. Mais uma vez se regista o destaque de Lisboa (66%), do Porto (15%) e de Coimbra (10%).

Os restantes sectores da economia nacional revelam-se pouco atraentes para o investidor externo, continuando, ainda assim, a serem privilegiados os distritos de Lisboa e Porto. Lisboa é mesmo o único que detem investimentos no sector da electricidade, gás e água (CAE 4). No sector das indústrias extractivas (CAE 2) sublinha-se o aparecimento dos distritos de Évora e Guarda, embora seja Santarém, Viana do Castelo e Vila Real que detêm as maiores percentagens de investimento. No sector da construção e obras públicas (CAE 5), para além do destaque da capital (75%), surge Faro com 15%.

Quadro VI — Distribuição Regional do I.D.E. autorizado, por sectores (1990)

C.A.E. Distritos	1		2		3		4		5		6		7		8		9		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Aveiro	—	—	5381	5	—	—	—	—	1258	4	1160	2	—	—	21704	7	11	—	29514	5,8
Beja	338	3	—	—	—	—	—	—	—	—	174	—	—	—	—	—	—	—	512	0,1
Braga	47	1	4191	4	—	—	—	—	—	—	68	—	—	—	601	—	3	—	4910	0,9
Bragança	20	—	-44	—	—	—	—	—	—	—	49	—	—	—	—	—	—	—	25	—
Castelo Branco	54	1	1221	1	—	—	—	—	—	—	70	—	—	—	5	—	—	—	1350	0,2
Coimbra	207	2	23450	20	—	—	—	—	63	—	278	1	—	—	8	—	—	—	24006	4,7
Évora	492	5	26	—	—	—	—	—	—	—	18	—	—	—	9	—	—	—	601	0,1
Faro	435	4	259	—	—	—	—	—	4362	15	5434	10	—	—	6860	3	169	7	17678	3,5
Guarda	—	—	279	—	—	—	—	—	—	—	6	—	—	—	70	—	—	—	383	—
Leiria	207	2	496	—	—	—	—	—	—	—	106	—	—	—	916	—	—	—	1725	0,3
Lisboa	3254	32	32366	27	79	100	100	21356	75	33133	66	1479	70	228773	78	1702	75	322269	63,4	
Portalegre	76	1	—	—	—	—	—	10	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	86	—
Porto	124	1	41241	35	—	—	—	1125	4	7358	15	470	22	31831	11	108	5	82332	16,3	
Santarém	270	2	2506	2	—	—	—	306	1	2269	5	—	—	22	—	300	13	6137	1,2	
Setúbal	4401	43	3887	3	—	—	—	275	1	364	1	21	1	2770	1	4	—	11722	2,4	
Viana do Castelo	25	—	2193	2	—	—	—	68	—	65	—	—	—	52	—	—	—	2835	0,6	
Vila Real	—	—	1554	1	—	—	—	—	—	141	—	—	—	—	—	—	—	1990	0,4	
Viseu	276	3	155	—	—	—	—	1	—	49	—	—	—	350	—	—	—	831	0,1	
<b>Total</b>	<b>10226</b>	<b>100</b>	<b>119161</b>	<b>100</b>	<b>79</b>	<b>100</b>	<b>28824</b>	<b>100</b>	<b>50742</b>	<b>100</b>	<b>293971</b>	<b>100</b>	<b>2129</b>	<b>100</b>	<b>2297</b>	<b>100</b>	<b>508906</b>	<b>100</b>		

Fonte: ICEP, 1991.

Reportando-nos agora exclusivamente à indústria transformadora, os dados constantes do quadro VII da página seguinte evidenciam algumas especializações industriais das regiões nacionais.

Quanto às especializações sectoriais apontam-se as indústrias química e a metalúrgica de base (CAE 35) [37,7%] e a indústria de fabricação de produtos metálicos e de máquinas, equipamento e material de transporte (CAE 38) [33,4%]. Todos os outros sectores têm pesos muito semelhantes (em torno dos 6%), com excepção da indústria têxtil do vestuário e do couro (CAE 32) [0,1%], das indústrias metalúrgicas de base (CAE 37) [1,2%] e das outras indústrias transformadoras (CAE 39) [0,6%].

No que concerne às especializações regionais, o IDE autorizado na indústria da alimentação, bebidas e tabaco (CAE 31) é preponderante no Porto (42,6%), em Lisboa (24,7%) e Castelo Branco (13,7%). Já nas indústrias da madeira e cortiça (CAE 33) são os distritos do Porto (33%), Coimbra (25%) e Viseu (23%) que merecem destaque. Entretanto, na indústria do papel, artes gráficas e edições de publicações (CAE 34) só Coimbra com cerca de 60%, Lisboa e Porto são dignos de menção. Lisboa e Porto exibem ainda expressão significativa nas indústrias química e na metalúrgica de base (34,3%, 63,3% e 15,3%, 78,4%, respectivamente). A indústria têxtil do vestuário e do couro parece concentrar-se preferencialmente em Braga (22,3%), Porto (25%) e Aveiro, enquanto o investimento na indústria de fabricação de produtos metálicos e de máquinas, equipamento e material de transporte se dispersa pelos distritos de Coimbra, Lisboa, Porto, Aveiro, Santarém, Braga e Setúbal.

Finalmente, as indústrias dos produtos minerais não metálicos (CAE 36) e as indústrias metalúrgicas de base concentram-se geograficamente em Coimbra (46,5%) e no Porto (78,4%), respectivamente.

Quadro VII — Distribuição Regional do I.D.E. autorizado, na indústria transformadora (1990)

milhões de escudos

C.A.E. Distritos	31		32		33		34		35		36		37		38		39		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Aveiro	5	—	1371	15,7	15	7	—	—	73	0,1	1389	17,5	—	—	2278	5,7	250	31	5381	4,5
Beja	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Braga	—	—	1941	22,3	—	—	—	—	13	—	25	0,3	—	—	1902	4,7	310	38,4	4191	3,5
Bragança	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	-45	—	—	—	-44	—
Castelo Branco	912	13,7	216	2,5	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	91	0,2	—	—	1221	1
Coimbra	600	9	105	1,2	54	25	5162	60,6	117	0,2	3694	46,5	—	—	13717	34,4	1	—	23450	19,7
Évora	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	25	1,7	1	—	—	—	26	—
Faro	42	0,6	197	2,3	—	—	5	—	—	—	—	—	—	—	15	—	—	—	259	0,2
Guarda	—	—	225	2,6	—	—	—	—	—	—	—	—	54	3,6	—	—	—	—	279	0,2
Leiria	37	0,5	21	0,2	12	6	—	—	1	—	352	4,4	—	—	14	—	—	—	496	0,4
Lisboa	1637	24,7	1231	14,3	12	6	2121	25	15396	34,3	2317	29,2	229	15,3	9345	23,5	78	9,8	32366	27,3
Portalegre	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Porto	2824	42,6	2173	25	71	33	1226	14,4	28416	63,3	15	0,1	1169	78,4	5340	13,4	7	0,8	41241	34,6
Santarém	40	0,6	18	0,2	—	—	—	—	15	—	166	2	—	—	2265	5,7	2	0,1	2506	2,1
Setúbal	546	8,3	719	8,4	—	—	—	—	871	2	—	—	—	—	1651	4,1	100	12,5	3887	3,3
Viana do Castelo	—	—	377	4,4	—	—	—	—	4	—	—	—	15	1	1797	4,5	—	—	2193	1,8
Vila Real	—	—	84	0,9	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1470	3,7	—	—	1554	1,3
Viseu	—	—	1	—	50	23	—	—	54	0,1	—	—	—	—	50	0,1	—	—	155	0,1
<b>Total</b>	<b>6643</b>	<b>100</b>	<b>8679</b>	<b>100</b>	<b>215</b>	<b>100</b>	<b>8514</b>	<b>100</b>	<b>44962</b>	<b>100</b>	<b>7958</b>	<b>100</b>	<b>1492</b>	<b>100</b>	<b>39891</b>	<b>100</b>	<b>807</b>	<b>100</b>	<b>119161</b>	<b>100</b>

Fonte: ICEP, 1991.

Legenda: 31. Indústrias da alimentação, bebidas e tabaco; 32. Indústrias têxteis do vestuário e do couro; 33. Indústrias da madeira e da cortiça; 34. Indústrias do papel, artes gráficas e edição de publicações; 35. Indústrias químicas dos derivados do petróleo e do carvão e dos produtos de borracha e do plástico; 36. Indústrias dos produtos minerais não metálicos, com excepção dos derivados do petróleo bruto e do carvão; 37. Indústrias metalúrgicas de base; 38. Fabricação de produtos metálicos e de máquinas, equipamento e material de transporte; 39. Outras indústrias transformadoras.

O IDE autorizado, conforme se pode observar no quadro VIII da página seguinte, é aplicado sobretudo no aumento de capitais de expansão (30%) e na aquisição de empresas (21,8%), embora a criação de novas empresas (17%) e as prestações suplementares (19%) mereçam também alguma atenção nas atitudes de investimento dos empresários estrangeiros.

Passando agora a uma análise mais desagregada ao nível regional salienta-se, desde logo, o distrito de Lisboa, quer pelo volume de investimento autorizado, quer pela qualidade das aplicações efectuadas. Estas incidem, predominantemente, na criação de sucursais (82%), nas prestações suplementares (83,2%), no aumento de capitais de consolidação (81,3%) e de expansão (66,5%), surgindo a criação (35,2%) e a aquisição de empresas (51,4%) com menor relevo.

No distrito do Porto as aplicações vocacionam-se para a aquisição (32,9%) e criação de novas empresas (34,7%), enquanto em Aveiro é o aumento de capitais de expansão que recolhe a preferência dos investidores. Anote-se, finalmente, as aplicações na criação de novas empresas que atingem os 16% no distrito de Coimbra.

Nos outros distritos assiste-se a uma elevada dispersão na qualidade das aplicações concretizadas, bem como à sua diminuta importância.

Quadro VIII — Aplicação Regional do I.D.E. autorizado (1990)

milhões de escudos

Tipos de aplicação	CNE		CS		ACE		ACC		PS		AQ		Outras		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Aveiro	256	0,3	2	—	18748	12,3	1172	3,3	1264	1,4	8072	7,3	—	—	29514	5,8
Beja	41	—	—	—	—	—	—	—	146	0,1	325	0,3	—	—	512	0,1
Braga	692	0,8	—	—	947	0,6	552	1,6	1849	1,9	870	0,9	—	—	4910	0,9
Bragança	1	—	-45	—	—	—	49	0,1	—	—	20	—	—	—	25	—
Castelo Branco	146	0,2	—	—	250	0,2	36	0,1	235	0,3	683	0,6	—	—	1350	0,2
Coimbra	13758	16	82	1	5567	3,7	2168	6,2	1464	1,5	942	0,9	25	0,2	24006	4,7
Évora	277	0,3	4	—	86	—	10	—	211	0,2	10	—	3	—	601	0,1
Faro	3589	4,1	546	6,6	5861	3,8	421	1,2	5923	6	1309	1,2	29	0,2	17678	3,5
Guarda	94	0,1	—	—	27	—	—	—	208	0,2	54	—	—	—	383	—
Leiria	67	0,1	199	2,3	873	0,6	50	0,1	331	0,3	205	0,2	—	—	1725	0,3
Lisboa	30306	35,2	6675	82	101552	66,5	28724	81,3	81227	83,2	57038	51,4	16747	94	322269	63,4
Portalegre	61	0,1	—	—	17	—	—	—	8	—	—	—	—	—	86	—
Porto	29884	34,7	253	3,1	11798	7,8	1426	4	2038	2,1	36543	32,9	390	2,2	82332	16,3
Santarém	390	0,4	—	—	1136	0,7	36	0,1	648	0,7	3927	3,5	—	—	6137	1,2
Setúbal	4963	5,7	8	—	4693	3,1	707	1,9	225	0,2	525	0,4	601	3,4	11722	2,4
Viana do Castelo	1464	1,8	—	—	1078	0,7	—	—	136	0,1	157	0,1	—	—	2835	0,6
Vila Real	81	0,1	—	—	39	—	—	—	1575	1,7	295	0,3	—	—	1990	0,4
Viseu	104	0,1	410	5	89	—	34	0,1	142	0,1	52	—	—	—	831	0,1
<b>Total</b>	<b>86174</b>	<b>100</b>	<b>8134</b>	<b>100</b>	<b>152761</b>	<b>100</b>	<b>35385</b>	<b>100</b>	<b>97630</b>	<b>100</b>	<b>111027</b>	<b>100</b>	<b>17795</b>	<b>100</b>	<b>508906</b>	<b>100</b>

Fonte: ICEP, 1991.

Legenda: CNE — Criação de Novas Empresas; CS — Criação de Sucursais; ACE — Aumento de Capital de Expansão; ACC — Aumento de Capital de Consolidação; PS — Prestações Suplementares; AQ — Aquisições de Empresas.

### 3.3. EMPRESAS DE CAPITAL OU PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA

As informações estatísticas provenientes do Instituto Nacional de Estatística (INE) e da empresa de informações IFQUATRO utilizadas na análise que agora se empreende, merecem tratamento exaustivo nos capítulos seguintes.

Os outros elementos de informação referem-se a todos os sectores da economia nacional, ao contrário do que acontece nas amostras precedentes em que o sujeito é exclusivamente a indústria transformadora. Apesar desta limitação achou-se útil proceder a uma análise comparativa das empresas de capital ou participação estrangeira em horizontes temporais distintos.

Com esta análise procura-se averiguar da evolução ocorrida entre os anos de 1978 ou 1986, no caso da amostra do Instituto de Investimento Estrangeiro (IIE), e o ano de 1990 nos casos das amostras do INE e IFQUATRO.

#### 3.3.1. Localização regional

Com base nos elementos recolhidos e sistematizados no quadro IX da página seguinte, referentes a dois períodos (1985/6 e 1990), parece indesmentível que os responsáveis pela escolha do local para instalação das empresas de capital ou participação externa continuam a preferir as zonas litorais do país e, em especial, Lisboa e Porto.

Enveredando por uma análise mais fina tornam-se perceptíveis ligeiras "nuances", como a maior concentração de empresas em Lisboa do que no Porto no caso das amostras do IIE e do IFQUATRO, enquanto na do INE os mesmos distritos assumem peso semelhante. Os distritos de Aveiro, Braga, Leiria e Coimbra surgem com acrescida relevância em 1990. Ao invés, os distritos de Bragança e Vila Real continuam sem acolher empresas estrangeiras.

Quadro IX — Distribuição regional das empresas de capital  
ou participação estrangeira

Amostras Distritos	I.J.E. (1985 /6) (a)		I.N.E. (1990) (b)		IFQUATRO (1990) (b)	
	Nº empresas	%	Nº empresas	%	Nº empresas	%
Aveiro	34	2,3	20	11	10	6,6
Beja	31	2,1	—	—	—	—
Braga	27	1,8	21	11,6	6	4
Bragança	1	0,1	—	—	—	—
C. Branco	4	0,3	1	0,5	—	—
Coimbra	16	1,1	8	4,4	2	1,3
Évora	15	1,0	3	1,6	—	—
Faro	120	8,2	4	2,2	—	—
Guarda	3	0,2	1	0,5	2	1,3
Leiria	17	1,2	7	3,9	5	3,3
Lisboa	921	63,1	52	28,6	85	56,3
Portalegre	7	0,5	—	—	2	1,3
Porto	185	12,7	52	28,6	17	11,3
Santarém	13	0,9	4	2,2	3	2
Setúbal	50	3,4	6	3,3	16	10,6
V. Castelo	10	0,7	3	1,6	1	0,7
Vila Real	1	0,1	—	—	—	—
Viseu	4	0,3	—	—	2	1,3
<b>Total</b>	<b>1459</b>	<b>100</b>	<b>182</b>	<b>100</b>	<b>151</b>	<b>100</b>

Fontes: CARRIÈRE e REIX, 1989, pp: 64/65 (adaptado)  
INE, 1991  
IFQUATRO, 1991

(a) inclui empresas de todos os sectores da economia.

(b) inclui apenas empresas da indústria transformadora.

O aparecimento de distritos com expressão superior à esperada face às amostras mais recentes pode ficar a dever-se ao facto da amostra do IIE contemplar todos os sectores da actividade económica, o que sobrevalorizaria a representação de distritos especializados na agricultura (Beja) ou no turismo (Faro).

### **3.3.2. Orientação sectorial**

Os sectores da indústria transformadora onde se concentram um maior número de empresas de capital ou participação estrangeira em quaisquer das amostras e períodos são as indústrias químicas, com especial incidência na fabricação de outros produtos químicos, e na fabricação de produtos metálicos e de máquinas, equipamentos e material de transporte.

Situados ainda na análise do quadro X da página seguinte, detectamos com um peso assinalável as indústrias têxteis do vestuário e do couro responsáveis por 72% do universo da amostra do INE. As indústrias da alimentação, bebidas e tabaco são mais representativas nas amostras do IIE e do IFQUATRO do que na do INE, apesar disso este sector permanece deveras atractivo para os empresários estrangeiros.

As indústrias sobrantes mantêm expressão reduzida no conjunto das empresas analisadas, sugerindo algum desinteresse dos investidores por estas indústrias.

Quadro X — Repartição sectorial das empresas de capital  
ou participação estrangeira

Amostras CAE	I.I.E. (1978)		I.N.E. (1990)		IFQUATRO (1990)	
	Nº empresas	%	Nº empresas	%	Nº empresas	%
31	34	14	14	8	23	15,5
321	22	9	11	6	4	2,5
322	24	10	35	19	8	5
324	3	1	22	12	2	1,5
32	49	20	72 (a)	39	14	9
33	10	4	8	4	4	2,5
341	6	2	1	0,5	7	4,5
342	9	4	4	2,5	4	2,5
34	15	6	5	3	11	7
351	19	8	—	—	10	6,5
352	38	16	9	5	23	15
354	2	1	1	0,5	4	2,5
355	4	2	1	0,5	2	1,5
356	5	2	5	3	3	2
35	68	29	16	9	42	27,5
36	7	3	5	3	7	5
371	3	1	4	2,5	1	0,5
372	2	1	3	1,5	3	2
37	5	2	7	4	4	2,5
381	11	5	12	6	4	2,5
382	4	2	14	7,5	2	1,5
383	16	7	14	7,5	23	15,5
384	10	4	5	3	12	8
385	6	2	4	2,5	3	2
38	47	20	49	26,5	44	29,5
39	4	2	6	3,5	2	1,5
<b>Total</b>	<b>240 (b)</b>	<b>100</b>	<b>182</b>	<b>100</b>	<b>151</b>	<b>100</b>

Fontes: IIE, *Investimento e Tecnologia*, nº 1/82, p. 21

INE, 1991

IFQUATRO, 1991

(a) Está incluído o sector 323 com quatro empresas

(b) A soma é de 239 empresas, embora a fonte refira 240.

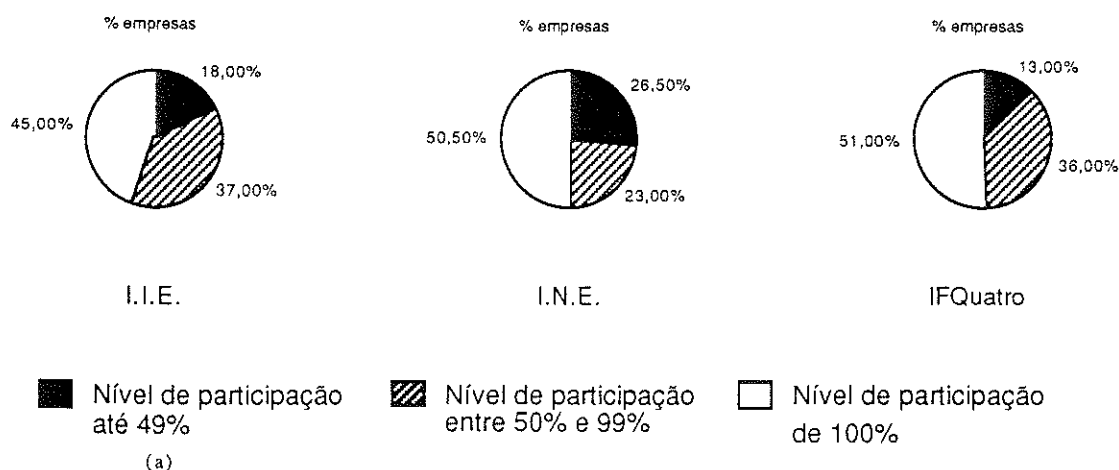
## Legenda do Quadro X

- 31 — Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabaco
- 32 — Indústrias Têxteis do Vestuário e do Couro
  - 321 — Indústrias Têxteis
  - 322 — Fabricação de artigos de vestuário, com excepção do calçado
  - 324 — Fabricação de calçado, com excepção do calçado vulcanizado, de borracha moldada ou de plástico e o feito inteiramente de madeira
- 33 — Indústrias da madeira e da cortiça
- 34 — Indústrias do papel; artes gráficas e edição de publicações
  - 341 — Indústrias do papel
  - 342 — Artes gráficas e edição de publicações
- 35 — Indústrias químicas dos derivados do petróleo e do carvão e dos produtos de borracha e plástico
  - 351 — Fabricação de produtos químicos
  - 354 — Fabricação de derivados diversos do petróleo e do carvão
  - 355 — Indústrias de borracha
  - 356 — Fabricação de artigos de matérias plásticas
- 36 — Indústrias dos produtos minerais não metálicos, com excepção dos derivados do petróleo bruto e do carvão
- 37 — Indústrias metalúrgicas de base
  - 371 — Indústrias básicas do ferro e aço
  - 372 — Indústrias básicas de metais não ferrosos
- 38 — Fabricação de produtos metálicos e de máquinas, equipamento e material de transporte
  - 381 — Fabricação de produtos metálicos, com excepção de máquinas, equipamento e material de transporte
  - 382 — Fabricação de máquinas não eléctricas
  - 383 — Fabricação de máquinas, aparelhos, utensílios e outro material eléctrico
  - 384 — Construção de material de transporte
  - 385 — Fabricação de instrumentos profissionais e científicos e de aparelhos de medida, de verificação, fotográficos e de instrumentos de óptica.
- 39 — Outras indústrias transformadoras

### 3.3.3. Níveis de participação e origem do capital

A figura 2 permite visualizar a posição accionista externa nas empresas de capital ou participação estrangeira e a sua evolução entre os anos de 1978 (amostra do I.I.E.) e 1990 (amostras do I.N.E. e IFQUATRO). O tipo de participação privilegiada nos dois anos é a maioritária (superior a 50% do capital social). Pelo contrário, a intervenção dos empresários estrangeiros nas empresas sob a forma de participação minoritária (inferior a 50% do capital social) é escassa, situando-se aquém dos 30% em 1978 e dos 20% em 1990. A análise comparativa entre 1978 e 1990 evidencia uma tendência para a opção pela participação maioritária em detrimento da minoritária.

Figura 2 — Níveis de participação nas empresas de capital estrangeiro



Fontes: I.I.E., *Investimento de Tecnologia*, nº 1/82, p. 19

I.N.E., 1991

IFQUATRO, 1991

(a) os escalões originais do nível de participação foram convertidos de modo a possibilitar a comparação.

Quanto às nacionalidades dominantes nas empresas de capital ou participação estrangeira que são objecto do quadro XI da página seguinte, o predomínio é dos países da Comunidade Europeia (acima dos 50%) e da EFTA com cerca de 20%. No seio do primeiro destes blocos comerciais os países que mais se salientam são a França, Espanha, Alemanha e Holanda, enquanto no segundo é a Suíça e a Suécia. Os Estados Unidos são logo a seguir o país com maior número de empresas localizadas em Portugal. Em último lugar, surge o Japão com um número limitado de empresas.

Quadro XI — Nacionalidade do capital das empresas estrangeiras

Amostras Nacionalidade	I.I.E. (1978)		IFQUATRO (1990)	
	Nº empresas	%	Nº empresas	%
Comunidade Europeia	416	66,6	80	53,1
Bélgica	32	5,1	4	2,6
Dinamarca	4	0,6	1	0,7
França	73	11,7	17	11,3
Holanda	37	5,9	9	6,1
Itália	16	2,7	5	3,3
Luxemburgo	12	1,9	—	—
Reino Unido	100	16	12	7,9
RFA	65	10,4	19	12,6
Espanha	77	12,3	13	8,6
EFTA	136	21,8	20 (a)	13,2
Suécia	40	6,4	7	4,6
Suiça	88	14,1	9	6
EUA	67	10,7	26	17,2
Japão	6	0,9	3	1,9
<b>Total</b>	<b>625 (c)</b>	<b>100</b>	<b>151 (b)</b>	<b>85,4 (d)</b>

Fontes: IIE, *Investimento e Tecnologia*, nº 1/82, p. 17

IFQUATRO, 1991

(a) inclui Finlândia com quatro empresas

(b) inclui 19 empresas de origem desconhecida e três de outras nacionalidades

(c) na fonte são mencionadas 556 empresas. No entanto, a soma do número das empresas atingiu 625

(d) a percentagem não é de 100% porque faltam 22 empresas de origem desconhecida e/ou de outras nacionalidades

## CAPÍTULO 4

### ESTUDO DE CASO: DETERMINANTES REGIONAIS DO IDE

A discussão das motivações que podem conduzir o empresário estrangeiro a seleccionar uma região em detrimento de outra para localizar a sua unidade industrial teve já lugar em pontos anteriores. Por isso, este capítulo trata agora de testar empiricamente as hipóteses que então foram explanadas.

No estudo que se segue, procurou-se identificar para o caso português alguns dos factores mais significativos na explicação das opções de localização regional das empresa de capital ou participação externa.

Os factores assim identificados poderão contribuir para explicar a actual "geografia" do IDE em Portugal e, simultaneamente, detectar défices de atractividade regional a merecerem correção.

#### 4.1. AMOSTRAS

A base de dados utilizada no trabalho econométrico é constituída por duas amostras que serão tratadas autonomamente.

A primeira amostra tem origem no Ficheiro Central de Empresas e Estabelecimentos (FCEE) do Instituto Nacional de Estatística (INE, 1991), com dados económicos abarcando o período compreendido entre 01/01/81 e 31/12/88. A actualização deste ficheiro é realizada a partir de todas as fontes administrativas e estatísticas disponíveis no país, nos termos das leis em vigor.

O número de empresas registadas é de 855.851, encontrando-se em plena actividade 724.050 (84,6%), em início de actividade 92.432 (10,8%) e em situação indefinida 39.369 (4,6%).

Como o interesse do estudo que se pretende efectuar se centra na indústria transformadora, retirou-se um total de 115.231 empresas pertencentes a esta indústria, o que representa cerca de 13,5% do número total das empresas registadas no FCEE. Do conjunto constituído pelas empresas da indústria transformadora expurgaram-se as empresas que no período em estudo não detinham no seu capital social participação estrangeira igual ou superior a 20%. Após esta selecção preliminar ficou-se com um total de 182 empresas, sobre as quais foi possível obter informação respeitante à denominação social, localização distrital da sua sede social, data de constituição, actividade económica principal (CAE/1973 a seis dígitos), montante do capital social, escalão do número de pessoas ao serviço, escalão do volume de vendas e percentagem de participação do capital estrangeiro.

A segunda amostra é uma listagem das 2.000 maiores empresas, em volume de vendas, do ano de 1990, fornecida pela base de dados da empresa IFQUATRO (IFQUATRO, 1991). Esta listagem foi tratada de modo a eliminarem-se as empresas cuja actividade se encontra fora do âmbito da indústria transformadora e aquelas que, embora pertencendo a esta indústria, não detêm uma participação estrangeira no seu capital social igual ou superior a 20%.

Obteve-se, assim, um conjunto de 151 empresas com dados reportados ao ano de 1990 e informações respeitantes à denominação social, classificação da actividade económica (CAE/1973 a seis dígitos), localização distrital da sede da empresa, volume de vendas, capital social, número de trabalhadores ao serviço, resultados líquidos obtidos, exportações, importações, proveniência do capital estrangeiro e percentagem de participação no capital social da empresa.

#### 4.1.1. Restrições das amostras

Um constrangimento comum às duas amostras relaciona-se com a circunstância da localização geográfica anotada para a empresa corresponder à sua sede social, podendo os respectivos estabelecimentos produtivos terem localização geográfica diversa.

No que respeita aos dados do INE acrescem ainda limitações de várias ordens. Por um lado, as situações posteriores à criação da empresa como os aumentos de capital, a aquisição, fusão ou cisão de empresas escapam, na maioria dos casos, aos registos do ficheiro. Depois, o número de pessoas ao serviço corresponde, em muitas situações, apenas ao número de trabalhadores por conta de outrem. Finalmente, porque o período de tempo entre a criação da empresa e o carregamento dos dados económicos no ficheiro é de dois anos, surgem empresas num escalão de número de pessoas e volume de vendas igual a zero, tendo sido referenciadas para efeitos do tratamento estatístico no primeiro escalão, isto é, correspondente a dados económicos desconhecidos.

No caso do IFQUATRO retem-se a incapacidade de fornecer indicações sobre as tendências recentes da localização regional e sectorial, em virtude da data de instalação das empresas ser desconhecida. Pelo contrário, capta as situações decorrentes de processos de aquisição, fusão ou cisão, o que remete para os empresários nacionais a responsabilidade pela escolha da localização da empresa.

#### 4.1.2. Características das amostras

Os dados estatísticos referentes às duas amostras, encontram-se reunidos no ANEXO I.1..

Alguns comentários pertinentes são aduzidos no sentido de esclarecer e realçar os enviesamentos das amostras, bem como ajudar, eventualmente, na explicação do comportamento de alguns dos determinantes a estudar.

Nesta perspectiva, merecem atenção detalhada a distribuição espacial das empresas de capital estrangeiro, a correspondente especialização industrial e a proveniência do capital estrangeiro, este último, apenas disponível no caso da amostra do IFQUATRO.

##### 4.1.2.1. *INE*

Algumas das características desta amostra foram já discriminadas no ponto 3.3.1. do terceiro capítulo. Por isso, os comentários que se seguem debruçam-se apenas sobre aspectos complementares não abordados anteriormente.

A conjugação da distribuição temporal das empresas de capital ou participação estrangeira ao longo do período em análise com os distritos onde estas se localizam, permite detectar uma especial incidência no distrito de Aveiro no ano de 1986 e em Braga no ano de 1987 - 7 empresas. Do mesmo modo se passa no Porto, onde depois de um período inicial de relativa estagnação que dura até 1983, se assinala entre 1984 e 1987 um número considerável de empresas registadas. Pelo contrário, a capital portuguesa regista em 1981 o seu número máximo (10 empresas), estabilizando à volta das 5/6 empresas a partir de 1986. Nos restantes distritos a distribuição das

empresas estrangeiras ao longo do período dispersa-se por vários anos, notando-se uma ligeira acentuação em todos eles a partir de 1985.

Analisando agora a especialização sectorial das regiões contempladas na amostra, encontramos Aveiro especializado na fabricação de calçado, com 6 empresas (30% do distrito na amostra) e fabricação de artigos de vestuário, com 5 empresas (25%). Com reduzida representação (2 empresas) aparecem as outras indústrias transformadoras e a fabricação de produtos metálicos.

Braga é um dos distritos onde a indústria da fabricação de artigos de vestuário se encontra mais desenvolvida (47,6% do distrito), depois segue-se a fabricação de calçado com 2 empresas (9,5%). Coimbra possui duas empresas de capital ou participação estrangeira orientadas para a fabricação do calçado (25% do distrito).

Évora acolhe uma empresa da indústria têxtil; dos metais não ferrosos e da fabricação de produtos metálicos, enquanto a região da Guarda aparece com uma única empresa na indústria alimentar, o mesmo sucedendo com Castelo Branco na indústria têxtil. Faro regista uma empresa apenas na indústria da alimentação; da madeira; das artes gráficas e edição de publicações; e na fabricação de porcelana, faiança, grés fino e olaria de barro.

Leiria acomoda duas empresas na fabricação de artigos de vestuário e uma empresa nas indústrias têxteis; na fabricação de calçado; nas indústrias de madeira; na fabricação de vidro e artigos de vidro; e na fabricação de produtos metálicos.

Lisboa detem um tecido industrial diversificado, repartindo-se as empresas estrangeiras pelas indústrias da fabricação de máquinas não eléctricas (19,2% do distrito); fabricação de máquinas, aparelhos, utensílios e outro material eléctrico (17,3%); fabricação de outros produtos químicos; alimentação; e fabricação de produtos metálicos.

No distrito do Porto encontram-se sedeadas 14 empresas na indústria de fabricação de artigos de vestuário (30% do distrito), 10 empresas (20% do distrito) na fabricação de calçado e 5 nas indústrias têxteis. Com 3 empresas surgem as indústrias de fabricação de artigos de matérias plásticas; fabricação de produtos metálicos; fabricação de máquinas não eléctricas; e fabricação de máquinas, aparelhos, utensílios e outro material eléctrico.

Santarém tem uma dispersão sectorial restringida às indústrias de fabricação de calçado; fabricação de máquinas, aparelhos, utensílios e outro material eléctrico; indústrias da madeira e indústrias básicas do ferro e aço. Já no distrito de Setúbal as indústrias mais representadas são as da alimentação; fabricação de artigos de vestuário; curtumes e artigos de couro; madeira; fabricação de outros produtos químicos; e fabricação de derivados diversos do petróleo e do carvão.

Finalmente, surge Viana do Castelo com 3 empresas correspondentes ao mesmo número de indústrias: fabricação de artigos de vestuário; fabricação de calçado; e fabricação de outros produtos minerais não metálicos.

#### **4.1.2.2. IFQUATRO**

Alguns dos aspectos respeitantes às características desta amostra foram oportunamente abordados no ponto 3.3.1. do terceiro capítulo. Deste modo, a análise que se segue tem um carácter complementar em relação à abordagem anterior.

No que se refere à especialização sectorial das regiões nacionais, Aveiro evidencia uma dispersão sectorial significativa, salientando-se com 2 empresas (67% do sector) a fabricação de calçado e a construção de material de transporte.

Braga, pelo contrário, é um distrito com uma dispersão sectorial reduzida comportando 6 empresas, repartidas por três indústrias: têxtil (75% do sector); fabricação de máquinas, aparelhos, utensílios e outro material eléctrico, e fabricação de artigos de vestuário.

Coimbra apresenta apenas duas empresas na indústria do papel, enquanto no distrito da Guarda estas se repartem pela indústria da alimentação e fabricação de máquinas, aparelhos, utensílios e outro material eléctrico.

Em Leiria encontra-se localizada uma empresa nas seguintes indústrias: alimentação; fabricação de artigos de matérias plásticas; fabricação de porcelana, faiança, grés fino e olaria de barro; fabricação de vidro e de artigos de vidro; e fabricação de produtos metálicos.

O distrito de Lisboa detem um grande número de empresas de capital ou participação estrangeira espalhadas por todos os sectores da actividade transformadora. A indústria da fabricação de outros produtos químicos com 18 empresas destaca-se pela importância para o sector (82%) e para o distrito (21%). As indústrias da fabricação de máquinas, aparelhos, utensílios e outro material eléctrico com 15 empresas (18% do distrito e 65% do sector) e as indústrias da alimentação com 12 empresas (14% do distrito e 70% do sector), revelam também alguma preponderância. Seguem-se as indústrias da fabricação de produtos químicos industriais com 7 empresas (70% do sector), a da construção de material de transporte com 6 empresas (60% do sector) e as artes gráficas e edições de publicações com 4 empresas (100% do sector).

Quanto ao distrito do Porto, a indústria mais representada é a das bebidas com 4 empresas (67% do sector), seguindo-se com 3 empresas cada a fabricação de artigos de vestuário e a fabricação de máquinas, aparelhos, utensílios e outro material eléctrico.

Santarém detem uma empresa na indústria da alimentação; do ferro e do aço (50% do sector); e construção de material de transporte. As 2 empresas

localizadas em Portalegre pertencem à indústria da construção de material de transporte e à fabricação de produtos industriais.

No que respeita ao distrito de Setúbal assinalam-se 4 empresas na indústria de fabricação de outros produtos químicos. As indústrias da madeira (50% do sector) e da fabricação de máquinas, aparelhos, utensílios e outro material eléctrico, registam duas empresas cada.

Viana do Castelo acolhe uma empresa nas outras indústrias transformadoras, enquanto Viseu regista uma empresa nas indústrias do papel e outra na construção de material de transporte.

Quanto à preferência dos países pelas várias regiões nacionais anota-se a preferência dos países da Europa (Holanda, Alemanha, Espanha, França, Bélgica, Finlândia, Suécia e Suíça), EUA e Japão pela capital do país. Nas outras regiões, salienta-se a predilecção dos EUA por Setúbal e Porto, dos franceses, alemães e ingleses por Aveiro e Porto, holandeses e alemães por Braga, e espanhóis pelo Porto, Aveiro, Leiria e Setúbal.

## 4.2. METODOLOGIA

A técnica usada no tratamento estatístico dos dados recolhidos é a análise de regressão. O método seleccionado foi o dos mínimos quadrados. A partir da estimação de equações para as amostras disponíveis pretendeu-se identificar alguns dos determinantes específicos das regiões que as tornam relativamente mais apelativas para os responsáveis pela localização das empresas de capital ou participação estrangeira.

#### 4.2.1. Especificação do modelo

O número de empresas de capital ou participação estrangeira com capital social igual ou superior a 20% identificadas em cada uma das amostras e localizadas nos 18 distritos nacionais é tomada como variável endógena, enquanto alguns dos potenciais determinantes locais do IDE constituem as variáveis exógenas.

A escolha do número de empresas para variável dependente, ao invés do montante médio do capital estrangeiro ou do número médio de pessoas ao serviço, resultou do peso que se procurou atribuir às intenções de investimento em certa região, isto é, procurou-se fazer corresponder à constatação da localização de uma empresa numa dada região uma decisão de investimento desencadeada pelo empresário estrangeiro.

Por outro lado, e no caso da amostra do INE, os montantes do capital estrangeiro registado reportavam-se a vários anos, sendo necessário proceder à actualização dos montantes de capital estrangeiro registados ao longo do período. Depois, o número de pessoas empregadas ou o montante de capital das empresas estrangeiras são medidas susceptíveis de conduzirem a distorções, especialmente quando as empresas se situam em indústrias intensivas em mão de obra ou capital. Por último, a intensidade relativa de capital estrangeiro verificada numa certa região não traduz fielmente a procura dessa região para investir, pois apenas um grande projecto de elevado montante de investimento pode distorcer completamente essa intensidade relativa.

#### **4.2.1.1. Variáveis dependentes**

Como já se referiu, nas duas amostras utilizadas a variável endógena escolhida foi o número de empresas de capital ou participação estrangeira igual ou superior a 20%, localizadas em cada uma das 18 regiões nacionais.

No caso da amostra do INE são 13 as regiões que possuem empresas de capital estrangeiro, apenas havendo a assinalar a sua ausência nas regiões de Beja, Bragança, Portalegre, Vila Real e Viseu. Todavia, esta ausência não obsteu à sua inclusão na regressão (com o valor zero), isto porque se entendeu que o facto destas regiões não deterem quaisquer empresas de capital estrangeiro, pode ter implícito um conjunto de factores que repelem as empresas de capital estrangeiro e que interessaria averiguar.

No caso da amostra do IFQUATRO o número de regiões com empresas de capital ou participação estrangeira igual ou superior a 20% ascende a 12, não se encontrando representadas Beja, Bragança, Castelo Branco, Évora, Faro e Vila Real. Estas regiões foram também incluídas na regressão (com o valor zero) pelas razões já acima enunciadas.

#### **4.2.1.2. Variáveis independentes**

A recolha de informações que traduzissem a realidade regional sob a forma de variáveis exógenas compreendeu a análise de dados de fontes dispersas concernentes a variados atributos das 18 regiões nacionais.

O processo de selecção das variáveis a integrar no modelo compreendeu várias fases. Na primeira, atendeu-se ao acervo teórico e empírico recolhido nos capítulos 1 e 2 que forneceram indicações preciosas quanto às variáveis que do ponto de vista do caso português se afiguravam mais significativas.

Em seguida, calcularam-se as correlações entre as variáveis, excluindo-se aquelas que apresentavam elevados coeficientes de correlação entre si, de modo a atenuar a manifestação de fenómenos de multicolinearidade.

Na fase subsequente, o recurso a variáveis "proxy" foi algumas vezes a única forma de colmatar insuficiências estatísticas específicas e obter indicadores aproximados que espelhassem a realidade intrínseca das regiões a retratar.

Depois, a indisponibilidade de dados apropriados para construir os indicadores sugeridos ou as "proxys" adequadas pode ter conduzido à inclusão de variáveis menos representativas.

Na última fase, procedeu-se à construção de um modelo reduzido para seleccionar, em cada caso, as variáveis mais representativas em termos da sua contribuição para o poder explicativo total da equação.

As variáveis que se seguem foram seleccionadas para integrarem as equações a estimar, constando a discriminação das fontes de informação e o modo como foram construídos os indicadores abaixo mencionados, do anexo I.2.:

- Densidade Populacional (DP): constitui um indicador da presença de economias de aglomeração na região. É indício ainda da existência de actividades de lazer, educação, saúde, etc.
- Acessibilidade (ACESSO): A "proxy" utilizada reporta-se ao montante de investimentos realizados entre 1986 e 1989 com o apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) na construção de infra-estruturas destinadas a melhorar a acessibilidade das regiões. A relativização do montante dos investimentos realizados foi efectuada pela área da respectiva região. Esta "proxy" traduz a disponibilidade de vias de comunicação (estradas, aeroportos, portos de mar e caminho de ferro) e a presença de infra-estruturas básicas (água, luz, saneamento básico, etc.).

- Produto Interno Bruto Regional, "per capita" (PIBR): funciona como indicador útil para expressar a disponibilidade de capital para investimento na região em actividades complementares às desenvolvidas pelas empresas de capital estrangeiro, ou para os empresários locais se envolverem como parceiros em empresas de capital estrangeiro que denunciem a intenção de se localizarem na região.
- Intervenção Local ou Regional (ILR): A "proxy" utilizada é dada pela divisão entre as despesas de investimento realizadas pela autarquia a título de melhoria da sua rede de infra-estruturas e a área respectiva de cada região. Traduz o esforço do poder político em corrigir o défice de atractividade da região por via de instrumentos de política regional (incentivos financeiros, construção de parques industriais, etc.)
- Equipamentos de Apoio à Actividade Económica (EU): O número de telefones "per capita" foi a "proxy" seleccionada para reflectir a presença de comunicações (telex, telecópia, etc.), serviços de manutenção, assistência técnica e consultoria, indispensáveis ao regular funcionamento da empresa e à sua inserção no ambiente económico que a rodeia.
- Equipamentos Sociais (ES): O número de médicos "per capita" foi a "proxy" seleccionada para reproduzir as facilidades em serviço de saúde e ensino existentes na região.
- Dinamismo Económico da Região (DER): A "proxy" seleccionada para representar a existência de um ambiente favorável ao desenvolvimento da actividade económica foi o produto industrial "per capita". A inserção da empresa de capital estrangeiro neste ambiente económico propicia-lhe a obtenção de sinergias e efeitos de difusão resultantes da proximidade de outras actividades económicas.

- Produtividade Regional do Trabalho na Indústria Transformadora (PRTIT): mede o grau de eficiência da mão de obra, constituindo uma medida indirecta de aferição do nível salarial da região.
- Disponibilidade e Qualificação da Mão de Obra (DQMO): A aproximação da situação do mercado de trabalho na região, seja ao nível da disponibilidade da mão de obra, seja ao nível da sua qualificação, é efectuada através da percentagem de população activa empregada no sector secundário e terciário.

### 4.3. ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados dos coeficientes de correlação constam do ANEXO I.3..

O poder explicativo das equações é, de algum modo, consequência do número de observações registado e do nível de agregação exigido.

As considerações que se aventam de seguida não exaurem todas as informações disponibilizadas pela leitura dos resultados, mas apenas focalizam alguns dos aspectos mais relevantes para os objectivos do trabalho.

#### 4.3.1. Comentários aos resultados obtidos a partir da amostra do INE

Os resultados decorrentes do trabalho econométrico efectuado para esta amostra encontram-se sistematizados no quadro XII da página seguinte.

A amostra testada evidencia as restrições e características já mencionadas nos pontos 4.1.1 e 4.1.2.1..

A localização regional das empresas com capital ou participação estrangeira da indústria transformadora parece depender principalmente do nível de desenvolvimento das regiões que acolhem essas empresas. De facto, variáveis como a densidade populacional (DP), os equipamentos sociais (ES), o dinamismo económico (DER), os equipamentos de apoio à actividade económica (EU), a disponibilidade e qualificação da mão de obra (DQMO), a acessibilidade (ACESSO) e o produto interno bruto da região (PIBR) têm um comportamento de sinal positivo face ao número de empresas estrangeiras instaladas em cada região, embora revelem significância estatística diferenciada.

Quadro XII — Resultados do trabalho econométrico para os determinantes regionais (INE, 1991)

	IND	DER	DQMO	PRTIT	ACESSO	DP	EU	ES	ILR	PIBR	R <sup>2</sup> (g.l.)	R <sup>2</sup> (F: 9;8)
ECPE INE	-31,5578 (9,7407) (-3,239) b)	0,0379 (0,012) (3,149) b)	0,1867 (0,0824) (2,267) c)	-0,019 (0,0053) (-3,398) a)	0,2857 (0,1355) (2,109) c)	0,0582 (0,0103) (5,663) a)	0,7202 (0,327) (2,202) c)	1,2831 (0,5442) (2,357) b)	-0,0013 (0,0014) (-0,945) d)	0,0122 (0,0083) (1,461) d)	0,98 (8)	0,99 (162,802) a)

**Legenda:**

n = 18

- a) significativo a 99%
- b) significativo a 95%
- c) significativo a 90%
- c) significativo a 80%

Os valores que se encontram incluídos nos primeiros parêntesis correspondem ao desvio-padrão.  
Os valores que se encontram incluídos nos segundos parêntesis correspondem à T de Student

Na sensibilidade do empresário estrangeiro interessado na escolha de uma região para instalar uma unidade produtiva, desempenharia papel preponderante a presença de economias de aglomeração e a existência de actividades de lazer, cultura, educação e saúde implícitas na variável DP e reforçada com o comportamento das variáveis EU e ES na regressão.

Na mesma linha de interpretação se encara o comportamento das variáveis DER e PIBR que traduzem alguma da influência que o nível de actividade económica e o nível de desenvolvimento relativo da região exercem sobre as decisões de localização.

Como complemento ao retrato da região para efeitos de captação de investimentos externos, referem-se as variáveis ACESSO e MO. A primeira, torna a região mais acessível aos interlocutores mais próximos da empresa (clientes, fornecedores, etc.), permitindo tanto o escoamento eficiente dos produtos finais, como o aprovisionamento das matérias primas segundo as exigências das novas técnicas de gestão ("just in time", por exemplo). A segunda, assegura um mercado de trabalho potencial em quantidade e qualidade a que a empresa pode recorrer a qualquer momento em condições competitivas de custos salariais e formação.

Saliente-se, a propósito, que as variáveis acima mencionadas obtiveram coeficientes de correlação positivos e bastante significativos (estão situados entre 0,46 e 0,98).

De sinal contrário, e estatisticamente significativo, aparece a produtividade do trabalho (PRTIT) dando a entender que na decisão de implantar uma empresa estrangeira numa certa região a influência da produtividade da mão de obra é menosprezada, e indirectamente o seu custo. Esta conclusão pode resultar do facto destas empresas empregarem um número reduzido de pessoas ou pela intensidade de tecnologia aplicada no processo produtivo que remete para segundo plano a eficiência do trabalhador e a ponderação dos

seus custos salariais. O coeficiente de correlação ajuda a corroborar esta interpretação pois situa-se em 0,37, algo abaixo das restantes variáveis consideradas no modelo.

Uma variável que na regressão tem um comportamento estatisticamente não significativo, embora de sinal negativo, é a intervenção local ou regional (ILR), embora o coeficiente de correlação seja positivo e bastante elevado (0,94). A explicação para este comportamento pode residir no nível semelhante de incentivos oferecidos pelas autarquias que pretendem atrair investimento estrangeiro e que reciprocamente se anulam. Pode revelar, ainda, o grau relativo de autonomia do empresário estrangeiro na escolha da região, ou reflectir algum do seu desagrado pela intervenção demasiado voluntarista das autarquias.

#### **4.3.2. Comentários aos resultados obtidos a partir da amostra do IFQUATRO**

Os resultados decorrentes do trabalho econométrico efectuado para esta amostra encontram-se sistematizados no quadro XIII da página seguinte.

A interpretação das variáveis que integram a regressão merecem alguns cuidados de análise. A este facto não é estranho a composição da amostra em causa que, como já alertamos nos pontos 4.1.1 e 4.1.2.2, traduz o universo das grandes empresas estrangeiras (em volume de vendas) estabelecidas no nosso país.

Quadro XIII — Resultados do trabalho econométrico para os determinantes regionais (IFQUATRO, 1991)

	IND	DER	DCMO	PRTIT	ACESSO	DP	EU	ES	ILR	PIBR	$\bar{R}^2$ (g.l.)	$R^2$ (F: 9,8)
ECPE IFQUATRO	4,0792 (25,9916) (0,156)	-0,0576 (0,0321) (-1,791) d)	-0,5917 (0,2197) (-2,692) b)	0,0432 (0,0149) (2,899) b)	-1,3778 (0,3615) (-3,811) a)	0,0622 (0,0274) (2,269) c)	-0,4457 (0,8726) (-0,51)	-1,1002 (1,452) (-0,757)	0,00703 (0,0038) (1,832) d)	0,0451 (0,0223) (2,018) c)	0,94 (8)	0,97 (32,47) a)

**Legenda:**

n = 18

a) significativo a 99%

b) significativo a 95%

c) significativo a 90%

c) significativo a 80%

Os valores que se encontram incluídos nos primeiros parêntesis correspondem ao desvio-padrão.

Os valores que se encontram incluídos nos segundos parêntesis correspondem à T de Student

A distribuição espacial destas empresas na indústria transformadora parece ser influenciada por variáveis como a densidade populacional (DP) e o produto interno bruto regional (PIBR). Isso mesmo é revelado pela análise das correlações (0,80 e 0,85, respectivamente). A esta constatação não devem ser alheios os factores que geralmente andam associados àquelas variáveis como as economias de aglomeração e a disponibilidade de capital para investimentos na região em actividades complementares das grandes empresas estrangeiras, que se afiguram fundamentais para garantir o recurso à subcontratação ou assegurar o concurso de um parceiro local.

De sinais algo inesperados e contrários aos registados na amostra anterior surgem a produtividade do trabalho (PRTIT), a acessibilidade (ACESSO), a intervenção local e regional (ILR), a disponibilidade e qualificação da mão de obra (DQMO) e o dinamismo económico da região (DER), embora as correlações obtidas para estas variáveis sejam de sinal positivo e nalguns casos (ILR, EU) com valores significativos. A interpretação destas variáveis merece alguns cuidados.

Nos casos das variáveis PRTIT e ILR os sinais positivos parecem evidenciar, por parte dos responsáveis pela decisão de selecção da região, preocupações de ordem diversa.

No primeiro caso, a eficiência e os custos da mão de obra revelam-se um factor decisivo em empresas que empregam, frequentes vezes, um número elevado de trabalhadores e utilizam intensamente modernas tecnologias nos seus processos de produção. Como o mercado em que concorrem está geralmente mundializado, a produtividade do trabalho e os custos salariais podem desempenhar um papel preponderante na atribuição de uma vantagem competitiva baseada no custo dos factores. Aliás, não são raras as situações em que uma empresa estrangeira de grande dimensão opta por um país de níveis salariais reduzidos para manter a sua competitividade internacional.

No caso da variável ILR, o seu comportamento denuncia algum interesse dos empresários estrangeiros pelo volume de incentivos concedidos pelos órgãos locais, mais como benefício pela escolha do país no panorama

internacional, do que pela região em particular. Estes incentivos, poderão ser assim o produto de compromissos assumidos anteriormente pelo governo central (atente-se, por exemplo, no projecto Ford/VW no distrito de Setúbal), ou de um esforço desencadeado pela autarquia. Por outro lado, o volume de investimento a efectuar é de tal modo considerável que é razoável pensar no aumento da sensibilidade do empresário estrangeiro para o incentivo.

Quanto ao comportamento das variáveis respeitantes à acessibilidade (ACESSO), à disponibilidade e qualificação da mão de obra (DQMO) e ao dinamismo económico da região (DER) parecem revelar uma certa indiferença das grandes empresas pela acessibilidade à região, talvez porque a sua instalação numa região confere-lhe, à partida, o poder de influenciar a construção ou a melhoria das acessibilidades existentes nessa região. Outra possibilidade é as empresas estrangeiras optarem só por localizações onde as acessibilidades se encontrem suficientemente desenvolvidas. No mesmo sentido é a interpretação quanto à variável DQMO, como que a suggestionar uma capacidade de formação interna e/ou externa e de atracção de mão de obra em qualidade e quantidade para a empresa. Finalmente, a variável DER seria, nesta perspectiva, despicienda já que a instalação da empresa estrangeira de grande dimensão se mostraria capaz de, só por si, fomentar esse dinamismo económico através, por exemplo, do estabelecimento de empresas subcontratantes na região.

Por último, as variáveis equipamentos de apoio à actividade económica (EU) e equipamentos sociais (ES), sem significância estatística, mas com sinal inesperado (negativo), corroboram a interpretação aventada para a variável ACESSO, isto é, que a dimensão da empresa, só por si, poderia ser suficiente para modificar a estrutura dos equipamentos urbanos e dotar a região de equipamentos sociais adequados.

## CAPÍTULO 5

### ESTUDO DE CASO: DETERMINANTES SECTORIAIS DO IDE

A atracção das empresas de capital ou participação estrangeira por indústrias com características particulares foi já objecto de uma abordagem teórica nos capítulos 1 e 2. É chegado, agora, o momento de identificar essas características e avaliar a sua importância nalguns sectores da indústria transformadora em Portugal.

Este capítulo deve ser encarado como complementar do anterior, dado que os determinantes estruturais das regiões se interrelacionam intimamente com os sectores ou indústrias. Quer dizer, os determinantes que subjazem às decisões de implantar a empresa de capital estrangeiro numa dada região compreendem, para além dos determinantes específicos à região, os específicos ao sector industrial onde a empresa deseja inserir-se, estando estes últimos disponíveis nas regiões em proporção diversa.

As consequências da análise às características dos sectores industriais revertem a favor da identificação dos determinantes estruturais da orientação sectorial das empresas de capital ou participação estrangeira. Do mesmo modo, se pretende graduar a relevância de cada um dos determinantes em função do sector industrial.

#### 5.1. AMOSTRAS

A base de dados continua a ser constituída por duas amostras que serão tratadas de forma separada.

A primeira refere-se ao Ficheiro Central de Empresas e Estabelecimentos do Instituto Nacional de Estatística (INE, 1991), e já foi referenciada em pormenor no capítulo anterior, seja do ponto de vista da informação que disponibiliza, seja do ponto de vista do tratamento a que foi sujeita.

A segunda amostra é uma listagem das 2.000 maiores empresas da indústria transformadora, em volume de vendas, do ano de 1990, fornecida pela base de dados da empresa IFQUATRO (IFQUATRO, 1991). O tratamento a que esta listagem foi submetida e a informação que contem já foi também objecto de referência no capítulo anterior.

#### **5.1.1. Restrições das amostras**

Como já acima se mencionou os constrangimentos a que ambas as amostras estão sujeitas foram explanados no capítulo anterior.

#### **5.1.2. Características das amostras**

Os dados estatísticos referentes às duas amostras, encontram-se reunidos no ANEXO II.1.. Alguns comentários pertinentes são efectuados, seguidamente, no sentido de esclarecer e salientar alguns aspectos das amostras objecto de estudo.

Nesta óptica, merecem saliência especial a orientação sectorial das empresas estrangeiras entre 1981 e 1988, no caso da amostra do INE, e por nacionalidades, no caso da amostra do IFQUATRO.

#### **5.1.2.1. INE**

As características essenciais desta amostra foram já objecto de análise no ponto 3.3.2. do terceiro capítulo.

Numa comparação entre a repartição temporal das empresas da amostra e a sua orientação sectorial, anota-se que o ano de 1988 foi o preferido pelas empresas da indústria da alimentação, enquanto na indústria da fabricação de artigos de vestuário é o ano de 1987. Na indústria de fabricação de calçado são os anos de 1985 e 1986 que alcançam um número significativo de empresas. Já para as indústrias de fabricação de máquinas não eléctricas são os anos de 1981, 1983 e 1986 que se revelam mais dinâmicos, remetendo para os anos de 1982 e 1986 a fabricação de máquinas, aparelhos, utensílios e outro material eléctrico.

#### **5.1.2.2. IFQUATRO**

No ponto 3.3.2. do capítulo terceiro já aludimos às características mais relevantes desta amostra. Resta agora, reconhecer algumas especializações sectoriais em função da nacionalidade do capital estrangeiro.

Nas indústrias metalúrgicas de base emergem os interesse dos investidores franceses (50%), espanhóis (25%) e ingleses (25%); enquanto a fabricação de porcelana, faiança, grés fino e olaria de barro, e a fabricação de vidro e de artigos de vidro, merece o empenhamento de espanhóis (57%), italianos e americanos.

Já na fabricação de produtos químicos industriais são os empresários de origem franceses, alemã e belga que predominam, registando a fabricação de outros produtos químicos a atenção de alemães, franceses, espanhóis, suíços e

americanos. Na fabricação de derivados diversos do petróleo e do carvão inscrevem-se os interesses americanos (40%), holandeses e ingleses; na indústria de borracha relevam os americanos e os espanhóis; e na fabricação de artigos de matérias plásticas são os investidores ingleses e alemães que dominam.

As indústrias do papel exercem atração sobre os empresários ingleses, suecos, franceses e americanos, enquanto as artes gráficas e edições de publicações atraem americanos, finlandeses e alemães. As indústrias da madeira revelam uma preferência dos empresários americanos (75% do sector) e alemães, enquanto a do mobiliário tem apenas uma empresa de nacionalidade americana.

Na indústria têxtil, ingleses e holandeses detêm igual preferência (1 empresa cada). Na fabricação de artigos de vestuário, são os suecos e holandeses com 2 empresas, e os espanhóis, finlandeses e suíços que com uma empresa têm alguma relevância. Na fabricação de calçado estão com uma empresa cada os alemães e dinamarqueses.

Nas indústrias alimentares regista-se uma concentração acentuada de empresas originárias da Suíça e EUA (3), Itália e Holanda (2), Reino Unido, Alemanha e Bélgica (1 empresa cada). Na indústria das bebidas o Reino Unido tem preponderância com 2 empresas, seguindo-se a Holanda e os EUA com uma cada.

## 5.2. METODOLOGIA

A técnica usada no tratamento estatístico da base de dados construída é, à semelhança do capítulo anterior, a análise de regressão com base no método dos mínimos quadrados.

A estimação de algumas regressões afigurou-se ser a via indicada para identificar as características específicas dos sectores industriais onde se inserem as empresas de capital ou participação estrangeira incluídas nas duas amostras.

Numa primeira fase, foi escolhida a indústria transformadora para se obter uma percepção global dos determinantes que influenciavam a localização das empresas estrangeiras. Depois, como a representação dos sectores da indústria transformadora era distinta e havia a necessidade de os considerar separadamente para análise, decidiu-se incluir, no âmbito deste trabalho, apenas alguns dos sectores mais significativos, embora se tivesse procedido à análise de todos eles.

Deste modo, na amostra do INE, para além da indústria transformadora, foram consideradas duas regressões: a primeira, corresponde ao sector 32 "indústrias têxteis, do vestuário e do couro"; e a segunda ao sector 38 "fabricação de produtos metálicos e de máquinas, equipamentos e material de transporte".

Na amostra do IFQUATRO foi considerada a regressão relativa à indústria transformadora e as regressões correspondentes ao sector 35 "indústrias químicas dos derivados do petróleo e do carvão e dos produtos de borracha e de plástico" e, à semelhança da amostra anterior, o sector 38.

Com excepção das regressões relativas à indústria transformadora, as restantes regressões foram submetidas ao teste autónomo de três características sectoriais. A primeira, avalia a sensibilidade dos empresários estrangeiros face ao nível salarial quando seleccionam uma região para instalarem a sua indústria. A segunda, destaca a dotação em recursos naturais de certas regiões como motivo essencial da sua escolha por empresários estrangeiros, interessados em localizarem geograficamente as suas empresas próximas das fontes de matérias primas imprescindíveis ao processo produtivo

de alguns sectores industriais. Finalmente, a última equação salienta o mercado como determinante decisiva no processo de escolha da região onde localizar a empresa estrangeira, não só na perspectiva imediata de explorar o potencial do mercado nacional, mas também num horizonte temporal mais alargado de servir de plataforma giratória a empresas estrangeiras não comunitárias que desejem colocar os seus produtos no mercado comunitário a partir de Portugal.

### 5.2.1. Especificação do modelo

O número de empresas registadas nas duas amostras dentro de cada sector, são consideradas também por região, sendo objecto de regressão múltipla com alguns dos potenciais determinantes sectoriais do IDE.

Aos sectores considerados corresponde um modelo onde as variáveis a estimar manterão a mesma designação embora se incluam apenas os valores respeitantes àquele sector.

No caso da indústria transformadora são considerados num só modelo os 8 sectores (excluiu-se o sector 39 "outras indústrias transformadoras") no seu conjunto.

As referências efectuadas no capítulo anterior em relação ao modelo, a propósito da escolha do número de empresas para variável dependente, ao contrário do "stock" médio de capital estrangeiro ou do número médio de pessoas ao seu serviço, são inteiramente válidas neste modelo, isto é, mantem-se presente a opção pelo número de empresas para variável endógena.

### **5.2.1.1. Variáveis dependentes**

No trabalho econométrico a desenvolver a variável endógena reporta-se ao número de empresas de capital ou participação estrangeira igual ou superior a 20% dentro de cada sector da indústria transformadora, atendendo-se ainda à sua distribuição pelas 18 regiões nacionais.

### **5.2.1.2. Variáveis independentes**

A escolha das variáveis exógenas a incluir no modelo foram objecto de análise prévia, tendo-se optado por aquelas que se afiguravam mais representativas para o caso português. Foi ainda com base nesta fundamentação que se procedeu à autonomização das variáveis exógenas: salários "per capita" na indústria transformadora (SIT); recursos naturais regionais (RNR); e dimensão do mercado (DM). O uso de variáveis "proxy" foi encarado como último recurso para obviar a lacunas estatísticas, impossíveis de resolver por outra via. Nas situações em que a informação estatística se encontrava indisponível ou a sua validação era difícil de obter, optou-se pela sua eliminação.

Pese embora estes esforços e o número de variáveis independentes utilizadas, mantêm-se algumas debilidades na caracterização sectorial efectuada. Quer dizer, se por um lado havia que incluir o maior número de variáveis explicativas que ajudassem a contemplar a realidade de um sector numa região, por outro lado, havia que não sobrecarregar o modelo com variáveis que diminuíam a consistência dos resultados estatísticos obtidos.

As variáveis que se discriminam de seguida, foram escolhidas para integrarem as regressões a estimar e afiguram-se adequadas aos objectivos do

presente trabalho. A discriminação das fontes de informação e o modo como foram construídas as variáveis abaixo mencionadas, encontram-se no ANEXO II.2.:

- Conteúdo Tecnológico do sector (CT): As despesas em investigação e desenvolvimento realizadas pelas empresas portuguesas constituem a variável "proxy" a utilizar no modelo. É sintoma de sector onde a verificação de vantagens de posse é fundamental, estejam estas ligadas à detenção de "know-how" específico ou a processos produtivos tecnologicamente evoluídos.
- Produtividade do Trabalho (PT): Esta variável resulta da ponderação do valor acrescentado bruto verificado num sector pelo número de pessoas ao serviço nesse mesmo sector. É uma tentativa de aproximação ao grau de eficiência da mão de obra empregada no sector. É uma medida de avaliação das intenções de investimento em certo sector baseadas na produtividade, por alternativa às baseadas exclusivamente nos salários. De facto, os custos salariais só por si, podem não ser suficientes para justificar a orientação sectorial do investimento, podendo a relativização destes com a produtividade do trabalho verificada em dada indústria alterá-los de forma substancial.
- "Ratio" Capital/Trabalho por sector (RCT): Esta variável é obtida a partir da divisão entre a Formação Bruta do Capital Fixo constatada num sector e o número de pessoas ao serviço nesse mesmo sector. Relativiza a intensidade do investimento realizado num sector pelo número de trabalhadores empregados nesse sector. É, por isso, um indicador aproximado do esforço financeiro que é necessário desenvolver para investir no sector.
- Propensão Multinacional do sector (PM): Esta variável é obtida a partir da divisão entre o número de empresas de capital ou participação

estrangeira igual ou superior a 20%, e o número total de empresas registadas nesse sector. Quando as empresas estrangeiras se reportam à amostra do INE, a variável assume a designação PM1; se provêm da amostra do IFQUATRO então adopta a designação PM2. Revela um ambiente favorável à captação de investimento para o sector: por um lado, beneficia da atenuação dos riscos do ambiente externo; por outro, aproveita as sinergias das outras empresas estrangeiras instaladas no mesmo sector.

- Greves (GR): Esta variável é obtida pela divisão entre o número de dias de trabalho perdidos no sector e o número de dias de trabalho perdidos no distrito. É uma medida aproximada da instabilidade social provocada pela ocorrência de conflitos laborais no sector.
- Salários na Indústria Transformadora "per capita" (SIT): apresenta-se como um indicador relevante para determinar os custos relativos de mão de obra entre os sectores, explicitando, desta forma, as intenções de investimento baseadas na exploração de baixos salários.
- Recursos Naturais Regionais (RNR): Como "proxy" à dotação das regiões em recursos naturais foi utilizado o quantitativo do imposto mineiro devido pelas empresas detentoras de concessões para exploração de minérios. Esta variável pode ajudar a explicar as decisões de instalar a empresa estrangeira em regiões dotadas de matérias primas essenciais ao processo produtivo de certas indústrias.
- Dimensão de mercado (DM): A "proxy" impostos directos "per capita" constitui uma aproximação possível ao potencial de mercado que cada região representa para a empresa estrangeira interessada em explorar os mercados locais.

### **5.3. ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS**

Os quadros das páginas seguintes sistematizam os resultados alcançados nas regressões produzidas a propósito dos determinantes sectoriais, enquanto os resultados dos coeficientes de correlação constam do ANEXO II.3..

O poder explicativo das regressões é, de algum modo, consequência do número de observações registado e do nível de agregação escolhido.

A opção pela utilização de um nível de agregação sectorial a dois dígitos permite que nessa indústria se acomodem outras com características diversas. A título exemplificativo poder-se-á mencionar o sector das indústrias têxteis do vestuário e do couro que, embora pertencentes à mesma classificação das actividades económicas (CAE 32), têm natureza completamente diferente, seja na intensidade de utilização de mão de obra, capital, tecnologia, etc..

Os comentários que se veiculam nos pontos seguintes não esgotam as informações que podem ser retiradas pela interpretação dos resultados, mas apenas abordam alguns dos aspectos que se afiguraram mais relevantes para os objectivos do trabalho.

#### **5.3.1. Comentários aos resultados obtidos a partir da amostra do INE**

A amostra testada enferma das restrições e características que já foram objecto de referência nos pontos 5.1.1. e 5.1.2.1..

### **5.3.1.1. Indústria Transformadora**

Os resultados do trabalho econométrico realizado para esta indústria encontram-se sistematizados no quadro XIV da página seguinte.

O nível elevado de agregação da análise e a coexistência de indústrias com características específicas muito díspares, pode ter contribuído para o reduzido poder explicativo da equação. Por outro lado, insuficiências estatísticas de vária ordem, limitaram a inclusão no modelo de algumas variáveis que, eventualmente, se afigurariam mais adequadas à explicação do fenómeno em vista.

Como determinante importante nesta indústria sobressae a propensão multinacional (PM1), o que leva a pensar que a existência de um ambiente multinacional no sector reduz o risco e a incerteza da decisão de investir, seja pelo reforço do poder de "lobbying" junto das entidades nacionais, seja pelo acesso privilegiado à informação sobre o meio envolvente económico, financeiro, social, legal, etc..

Salienta-se, ainda, embora sem significância estatística, a produtividade do trabalho (PT) e o esforço de investimento (RCT). No primeiro caso, os empresários estrangeiros mostrar-se-iam algo interessados no nível de produtividade do trabalho da indústria. No segundo, o volume de investimento exigido parece ser um factor pouco significativo quando se trata de explicar as intenções de investimento nesta indústria. No mesmo sentido parecem apontar os coeficientes de correlação obtidos que nas duas variáveis apresentam um sinal negativo e um valor diminuto.

Finalmente, refira-se a instabilidade laboral (GR) que sem merecer significância estatística, poderá ter repercussões negativas nas atitudes de investimento do empresário estrangeiro.

Quadro XIV — Resultados do trabalho econométrico para a indústria transformadora (INE, 1991)

	IND	CT	PT	RCT	PM1 (INE)	PM2 (IF4)	GR			$\bar{R}^2$ (g.l.)	$R^2$ (F: 5;138)
ECCE INE	0,9899 (0,6155) (1,608)	0,0029 (0,0072) (0,402)	-0,1463 (0,6952) (-0,21)	-0,0001 (0,0006) (-0,209)	0,3161 (0,0889) (3,557) a)		-0,0054 (0,0062) (-0,858)			0,06 (138)	0,09 (2,88) a)

Legenda:

n = 144

- a) significativo a 99%
- b) significativo a 95%
- c) significativo a 90%
- c) significativo a 80%

Os valores que se encontram incluídos nos primeiros parêntesis correspondem ao desvio-padrão.  
Os valores que se encontram incluídos nos segundos parêntesis correspondem à T de Student

#### *5.3.1.1.1. Indústrias têxteis do vestuário e do couro (CAE 32)*

Os resultados obtidos para esta indústria encontram-se sistematizados no quadro XV da página seguinte.

O teste às hipóteses dos recursos naturais (RNR), da dimensão do mercado (DM) e dos custos salariais (SIT) saem frustradas, parecendo ser irrelevantes para quem opta por investir nesta indústria. A sua inclusão, aliás, não melhora o poder explicativo das equações, o que pode traduzir a existência de outros factores complementares que explicariam, provavelmente com maior acuidade, as orientações do investimento estrangeiro para este sector. Os baixos níveis de correlação que estas três variáveis apresentam expressam também a sua pouca importância na explicação do fenómeno.

Deste modo, a única variável que tem significado no contexto das regressões é o conteúdo tecnológico (CT). As restantes variáveis, embora manifestem um comportamento esperado através dos sinais que apresentam, não são estatisticamente significativas.

Sublinha-se, no entanto, a sensibilidade do investidor pelo nível tecnológico da indústria, relegando para segundo plano considerações em torno da produtividade do trabalho (PT), do esforço de investimento (RCT), do ambiente multinacional (PM1) e do clima de instabilidade social (GR), aproximado pelos conflitos laborais ocorridos na indústria.

Quadro XV — Resultados do trabalho econométrico para as indústrias têxteis do vestuário e do couro (INE, 1991)

	IND	CT	PT	RCT	PM1 (INE)	PM2 (IF4)	GR	RNR	DM	SIT	$\bar{R}^2$ (g.l.)	$R^2$ (F:6;11)
ECCEINE 1	2,8043	0,1595	-0,2859	-0,0002	0,1702		-0,0106				0,39	0,57
	(4,2871)	(0,0469)	(3,5724)	(0,0117)	(0,3918)		(0,0146)				(12)	(3,18)
	(0,654)	(3,398)	(-0,08)	(-0,017)	(0,434)		(-0,729)					(F:5;12)
		a)										c)
ECCEINE 2	1,9527	0,1553	0,289	0,0007	0,1637		-0,0141	0,0967			0,34	0,57
	(5,2545)	(0,0507)	(4,1627)	(0,0125)	(0,408)		(0,0188)	(0,3158)			(11)	(2,47)
	(0,371)	(3,065)	(0,069)	(0,058)	(0,401)		(-0,745)	(0,306)				c)
		b)										
ECCEINE 3	1,3468	0,16	-0,9709	0,0005	0,2299		-0,0066		35,736		0,37	0,59
	(4,7298)	(0,0477)	(3,7316)	(0,119)	(0,4052)		(0,0156)		(45,207)		(11)	(2,677)
	(0,284)	(3,355)	(-0,26)	(0,043)	(0,567)		(-0,424)		(0,79)			
		a)										c)
ECCEINE 4	3,1971	0,1586	-0,2302	-0,00009	0,1779		-0,011				0,33	0,57
	(8,2237)	(0,0514)	(3,8567)	(0,0123)	(0,4313)		(0,0169)				(11)	(2,436)
	(0,388)	(3,087)	(-0,059)	(-0,008)	(0,4125)		(-0,6542)					
		b)										c)

Legenda:

n = 18

a) significativo a 99%

b) significativo a 95%

c) significativo a 90%

c) significativo a 80%

Os valores que se encontram incluídos nos primeiros parêntesis correspondem ao desvio-padrão.

Os valores que se encontram incluídos nos segundos parêntesis correspondem à T de Student

*5.3.1.1.2. Fabricação de produtos metálicos e de máquinas, equipamento e material de transporte (CAE 38)*

Os resultados referentes ao trabalho econométrico produzido para esta indústria encontram-se sistematizados no quadro XVI da página seguinte.

Nesta indústria as hipóteses a testar aumentam substancialmente o poder explicativo das equações. Nos casos em que as hipóteses colocadas exibem acuidade estatística (RNR e DM) a sua expressão é divergente. Enquanto a hipótese da canalização do investimento motivada pela exploração da dimensão do mercado é significativa, a da exploração dos recursos naturais já o é menos, comportando ainda um sinal negativo. A sua interpretação sugere a reduzida preponderância dos recursos naturais e dos custos salariais nesta indústria.

As variáveis que recolhem significado estatístico em todas as regressões são o conteúdo tecnológico (CT) e o ambiente multinacional (PM1), portando-se ambas de acordo com o aguardado, isto é, com sinais positivos, o mesmo sucedendo ao nível das correlações (0,83 e 0,52, respectivamente).

Quanto às outras variáveis, com excepção da produtividade do trabalho (PT), são estatisticamente insignificantes quando se trata de explicar a orientação do investimento estrangeiro nesta indústria. Mesmo assim, salienta-se a curiosidade dos sinais positivos exibidos pela variável instabilidade laboral (GR) em três das regressões (sinal esperado apenas quando se exclui o teste autónomo às três hipóteses) e os sinais negativos da produtividade do trabalho (PT) e da intensidade de capital (RCT) [sinal contrário no caso do teste à hipótese da dimensão do mercado].

Quadro XVI — Resultados do trabalho econométrico para as indústrias da fabricação de produtos metálicos e de máquinas, equipamento e material de transporte (INE, 1991)

	IND	CT	PT	RCT	PM1 (INE)	PM2 (IF4)	GR	RNR	DM	SIT	R <sup>2</sup> (g.l.)	R <sup>2</sup> (F;6;11)
ECCEINE 1	1,6429 (2,8683)	0,014 (0,0026)	-1,7652 (3,0599)	-0,0022 (0,0058)	0,5039 (0,2279)		-0,001 (0,0196)				0,71 (12)	0,79 (9,46)
	(0,572)	(5,263) a)	(-0,576)	(-0,384)	(2,211) b)		(-0,553)					(F: 5;12) a)
ECCEINE 2	7,4904 (4,6497)	0,0143 (0,0025)	-6,036 (3,9988)	-0,0093 (0,0071)	0,3749 (0,2312)		0,0308 (0,0277)	-0,3476 (0,2244)			0,74 (11)	0,83 (9,207)
	(1,61) d)	(5,667) a)	(-1,509) d)	(-1,302)	(1,621) d)		(1,111)	(-1,548)				a)
ECCEINE 3	-2,1446 (1,4248)	0,0072 (0,0015)	-1,7784 (1,3994)	0,0002 (0,0026)	0,2619 (0,1101)		0,0105 (0,0091)		104,596 (15,36)		0,94 (11)	0,96 (45,44)
	(-1,505) d)	(4,608) a)	(-1,27)	(0,08)	(2,378) b)		(1,146)		(6,809) a)			a)
ECCEINE 4	-2,5908 (5,6112)	0,0138 (0,0026)	-0,8223 (3,2691)	-0,002 (0,0058)	0,4721 (0,2329)		0,0087 (0,0227)			0,0041 (0,0046)	0,70 (11)	0,81 (7,86)
	(-0,461)	(5,124) a)	(-0,251)	(-0,348)	(2,027) c)		(0,383)			(0,88)		a)

Legenda:

n = 18

a) significativo a 99%

b) significativo a 95%

c) significativo a 90%

c) significativo a 80%

Os valores que se encontram incluídos nos primeiros parêntesis correspondem ao desvio-padrão.

Os valores que se encontram incluídos nos segundos parêntesis correspondem à T de Student

### 5.3.2. Comentários aos resultados obtidos a partir da amostra do IFQUATRO

A amostra objecto de trabalho econométrico sofre das condicionantes que já foram referenciadas a propósito dos pontos 5.1.1. e 5.1.2.2..

#### 5.3.2.1. Indústria Transformadora

Os resultados do trabalho econométrico efectuado para esta indústria constam do quadro XVII da página seguinte.

A reduzida capacidade de explicação da equação remete-nos para os condicionalismos já referidos no ponto 5.3.1.1. deste capítulo.

Os determinantes que se afiguram significativos nesta indústria cingem-se à propensão multinacional (PM2) única variável que assume acuidade estatística e sinal positivo, deixando transparecer, talvez, a ideia de que mesmo para as grandes empresas estrangeiras o conhecimento apriorístico do meio envolvente é uma vantagem a não desprezar.

Das outras variáveis estudadas salienta-se o sinal esperado (negativo) da instabilidade laboral (GR), que parece revelar a importância de um ambiente social estável na atracção do investimento externo, e o sinal surpreendente (negativo) da variável conteúdo tecnológico (CT) que pode espelhar, de algum modo, a relativa indiferença dos investidores pelo nível tecnológico da indústria e o reduzido interesse na utilização de vantagens de posse adstritas à investigação e desenvolvimento, mas que poderiam assumir outra forma como as que decorrem de conhecimentos de gestão, "marketing", etc.. O coeficiente de correlação da segunda variável, apesar de pouco significativo mas com sinal negativo (-0,01), parece confirmar aquele diagnóstico.

A intensidade de capital a investir (RCT) e a produtividade do trabalho (PT) afiguram-se, à semelhança do que se passava na amostra anterior, despiciendas como factores a considerar na atracção das empresas estrangeiras.

Quadro XVII — Resultados do trabalho econométrico para a indústria transformadora (IFQUATRO, 1991)

	IND	CT	PT	RCT	PM1 (INE)	PM2 (IF4)	GR			R <sup>2</sup> (g.l.)	R <sup>2</sup> (F: 5;138)
ECCEIF	1,1583 (0,577) (2,007)	-0,0015 (0,0069) (-0,214)	-0,6332 (0,669) (-0,946)	-0,0002 (0,0006) (-0,378)		0,4402 (0,088) (5,001) a)	-0,0078 (0,006) (-1,298)			0,14 (138)	0,17 (5,705) a)

**Legenda:**

n = 144

- a) significativo a 99%
- b) significativo a 95%
- c) significativo a 90%
- c) significativo a 80%

Os valores que se encontram incluídos nos primeiros parêntesis correspondem ao desvio-padrão.  
Os valores que se encontram incluídos nos segundos parêntesis correspondem à T de Student

*5.3.2.1.1. Indústrias químicas dos derivados do petróleo e do carvão e dos produtos de borracha e plástico (CAE 35)*

Os resultados decorrentes do trabalho econométrico efectuado para esta indústria encontram-se sistematizados no quadro XVIII da página seguinte.

Nesta indústria nenhuma das hipóteses testadas (presença de recursos naturais, dimensão do mercado e custos salariais) indicia influenciar as decisões do investidor estrangeiro.

A propensão multinacional (PM2) é inexpressiva estatisticamente, embora com sinal positivo nas três primeiras regressões, o que pode traduzir o interesse dos empresários estrangeiros em localizar as empresas pertencentes a este sector numa região onde exista à partida um ambiente multinacional significativo. O sinal negativo é obtido quando se considera a hipótese da presença dos recursos naturais na região, o que compreensivelmente não obstará a que a empresa se localizasse nessa região mesmo sem a existência de um ambiente multinacional favorável.

Já o conteúdo tecnológico (CT) se afigura relevante, espelhando a importância atribuída às vantagens tecnológicas das empresas estrangeiras que procuram este sector. Isso mesmo transparece no nível elevado de correlação que regista esta variável (0,97) por referência às restantes.

A variável "rácio" capital/trabalho (RCT) exhibe significado estatístico e comportamento que sugere alguma importância atribuída ao comprometimento em capital que seria necessário realizar por parte das empresas para concretizar o investimento neste sector. Na mesma linha de interpretação, mas sem significância estatística, nem a produtividade do trabalho (PT), nem os conflitos laborais (GR) se mostram factores relevantes para a explicação do fenómeno em vista, denotando o primeiro uma correlação reduzida e de sinal negativo.

Quadro XVIII — Resultados do trabalho econométrico para as indústrias químicas dos derivados do petróleo e do carvão e dos produtos de borracha (IFQUATRO, 1991)

	IND	CT	PT	RCT	PM1 (INE)	PM2 (IF4)	GR	RNR	DM	SIT	R <sup>2</sup> (g.l.)	R <sup>2</sup> (F:6;11)
ECCEIF1	-0,3759	0,0275	-0,3588	0,0017		0,0048	-0,0027				0,97	0,979
	(0,5586)	(0,0016)	(1,051)	(0,009)		(0,138)	(0,03)				(12)	(113,43)
	(-0,672)	(16,667)	(-0,341)	(1,89)		(0,035)	(-0,091)					(F:5;12)
	a)		c)									a)
ECCEIF2	-0,3004	0,0276	-0,1726	0,0017		-0,0167	0,016	-0,048			0,96	0,98
	(0,573)	(0,0016)	(1,0878)	(0,0009)		(0,1422)	(0,0378)	(0,0575)			(11)	(92,24)
	(-0,524)	(16,46)	(-0,158)	(1,925)		(-0,117)	(0,422)	(-0,833)				a)
	a)		c)									a)
ECCEIF3	-0,5717	0,0267	-0,4406	0,0017		0,0004	0,0009		6,2801		0,96	0,97
	(1,1593)	(0,0045)	(1,1731)	(0,001)		(0,1457)	(0,0365)		(32,15)		(11)	(86,95)
	(-0,493)	(5,915)	(-0,375)	(1,768)		(0,002)	(0,024)		(0,195)			a)
	a)		d)									a)
ECCEIF4	-1,4258	0,027	-0,4775	0,0015		0,0049	0,0098			0,0013	0,96	0,97
	(2,3073)	(0,0019)	(1,1158)	(0,001)		(0,1427)	(0,041)			(0,0029)	(11)	(88,42)
	(-0,617)	(13,54)	(-0,427)	(1,447)		(0,034)	(0,24)			(0,47)		a)
	a)		d)									a)

Legenda:

n = 18

a) significativo a 99%

b) significativo a 95%

c) significativo a 90%

c) significativo a 80%

Os valores que se encontram incluídos nos primeiros parêntesis correspondem ao desvio-padrão.

Os valores que se encontram incluídos nos segundos parêntesis correspondem à T de Student

*5.3.2.1.2. Fabricação de produtos metálicos e de máquinas, equipamento e material de transporte (CAE 38)*

Os resultados apresentados no quadro XIX da página seguinte reflectem o trabalho econométrico realizado.

Neste sector as três hipóteses colocadas mostram-se pertinentes. Porém, só o teste à dimensão do mercado (DM) se revela capaz de aumentar o poder explicativo da regressão. As duas restantes pouco melhoram a acuidade estatística. Esta constatação foi também alcançada quando se procedeu à análise de correlação.

A análise separada das regressões evidencia determinantes diferentes. Quando se introduz a variável recursos naturais (RNR), o conteúdo tecnológico (CT), a produtividade do trabalho (PT) e o esforço de investimento (RCT) são significativos. Se é testada a variável dimensão do mercado (DM) já só a produtividade do trabalho se oferece importante. Se, finalmente, se opta pela consideração dos custos salariais (SIT) o conjunto das variáveis significativas reduz-se ao conteúdo tecnológico (CT). Anote-se, apesar de tudo, o sinal esperado em todas as equações da variável CT, e os sinais positivos pontuais das variáveis PT e RCT, no caso em que se considera a hipótese dos custos salariais e a dimensão do mercado, respectivamente.

As variáveis propensão multinacional (PM2) e instabilidade laboral (GR) são inexpressivas do ponto de vista estatístico, com sinal esperado a primeira e surpreendente (positivo) a segunda.

Quadro XIX — Resultados do trabalho econométrico para as indústrias da fabricação de produtos metálicos e de máquinas, equipamento e material de transporte (IFQUATRO, 1991)

	IND	CT	PT	RCT	PM1 (INE)	PM2 (IF4)	GR	RNR	DM	SIT	R <sup>2</sup> (g.l.)	R <sup>2</sup> (F.6,11)	
ECCEIF1	3,4949 (4,4154) (0,791)	0,0115 (0,004) (2,871) b)	-1,4168 (4,9527) (-0,286)	-0,0071 (0,0092) (-0,773)		0,2387 (0,2128) (1,121)	-0,0193 (0,0307) (-0,6288)					0,31 (12)	0,51 (2,529) (F.5,12) c)
	15,0746 (6,7553) (2,231)	0,0117 (0,0035) (3,295) a)	-11,5901 (6,5276) (-1,775) d)	-0,0181 (0,0096) (-1,873) c)		0,0692 (0,2045) (0,338)	0,0578 (0,0456) (1,266)	-0,6903 (0,3289) (-2,098) c)				0,46 (11)	0,65 (3,439) b)
	-2,5871 (2,083) (-1,242)	0,0002 (0,0023) (0,127)	-3,6039 (2,162) (-1,666) d)	0,0005 (0,0041) (0,144)		0,0325 (0,0963) (0,338)	0,169 (0,0142) (1,196)		162,28 (22,248) (7,294) a)			0,87 (11)	0,91 (20,14) a)
ECCEIF4	-6,6074 (8,3734) (-0,789)	0,011 (0,0038) (2,822) b)	0,1089 (4,8887) (0,022)	-0,0053 (0,0089) (-0,599)		0,155 (0,2134) (0,726)	0,0099 (0,0362) (0,275)					0,36 (11)	0,56 (2,603) c)

Legenda:

n = 18

a) significativo a 99%

b) significativo a 95%

c) significativo a 90%

d) significativo a 80%

Os valores que se encontram incluídos nos primeiros parêntesis correspondem ao desvio-padrão.

Os valores que se encontram incluídos nos segundos parêntesis correspondem à T de Student

## CAPITULO 6

### ESTUDO DE CASO: DETERMINANTES ESPECÍFICOS DA EMPRESA

A observação do ordenamento espacial das empresas de capital ou participação estrangeira por região permitiu reter algumas concentrações dessas empresas em certas regiões. Alguns dos factores que ajudam a explicar esta realidade foram já objecto de estudo neste trabalho. De forma similar, algumas indústrias em particular beneficiavam do afluxo destas empresas. Também aqui se procurou encontrar alguns dos factores explicativos do fenómeno, merecendo esta problemática tratamento adequado no capítulo anterior.

Para completar a abordagem aos determinantes da localização da empresa de capital ou participação estrangeira, falta identificar algumas das suas características específicas. Este último vector de análise permite colocar em evidência as características intrínsecas a estas empresas que as dotam de relativa autonomia de localização regional, por referência às empresas de capital nacional.

No final deste estudo espera-se poder adiantar algumas das características específicas das empresas de capital ou participação estrangeira que complementem as explicações aventadas nos pontos anteriores.

#### 6.1. AMOSTRAS

A base de dados mantém-se inalterada em relação aos dois capítulos precedentes comportando, por isso, as duas amostras provenientes do INE e do

IFQUATRO. Alguns elementos de caracterização das amostras foram já apontados no ponto 3.3. do terceiro capítulo.

O tratamento estatístico a que ambas as amostras foram sujeitas é semelhante ao já indicado quando se estudaram os determinantes regionais e sectoriais.

Para além das restrições às amostras ressalvadas nos dois capítulos anteriores, é conveniente salientar o pobre panorama da informação estatística sobre a realidade empresarial em Portugal. Para não escapar à regra, as amostras utilizadas disponibilizam uma quantidade escassa de informação àcerca da empresa, remetendo o investigador para a construção de bases de dados próprias a partir de fontes diversas.

No caso presente, e no que se refere à amostra do INE, apenas três características intrínsecas das empresas de capital ou participação estrangeira foram retidas. Uma foi o número de pessoas ao serviço da empresa; outra foi o volume de vendas realizado; e outra o volume de capital social detido pela empresa. Ainda assim, as duas primeiras características estavam expressas em escalões, o que obrigou à sua transformação em valores absolutos, considerando o seu limite superior. A opção por este limite surgiu depois da consideração do limite inferior e do ponto médio. No primeiro caso, o valor zero que constava no primeiro escalão poderia ser atribuído a empresas que se encontravam em plena laboração e que no decurso do período realizaram vendas e tiveram pessoas ao serviço. No caso do ponto médio, colocava-se o problema do seu cálculo, pois no último escalão aparecia um intervalo aberto.

Na amostra do IFQUATRO foi possível acrescentar os resultados líquidos, as exportações e as importações para além das características já referidas para o INE, e todas elas expressas em valores absolutos.

## 6.2. METODOLOGIA

A utilização da técnica da análise de regressão, para identificar algumas características da empresa estrangeira, apresentou-se algo problemática. Por um lado, o número escasso de variáveis explicativas disponíveis afiguravam-se insuficientes para a explicação do fenómeno. Depois, porque após várias tentativas de regressão do modelo, os testes estatísticos se revelaram pouco consistentes.

A leitura das estatísticas disponíveis em conjugação com o cálculo dos coeficientes de correlação entre as variáveis que se conseguiram reunir, afigurou-se, assim, o procedimento mais adequado para destacar as principais características das empresas de capital ou participação estrangeira localizadas em Portugal.

A recolha de informações que traduzissem a realidade empresarial em estudo circunscreveu-se aos elementos disponibilizados pelas duas amostras. O número escasso de variáveis encontrado prejudica a identificação de algumas características específicas das empresas de capital estrangeiro que do ponto de vista teórico seria interessante avaliar. Estão neste caso, variáveis como as despesas em investigação e desenvolvimento e os gastos em publicidade que contribuiriam para esboçar um perfil mais aproximado da empresa estrangeira.

As variáveis seguintes foram usadas no cálculo dos coeficientes de correlação. A menção das fontes de informação e o modo como foram construídas as variáveis encontram-se discriminadas no Anexo III. 1.:

- Número de empresas de capital ou participação estrangeira (NEDS):  
Esta variável engloba todas as empresas com capital estrangeiro igual ou superior a 20% situadas em cada distrito e, dentro deste, em cada indústria (excluiu-se o sector industrial 239 — outras indústrias

transformadoras, por ser residual e conter um número escasso de empresas). Quando a variável é designada por NEDSINE, significa que os elementos dessa variável foram colhidos na amostra do INE. Se for designada por NEDSIF, quer dizer que os elementos recolhidos se reportam à amostra do IFQUATRO.

- Número médio de pessoas ao serviço (NPS): Esta variável traduz o conjunto de resultados obtidos a partir da divisão entre a soma do número de pessoas ao serviço nas empresas da amostra pertencentes a um sector e situadas numa região e o número total das empresas da amostra inscritas nesse sector e região. No caso em que a variável é designada por NPS1, resulta da amostra do INE. Se for designada por NPS2, decorre da amostra do IFQUATRO.
- Volume médio de vendas (VV): Esta variável, traduz o conjunto de resultados obtidos pela divisão entre a soma dos montantes de vendas realizados pelas empresas da amostra pertencentes a um sector e situadas numa região, e o número total de empresas da amostra inscritas nesse sector e região. Quando é referida sob as siglas VV1 reporta-se à amostra do INE. Se é referida sob a forma de VV2 resulta da amostra IFQUATRO.
- Intensidade do Factor Trabalho (IFT): Esta variável é obtida ponderando a média do capital social das empresas da amostra pertencentes a um sector e situadas numa região (CS1ij ou CS2ij) com a variável número médio de pessoas ao serviço (NPS1ij ou NPS2ij). Se a variável assume a designação IFT1 respeita à amostra do INE. Se adopta as siglas IFT2 corresponde à amostra do IFQUATRO.
- Rentabilidade dos Capitais (RENTAB): Característica conseguida apenas na amostra do IFQUATRO. Esta variável pondera os resultados líquidos (depois de impostos) das empresas da amostra pertencentes

a um sector e situadas na mesma região pelo capital social médio (CS1ij ou CS2ij) desse sector e região.

- Propensão Exportadora (PROPEXP): Esta variável, só conseguida na amostra do IFQUATRO, é o resultado da diferença entre as exportações médias (EXP2ij) e as importações médias (IMP2ij). Esta diferença é depois ponderada pelo volume de vendas médio (VV2ij)

### **6.3. Estudo das características da empresa estrangeira**

Os quadros estatísticos e a matriz de correlações que servem de suporte à análise que se segue foram incluídos no Anexo III.2.

#### **6.3.1. Dimensão**

A dimensão da empresa estrangeira é encarada por vários autores como uma das características que lhe conferem maior flexibilidade de localização. Esta dimensão pode ser aferida quer pelo número de pessoas ao serviço da empresa, quer pelo volume de vendas realizado.

Quanto ao número de pessoas ao serviço (NPS) as duas amostras reflectem um comportamento divergente.

No caso da amostra do IFQUATRO é evidente um predomínio das empresas de maior dimensão (consideraram-se aquelas que empregam um número de pessoas superior a 50) pois a maioria das empresas registadas (88% do total) situam-se nos escalões que empregam um número de pessoas superior a 50. Nos escalões acima das 200 pessoas e até às 999, estão

compreendidas 52% do total de empresas. Saliente-se, ainda, o elevado número de empresas (14%) que têm ao seu serviço mais de 1000 empregados.

Na amostra do INE as empresas estrangeiras de menor dimensão (consideram-se aquelas que empregam um número de pessoas inferior a 50) revelam uma expressividade notória, patente nas 108 empresas incluídas neste escalão e que representam cerca de 60% da amostra. Nas empresas que empregam mais de 500 pessoas registaram-se apenas 6 empresas, enquanto no escalão imediatamente anterior (entre as 50 e as 499) se acomodaram as restantes empresas.

Ao nível regional os distritos que acolhem empresas estrangeiras de maior dimensão, segundo a amostra do IFQUATRO, são Lisboa, Porto, Braga, Aveiro e Setúbal, enquanto na amostra do INE são o Porto, Leiria, Coimbra, Lisboa, Braga e Aveiro. Em quaisquer dos casos parece inquestionável a preferência manifestada pelas empresas de capital estrangeiro em relação às regiões mais desenvolvidas do país. Esta ilacção é consistente com os coeficientes de correlação encontrados entre as variáveis NEPSINE e NEPSIF, por um lado, e as variáveis NPS1 e NPS2, por outro. Nos dois casos, a distribuição regional das empresas estrangeiras denota alguma correlação com o número de pessoas ao serviço nestas empresas (0,28 e 0,35, respectivamente) indiciando que, mesmo as grandes empresas (em número de pessoas ao serviço), parecem ser sensíveis aos factores locativos estudados no quarto capítulo.

Analisando agora a dimensão da empresa estrangeira em função do seu volume de vendas, cumpre assinalar que na amostra do INE apenas 6% das empresas se situam nos escalões acima dos 2,5 milhões de contos, enquanto abaixo dos 75 mil contos e entre os 150 mil contos e 1 milhão de contos, se anotam 128 empresas (64 empresas cada) e 70% da amostra. No que se refere à amostra do IFQUATRO as empresas convergem para o escalão de volume de vendas superior a 1 milhão de contos (95% do total das empresas). Entre 1 e 2,5 milhões de contos situam-se cerca de 24% das empresas, seguindo-se o escalão entre 2,5 e 5 milhões de contos com cerca de 21% das empresas. Com

um volume de vendas realizado superior a 10 milhões de contos, registaram-se cerca de 27% das empresas da amostra.

Ao nível regional as empresas de maior dimensão (consideraram-se aquelas com volume de vendas superior a 1 milhão de contos) estão localizadas em Lisboa, Porto, Aveiro, Setúbal, Coimbra, Braga e Leiria. Esta observação é válida para as duas amostras, embora o número de empresas incluídas naqueles escalões se acentue no caso da amostra do IFQUATRO. Nesta perspectiva de análise, os distritos que detêm empresas com dimensão significativa, são também aqueles que, na análise em função do número de pessoas ao serviço, acolhem a maioria das empresas de capital estrangeiro. Por isso, é que os resultados obtidos para os coeficientes de correlação entre as variáveis NEPSINE e NEPSIF, por um lado, e a variável VV1 e VV2, por outro, se assemelham aos exibidos anteriormente (0,26 e 0,54). Também aqui, se verifica que as empresas que realizam um volume assinalável de vendas privilegiam as regiões mais desenvolvidas do país.

A conclusão de que as empresas de capital estrangeiro com uma dimensão relevante estariam supostamente mais aptas a localizarem-se em regiões menos desenvolvidas é um argumento que parece não sair comprovado no caso português. Com efeito, a leitura dos dados e o cálculo dos coeficientes de correlação parecem demonstrar que existe uma certa relação entre o número de empresas inscritas numa região e a sua dimensão, seja esta aferida através do número de pessoas ao serviço ou pelo escalão do volume de vendas. A título exemplificativo, o distrito de Lisboa que regista nas duas amostras o maior número de empresas de capital estrangeiro, é também aquele em que se localizam um número bem significativo de empresas com dimensão relevante, seja em número de pessoas ao serviço, seja em escalões de volume de vendas.

### 6.3.2. Intensidade do factor trabalho

Esta variável procura traduzir a sensibilidade dos responsáveis pela localização da empresa estrangeira face aos custos salariais praticados na região acolhedora. É de esperar que uma empresa que empregue um grande número de funcionários tenda a privilegiar uma região abundante em mão-de-obra e com custos salariais relativamente baixos. Em contrapartida, as empresas estrangeiras pouco intensivas no factor trabalho dispõem de maior flexibilidade de localização, pois as preocupações com os custos salariais da região serão menores.

O cálculo dos coeficientes de correlação denotam uma quase ausência de correlação entre esta variável e o número das empresas de capital estrangeiro na amostra do INE (0,05), enquanto na amostra do IFQUATRO é algo significativa (0,32). Por um lado, este resultado reforça a afirmação já produzida a propósito da dimensão da empresa, isto é, que as empresas da segunda amostra (IFQUATRO) têm um maior número de pessoas ao serviço (nível de correlação entre o número de pessoas ao serviço e esta variável é de 0,35 na amostra do IFQUATRO e de apenas 0,11 na do INE). Por outro, que esta maior intensidade no factor trabalho não as induz a seleccionar regiões onde os custos salariais sejam comparativamente mais baixos. Com efeito, e no caso da amostra do IFQUATRO, observa-se alguma correlação entre as regiões com um maior número de empresas e com níveis salariais relativamente elevados (Lisboa, Porto, Setúbal e Aveiro) e a intensidade do factor trabalho nessas empresas.

### 6.3.3. Rentabilidade

Os níveis de correlação encontrados para esta variável face às restantes são extremamente baixos (o mais elevado é de 0,02), e negativo no caso da

variável IFT2. Estes resultados indiciam uma ausência de correlação entre a rentabilidade da empresa estrangeira e a sua localização regional. Por isso, parece legítimo inferir-se que, no caso português, a rentabilidade da empresa estrangeira não influencia a sua localização regional.

#### 6.3.4. Propensão Exportadora

Esta variável introduz um elemento de aparente rigidez na localização da empresa estrangeira, já que as de maior capacidade exportadora tenderiam a instalar-se em regiões servidas por infra-estruturas de exportação (portos de mar, aeroportos, autoestradas, por exemplo) de modo a escoarem mais facilmente os seus produtos para os clientes externos. No caso português, este atributo revela alguma correlação (0,25) com o número de empresas estrangeiras (NEDSIF) e, como seria de esperar, uma forte correlação com o volume médio de vendas (VV2) [0,79]. Estes resultados parecem sugerir a localização das empresas estrangeiras, com capacidade exportadora, nas regiões já apontadas acima. Deste ponto de vista, regiões como Porto, Lisboa, Aveiro e Setúbal seriam aquelas que à partida se apresentariam em condições mais vantajosas para acolher as empresas estrangeiras de maior propensão exportadora.

## CONCLUSÃO

A revisão das teorias disponíveis sobre o fenómeno do IDE teve como preocupação maior encontrar um quadro de análise adequado ao estudo dos determinantes estruturais à escala regional. É, assim, que a teoria ecléctica surge relevada por a sua construção ter resultado de um processo de depuração e sistematização de abordagens que comportavam explicações parcelares para diversos tipos de investimento. Também pela ênfase que coloca na componente locativa do IDE.

A incursão pelos estudos de casos, com especial referência ao português, permitiu, por seu turno, recolher alguns dos elementos críticos da localização regional das empresas de capital externo; identificar algumas das características das indústrias mais penetradas pelo capital externo, e esboçar um perfil das empresas que exibem maior capacidade de internacionalização.

Continua-se, depois, com uma análise dos investimentos directos estrangeiros efectuados em Portugal entre os anos de 1981 e 1990, seja do ponto de vista histórico, seja do ponto de vista das suas características específicas como a orientação sectorial e regional e os países de proveniência do capital. Focaliza-se, depois, a atenção nas empresas de capital ou participação estrangeira, sujeito directo da análise, considerando-se a sua localização regional, distribuição sectorial, níveis de participação e proveniência do capital.

O estudo empírico dos determinantes estruturais da localização das empresas de capital ou participação estrangeira inicia-se pelos atributos das regiões que atraem o capital externo. Na análise desenvolvida sai reforçada a ideia de que as empresas estrangeiras de maior dimensão (em volume de vendas), representadas na amostra do IFQUATRO, se localizariam

preferencialmente nas regiões de maior densidade populacional e produto interno bruto. Esta escolha poderá ser motivada pela existência nestas regiões de economias de aglomeração, potencial de mercado e disponibilidade de capital para investimentos complementares aos efectuados pelas empresas estrangeiras.

No que concerne às empresas estrangeiras de menor dimensão (em volume de vendas), representadas na amostra do INE, o seu ordenamento espacial parece ser também influenciado pelas duas variáveis já citadas, a que se associariam os equipamentos urbanos e sociais, o dinamismo económico da região, a disponibilidade e qualificação da mão de obra e a acessibilidade.

Sublinha-se, ainda, o facto da produtividade regional da mão-de-obra ser encarada como um factor decisivo nas empresas de maior dimensão, que frequentemente têm ao seu serviço um número elevado de trabalhadores, enquanto nas de menor dimensão esta variável se comportaria em sentido diametralmente oposto pelas razões que na altura própria expusemos.

Por outro lado, a intervenção, sob a forma de incentivos financeiros, por parte das entidades públicas locais e/ou regionais suscitou comportamentos contraditórios nas duas amostras. Assim, enquanto nas empresas representadas na amostra do IFQUATRO se afigurou algo interessante, na amostra do INE passou-se precisamente o inverso, o que sugeriria a maior aptência pelo incentivo sempre que o montante do investimento a efectuar fosse elevado.

A relativa indiferença dos empresários detentores de empresas de maior dimensão a potenciais factores locativos regionais como a acessibilidade, disponibilidade e qualificação da mão-de-obra e dinamismo económico parece ser justificada pela capacidade que este tipo de empresas demonstra em influenciar o meio envolvente em que se vai inserir.

No que se reporta às características específicas da indústria transformadora detectou-se apenas um determinante significativo. Trata-se da propensão multinacional que parece afectar de modo desigual a localização das empresas estrangeiras neste sector. Este facto foi observado quando se procedeu à análise subsectorial, pois enquanto a indústria da fabricação de produtos metálicos e de máquinas, equipamento e material de transporte se apresentava nalguns casos influenciada por esta variável, já as outras duas indústrias se revelavam insensíveis. As restantes características examinadas respeitantes ao sector transformador não se mostraram estatisticamente significativas.

Quanto às outras características que evidenciaram um comportamento deveras significativo ao nível subsectorial salienta-se o conteúdo tecnológico nas indústrias estudadas. Esta característica reforça a ideia já aventada de que uma das condições indispensáveis para que a empresa estrangeira invista no exterior é a detenção de vantagens de posse.

Das características que se afiguram menos significativas mencionam-se a produtividade do trabalho, a instabilidade laboral e a intensidade capitalística, enquanto das hipóteses testadas a única que interessa referir é a dimensão do mercado, pois nem a presença de recursos naturais nem a existência de custos salariais relativamente baixos se mostraram significativas.

Finalmente, quanto à possibilidade da localização regional da empresa estrangeira ser influenciada pelas suas próprias características, a análise efectuada registou a dimensão e a propensão exportadora. A intensidade do factor trabalho e a rentabilidade do capital são características intrínsecas à empresa estrangeira que parecem não afectar a sua localização regional.

## BIBLIOGRAFIA

ALIBER, R. (1971), "The Multinational Enterprise in a Multiple Currency World"

DUNNING, J. H., *The Multinational Enterprise*, Allen and Unwin, Londres.

AZEVEDO, Belmiro (1992), "Investimento estrangeiro não deve ser receado", *Cadernos de Economia*, nº 19, pp: 59-63.

ARPAN, J. S. et al. (1981), "Foreign Direct Investment in the United States: the State of Knowledge in research", *Journal of International Business Studies*, Spring/Summer, pp: 137-154.

AYDALOT, P. (1985), *Economie Régionale et Urbaine*, Economica, Paris.

AYDALOT, P. (ed.) (1986), *Milieus Innovateurs en Europe*, GREMI, Paris.

BALASUBRAMANYAM, V. N. e GREENAWAY, D. (1992), "Economic Integration and Foreign Direct Investment: Japanese Investment in the EC", *Journal of Common Market Studies*, Vol. XXX, nº.2, june, pp: 175-193.

BANCO DE PORTUGAL, Departamento de Estatística e Estudos Económicos, Relatórios do Conselho de Administração, vários anos.

BLACK, J. e DUNNING, J. H. (eds) (1982), *International Capital Movements*, Macmillan, Londres.

BLACKBOURN, A. (1978), "Multinational Enterprises and Regional Development: a Comment", *Regional Studies*, Vol. 12, nº. 1, pp: 125-127.

BONIN, Bernard (1987), *Le Monde des Multinationales*, Les Éditions d'organisation, Paris.

BONIN, B. e VERREAULT, R. (1987), "The Multinational Firm and Regional Development", COFFEY, W.J. e POLESE, Mario (eds), *Still Living Together: Recent Trends and Future Directions in Canadian Regional Development*, The Institute for Research on Public Policy, Canada, pp. 159-202.

BUCKLEY, P. J. (1988), "The Limits of Explanation: Testing the Internalization Theory of the Multinational Enterprise", *Journal of International Business Studies*, Vol XIX, nº. 2, Summer, pp: 181-193.

BUCKLEY, P. J. (1989), *The Multinational Enterprise: Theory and Applications*, Macmillan, London.

BUCKLEY, P. J. (1990), "Problems and Developments in the Core Theory of International Business", *Journal of International Business Studies*, Vol. 21, nº. 4, pp. 657-664.

BUCKLEY P. J. *et al.* (1988), *Foreign Direct Investment by Smaller U.K. Firms: The Success and Failure of First-Time Investors Abroad*, Macmillan Press, Londres.

BUCKLEY, P. J. (ed.) (1990), *International Investment*, Edward Elgar Publishing, Londres.

BUCKLEY, P. J. e CASSON, M. (1976), *The Future of the Multinational Enterprise*, Macmillan, Londres.

BUCKLEY, P. J. e CASSON, M. (1981), "The Optimal Timing of a Foreign Direct Investment", *Economic Journal*, nº.91, pp: 75-87.

BUCKLEY, P. J. e CASSON, M. (1985), *The Economic Theory of the Multinational Enterprise: Selected Papers*, Macmillan, Londres.

BUCKLEY P.J. e ARTISIEN P. (1987), *North-South Direct Investment in the European Communities: The employment impact of FDI by British, French and German Multinationals in Greece, Portugal and Spain*, Macmillan, Londres.

BPA (Banco Português do Atlantico) *Guide for the Foreign Investor in Portugal*, (1990-1991 Edition), Division of Economics Studies and Planning, Porto.

CADIMA RIBEIRO, J. (1990), "Peripherie et nouveaux facteurs de localisation industrielle: le cas portugais", *Revue d'Economie Regionale et Urbaine*, n<sup>o</sup>. 4, pp: 503-510.

CADIMA RIBEIRO, J. [1990 a)], *O Empresário Minhoto: Contribuição para um Perfil*, EEG, Universidade do Minho.

CALVET, A. L. (1981), "A Synthesis of Foreign Direct Investment Theories and theories of the Multinational Firm", *Journal of International Business Studies*, Spring/Summer, pp: 53-49.

CARRIÉRE J.P. e REIX V. (1989), "Investissements Étrangers et Disparités Regionales: Le cas du Portugal", *Estudos de Economia*, Vol X, n<sup>o</sup>.1, pp: 51-73.

CARRIÉRE J.P. e REIX V. [1989 a)], "Les Investissements Directs Étrangers au Portugal et leurs Incidences sur les Disparités regionales", *Cahiers du GRERBAM*, n<sup>o</sup>.1, Mars 1990.

CARRIÉRE J.P. e ALBERGARIA H. (1990), "Investissements Etrangers et Dynamique Littoral-Interieur", *Cahiers du GRERBAM*, n<sup>o</sup>.2, Mai 1990,

CASSON, M. (1982), "The Theory of Foreign Direct Investment", BLACK, J. e DUNNING, J. H. (eds), *International Capital Movements*, Macmillan, Londres, pp: 22-57.

CAVES, R. E. (1971), "International Corporations: The Industrial Economics of Foreign Investment", *Economica*, Vol. 38, n<sup>o</sup>. 149, pp. 1-27.

- CAVES, R. E. (1982), *Multinational enterprise and economic analysis*, Cambridge University Press, USA.
- CHARFI, F. e HBAIEB, H.(1989), "Les Entreprises Manufacturières Exportatrices en Tunisie: d'un effect Macro-economic à un effect Méso-Economique", *Cahiers du GRERBAM*, N.º.1, Mars 1990.
- COFFEY, N. J. e POLESE, Mario (eds) (1987), *Still Living Together: Recent Trends and Future Directions in Canadian Regional Development*, The Institute for Research on Public Policy, Canada.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1986), *L'impact de l'Infrastructure sur le Developpement regionale — Appendice*, Office des Publications Officielles des Communautés Européennes, Luxembourg.
- DEUBNER, C. et al. (ed.), (1984), *Economic Relations between Spain and Portugal in a twelve-nation European Community*, European Research Associates ERA), Brussels, Belgium.
- DIRECÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA (1991), *Administração Local em Números (1991)*, Lisboa.
- DIRECÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA [1991a)], *Finanças Locais, aplicação em 1991*, indicadores municipais, n.º. 11, Lisboa.
- DIRECÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA [1991 b)], *Finanças Municipais (1990)*, Lisboa.
- DIRECÇÃO-GERAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (1990), *FEDER: Projectos de Infraestruturas (1986-1989)*, Lisboa.
- DRUCKER, P. F. (1989), "The Do's and Don'ts of industrial location: the Management View", *International Congress on Regional Policy in the Europe of the Nineties*, Junho de 90, Madrid.

- DUNNING, J. H. (1971), *The Multinational Enterprise*, Allen and Unwin, Londres.
- DUNNING, J. H. (1972), The Location of International Firms in an Enlarged E.E.C.: An Exploratory Paper, *Manchester Statistical Society*, Londres.
- DUNNING, J. H. (1973), "The Determinants of International Production", *Oxford Economic Papers*, Vol. 25, pp: 289-336.
- DUNNING, J. H. (ed.) (1974), *Economic Analysis and the Multinational Enterprise*, Allen and Unwin, London.
- DUNNING J. H. (1981), *International Production and the Multinational Enterprise*, Allen and Unwin, Londres.
- DUNNING, J. H. (ed.) (1985), *Essays on Multinational Enterprises, Economic Structure and International Competitiveness*, IRM Geneva, Wiley, London.
- DUNNING, J. H. (1988), "The Eclectic Paradigm of International Production: A Restatement and Possible Extensions", *Journal of International Business Studies*, Vol XIX, nº. 1, Spring, pp: 1-31.
- DUPUY, Claude e SAVARY, Julien (1987), "Groupes Etrangers et Developpement des Régions Françaises: une approche theorique", FOURCADE, Colette (dir.), *Industries et Régions*, Economica, Paris, pp: 113-140.
- EUROPEAN PARLIAMENT (1992), *Investment and the regions*, Directorate General for Research, working document, regional policy series, w1.
- EXAME (1989), *Dossier: Retrato de Portugal*, Ano 1, nº. 4, Julho, pp. 40-47.
- FOURCADE, Colette (dir.) (1987), *Industries et Régions*, Economica, Paris.
- FONSECA, M.L. e FERRÃO, J. (1990), "Investimento Estrangeiro e Desenvolvimento Regional: O Caso do Investimento Espanhol em Portugal", 1º. *Encontro da APDR*, Aveiro.

FREITAS SANTOS, J. e CADIMA RIBEIRO, J. (1992), "Determinants Structuraux de l'Investissement étranger dans l'Industrie Transformatrice au Portugal", *Colloque International Unifications Economiques et Reconstitutions Regionales en Méditerranée*, Avril 92, Marrakech.

FREITAS SANTOS, J. e CADIMA RIBEIRO, J. [1992 a)], "Determinantes regionais e sectoriais do investimento directo estrangeiro na indústria transformadora nacional", *1.º Encontro Nacional de Economia Industrial*, Universidade do Minho, Braga.

FREUND, Bodo (1985), "Firmas Estrangeiras no Desenvolvimento Económico e Regional de Portugal", FERREIRA E. S. *et al.* (eds.), (1985), *Portugal - Países Africanos - CEE: Cooperação e Integração*, Gradiva/CEDEP, Lisboa, pp: 59- 70.

GARRIDO, Carlos (1985), "Factores de Localização das Indústrias Transformadoras Portuguesas — Um Inquérito Directo aos Empresários", *Planeamento*, Vol 7, nº. 3, Dezembro, pp: 117-125.

GUJARATI, D. N. (1988), *Basic Econometrics*, Mc Graw-Hill, Londres.

HEERTJE, A. (ed) (1983), *Investing in Europe's Future*, Basic Blackwell/European Investment Bank, Londres.

HIRSCH, S. (1976), "An International Trade and Investment Theory of the Firm", *Oxford Economic Papers*, Vol 28, Nº.2, pp: 258-270.

HOARE, A.G. (1978), "Industrial Linkages and the Dual Economy: The Case of Northern Ireland", *Regional Studies*, Vol 12, nº. 2, pp: 167-180.

HOOD, N. e YOUNG, S. (1979), *The Economics of Multinational Enterprise*, Longman Group Limited, Londres.

HÖRNELL, Erik e VAHLNE, Jan-Erik (1986), *Multinationals: The Swedish Case*, Croom Helm, Londres.

HORST, T. (1972), "Firm and Industry Determinants of the Decisions to Invest Abroad", *The Review of Economics and Statistics*, Vol. LIV, Nº.3, (August) pp. 258-266.

HORSTMANN, I. J. e MARKUSEN, J. R. (1989), "Firm-specific Assets and the Gains from Direct Foreign Investment", *Economica*, nº. 56, pp: 41-48.

HYMER, S. H. (1979), *The Multinational Corporation: a radical approach*, Cambridge University Press, Londres.

ILLERIS, Sven (1989), *Services and Regions in the Europe*, Gower House, Londres.

IFQUATRO (1991), *As 2000 Maiores Empresas de Portugal (1990)*, Ifquatro, Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA (1991), *Caracterização das Empresas Portuguesas, dados económicos 88, dados físicos 89*, estatísticas não publicadas, Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA [1991 a)], *Estatísticas Industriais (1988)*, Vol. II, Lisboa.

INSTITUTO DO COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL (ICEP) (1991), *Estatísticas não publicadas, Direcção de informação e Publicações*, Lisboa.

JACINTO, R. (1983), "Factores de localização industrial na região centro — a perspectiva dos empresários", *Perspectivas do Desenvolvimento Industrial Português*, APEC, Lisboa, pp: 403-426.

JUNTA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA/SEFOR (1991), *Ciência e Tecnologia no sector das empresas em 1988*, Lisboa.

JUNTA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA/SEFOR [1991 a)], *Potencial Científico e Tecnológico Nacional em 1988*, Lisboa.

KEMPER, W. (1985), "Investimentos Estrangeiros em Portugal: O ponto de vista de um investidor estrangeiro", *Economia*, Vol. IX, nº. 1, pp: 125-135.

KINDLEBERGER, C. P. (1987), *International Capital Movements*, Cambridge University Press, Londres.

KNAAP, B.V.D. e WEVER, Egbert (eds) (1987), *New Technology and regional development*, Croom Helm, Londres.

KNICKERBOCKER, F.T. (1973), *Oligopolistic Reaction and the Multinational Enterprise*, Harvard University Press, Boston, USA.

LOPEZ-LOPEZ, A. e MARQUEZ, J.M. (1989), "Inversiones Directas Extranjeras y Dinamica Regional en Espana", *Cahiers du GRERBAM*, nº.1, Mars 1990.

LOPEZ-LOPEZ, A. e MARQUEZ, J.M. (1990), "Inversiones Extranjeras en Inmuebles y Dinamica Regional del Eje Mediterraneo Espanol", *Cahiers du GRERBAM*, nº.2, Mai 1990.

MARIOTTI, Sergio, (1990), "Italian Inward and Outward Direct Investments. A New Pattern of Internationalisation", *Estudos de Economia*, Vol X, Nº.2, pp: 179-202.

MICHALET, C. A. *et al*, (1973), *La Multinationalisation des Entreprises Françaises*, Tem Espace nº. 4, Gauthiers-Villars, Paris.

MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL, Departamento de Estatística (1991), *Greves*, Anual, Lisboa.

O'FARRELL, P.N. (1976), "An Analysis of Industrial Closures: Irish Experience 1960-1973", *Regional Studies*, Vol 10, nº. 4, pp: 433-448.

O'FARRELL, P.N. (1980), "Multinational Enterprise and Regional Development: Irish Evidence", *Regional Studies*, Vol. 14, nº.2, pp: 141-150.

O'FARRELL, P.N. e CROUCHLEY R. (1979), "The Locational Pattern of New Manufacturing Establishments: An Application of Discriminant Analysis", *Regional Studies*, Vol. 13, nº.1, pp: 39-59.

OLIVEIRA DAS NEVES, A. (1992), "Indústria e desenvolvimento regional: factores de localização e estratégias de promoção municipal", *1º Encontro de Economia Industrial*, Universidade do Minho, Braga.

ONIDA, F. e VIESTI, G. (1988), *The Italian Multinationals*, Croom Helm, Londres.

PAELINK, J.H.P. (1983), "Investment and the Development of Backward Regions", HEERTJE, A. (ed.), *Investing in Europe's Future*, Basil Blackwell/European Investment Bank, Londres, pp: 152-187.

PEDROSA, Rosario (1989), "Inversiones Extranjeras en Espana y Dinamica Regional: El caso de Castilla y Leon", *Cahiers du GRERBAM*, nº.1, Mars 1990.

POSNER, M. V. (1961), "International Trade and Technical Change", *Oxford Economic Papers*, Nº.13, pp: 323-341.

REGNAULT H. (1989), "Les Implantations Industrielles Etrangères dans les Régions Françaises: Evolution 1971-1988", *Cahiers du GRERBAM*, nº.1, Mars 1990.

ROMAN, M.P.E. e PUEYO, C.L. (1991), Un Estudio sobre la Distribucion Geografica de la Inversion Extranjera Directa en Espana, *Información Comercial Espanola*, Agosto-Septiembre, nº 696-697, pp: 105-118.

ROOT, F. R. (1990), *International Trade and Investments*, South-Western Publishing Co., USA.

SAMPAYO, M. e MENEZES, M. R. (1992), "O investimento directo estrangeiro em Portugal: alguns aspectos", *VI Jornadas Luso-Espanholas de gestão científica*, Funchal, 10-12 Dezembro.

SANTOS, M. (1984), *A Regionalização do Desenvolvimento Industrial — uma análise dos condicionantes e potencialidades à escala distrital*, Instituto Damião de Góis, colecção estudos de economia, nº.3, Lisboa.

SANTOS, V. (1991), "Investimento Estrangeiro e a eficiência da indústria portuguesa", *Estudos de Economia*, Vol XI, nº. 2, pp: 181-202.

SANZ, R.P.(1989), "Inversiones Extranjeras en Espana y Dinamica Regionale: El caso de Castilla y Leon", *Cahiers du GREERBAM*, nº.1, Mars 1990.

SEERS D. et al. (ed) (1979) *Underdevelop Europe*, Humanities Press, New Jersey.

SELGEC (1991), *Indice de Poder de Compra Regional (1991)*, Selgec, Lisboa.

SEMPLE, R. K. (1987), "The Multinational Firm and Regional Development", COFFEY, W.J. e POLESE, Mario (eds), *Still Living Together: Recent Trends and Future Directions in Canadian Regional Development*, The Institute for Research on Public Policy, Canada, pp: 203-235.

SIMÕES LOPES, A. (1987), *Desenvolvimento Regional — Problemática, Teoria, Modelos*, 3ª. Edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

SIMÕES, V.C. (1982), "Caracterização Sectorial do Investimento Directo Estrangeiro — Resultados de um Inquérito", *Investimento e Tecnologia*, nº2/1982, IIE, Lisboa, pp: 1-17.

SIMÕES, V.C. (1983), "Origem do Capital e Vocação Exportadora do Investimento Estrangeiro na Industria Portuguesa", *Investimento e Tecnologia*, nº. 2/1983, IIE, Lisboa, pp: 11-27.

SIMÕES, V. C. [1983 a)], "Multinational Enterprise, Economic Structure and International Competitiveness - The case of Portugal", DUNNING, J. H. (ed.), *Essays on Multinational Enterprises, Economic Structure and International Competitiveness*, IRM Geneva, Wiley, Londres.

SIMÕES, V. C. (1985), "Investimento Estrangeiro em Portugal: Panorama Genérico", *Economia*, Vol IX, nº.2, pp: 329-379.

SIMÕES, V. C. (1989), "Investimento Estrangeiro em Portugal e Mercado Único Europeu", *Estudos de Economia*, vol IX, nº.3, pp: 285-322.

SIMÕES, V. C. [1989 a)], "Investimento Estrangeiro no Quadro da Integração Ibérica", *Economia e Sociedade*, nº1, pp: 161-176.

SIMÕES, V.C. e CRISTOVÃO A. (1982), "Características e Comportamento das Maiores Empresas Industriais com Capital Estrangeiro: Uma Análise Comparativa", *Investimento e Tecnologia*, nº.2/1982, IIE, Lisboa, pp: 33-42.

STANTON, R. (1979), "Foreign Investment and Host-Country Politics: the Irish Case", SEERS, D. et al. (eds), *Underdevelop Europe*, Humanities Press, New Jersey, pp: 103-123.

STÖHR, W. B. (1986), "Territorial Innovation Complexes", AYDALOT, P. (ed), 1986, *Millieux Innovateurs en Europe*, GREMI, Paris, pp: 29-54.

TAVEIRA, E.M.F. (1984), *Foreign Direct Investment in Portugal: The present structure, determinants and future evolution after the accession to the EEC*, dissertação de doutoramento, University of Reading.

TAVEIRA, E.M.F. (1988), *Investimento Estrangeiro em Portugal, um Novo Enquadramento Criado Pela Adesão à CEE*, Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia e Administração, Brasil.

TERPSTRA, V. e YU, C. M. (1988), Determinants of Foreign Investment of the U. S. Advertising Agencies, *Journal of International Business Studies*, Vol. XIX, nº.1, Spring, pp: 33-46.

TOWNROE, P.M. (1983), "Location Factors in the decentralization of the industrie: a survey of metropolitan São Paulo, Brazil", *World Bank staff working papers*, nº. 517, Washington D.C., USA.

VANHÖVE N. e KLAASSEN L. H. (1980), *Regional Policy: A European Approach*, Saxon House, Londres.

VERNON, R. (1971), *Sovereignty at Bay: The Multinational Spread of U.S. Enterprises*, tradução brasileira de Sanvicente A. Z. (1978), *Soberania Ameaçada: A Expansão Multinacional das Empresas Americanas*, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, Brasil.

VERNON, R. (1974), "The Location of Economic Activity", DUNNING, J. H. (ed), *Economic Analysis and the Multinational Enterprise*, Allen and Unwin, Londres, pp: 89-115.

VERNON, R. (1979), "The Product Cycle Hypothesis in a new international environment", *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, nº. 41 (4), pp: 255-267.

WOLF, B. M. (1977), "Industrial Diversification and Internationalization: some empirical evidence", *The Journal of Industrial Economics*, Vol. XXVI, nº. 2, pp: 177-191.

YANNOPOULOS, G.N. e DUNNING J.H., (1976), "Multinational Enterprise and Regional Development: An Explanatory Paper", *Regional Studies*, Vol 10, nº.4, pp: 389-399.

YAMAWAKI, H. (1991), *Locations Decisions of Japanese Multinational Firms in European Manufacturing Industries*, Catholic University of Louvain, Bélgica.

YOUNG, S. *et al.* (1988), *Foreign Multinationals and the British Economy*, Croom Helm, Londres.

# ANEXOS

## ANEXO I. 1.

Distribuição distrital e temporal das empresas  
de capital ou participação estrangeira

Distritos	ANOS								Total
	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	
Aveiro	1	2	-	3	-	7	2	5	20
Braga	3	3	1	1	2	1	7	3	21
Cast. Branco	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Coimbra	-	-	3	-	2	-	1	2	8
Évora	-	-	-	-	1	1	-	1	3
Faro	-	-	-	-	-	2	-	2	4
Guarda	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Leiria	1	-	3	-	2	-	1	-	7
Lisboa	10	8	9	6	3	5	5	6	52
Porto	3	5	3	8	9	9	10	5	52
Santarém	-	-	-	1	-	1	1	1	4
Setúbal	-	1	1	-	1	-	2	1	6
V. Castelo	-	-	-	-	-	2	1	-	3
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>19</b>	<b>20</b>	<b>19</b>	<b>20</b>	<b>28</b>	<b>31</b>	<b>26</b>	<b>182</b>

Fonte: INE, 1991

## Distribuição distrital das empresas de capital ou participação estrangeira

DISTRITOS	Número	
	Empresas	%
Aveiro	10	6,6
Braga	6	4,0
Coimbra	2	1,3
Guarda	2	1,3
Leiria	5	3,3
Lisboa	85	56,3
Portalegre	2	1,3
Porto	17	11,3
Santarém	3	2,0
Setúbal	16	10,6
V. Castelo	1	0,7
Viseu	2	1,3
Total	151	100,0

Fonte: IFQUATRO, 1991



Distribuição sectorial das empresas de capital ou participação estrangeira, por distritos

CAE	31	32	33	34	35	36	37	38	39	Total															
Distrito	311	321	322	324	331	332	341	342	351	352	354	355	356	361	362	369	371	372	381	382	383	384	385	390	
Aveiro	-	-	-	2	-	1	-	1	-	-	1	-	-	1	1	-	-	-	1	-	-	2	-	-	10
Braga	-	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	6
Coimbra	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Guarda	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2
Leiria	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	5
Lisboa	12	2	-	3	1	1	3	4	7	18	3	-	1	1	2	-	-	1	1	2	15	6	2	-	85
Portalegre	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2
Porto	1	4	1	3	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	1	1	-	3	1	-	17
Santarém	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	3
Setúbal	1	-	1	-	2	-	-	-	1	4	1	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2	-	1	16
V.Castelo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Viseu	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2
Total	17	6	4	8	2	3	1	7	4	10	23	4	2	3	3	3	1	1	3	4	2	23	12	3	2 151

## Origem do capital ou participação estrangeira, por distrito

Nacionalidade	França	Espanha	Reino Unido	Alemanha	Dinamarca	Holanda	Bélgica	Itál.	CEE	Finl.	Suécia	Suíça	EFTA	EUA	Japão	Outras	Origem Total
Aveiro	3	1	2	2	1	-	-	-	9	-	-	-	-	-	-	-	10
Braga	-	-	-	2	-	2	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	6
Coimbra	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	1	-	1	-	-	-	2
Guarda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Leiria	-	1	1	1	-	-	-	-	3	-	1	-	1	-	-	-	5
Lisboa	9	8	5	10	-	6	2	2	42	3	5	8	16	15	2	2	85
Portalegre	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	2
Porto	2	2	3	2	-	1	-	-	10	1	-	-	1	2	1	1	17
Santarém	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	3
Setúbal	1	1	-	1	-	-	1	2	6	-	1	1	2	7	-	-	16
V.Castelo	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Viseu	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	2
Total	17	13	12	19	1	9	4	4	79	4	8	9	21	26	3	3	151

Fonte: IFQUATRO, 1991

## ANEXO I. 2.

### Variáveis Dependentes

ECPEINE — Número de empresas de capital ou participação estrangeira igual ou superior a 20%, por região e sector da indústria transformadora entre 1981 e 1988.

Fonte: INE, 1991.

ECPEIF — Número de empresas de capital ou participação estrangeira igual ou superior a 20%, por região e sector da indústria transformadora em 1990.

Fonte: IFQUATRO, 1991.

### Variáveis Independentes

DP — Densidade Populacional por distrito em 1989 (Número de habitantes por Km<sup>2</sup>)

Fonte: Selgec (1991)

ACESSO — Acessibilidade [Montante do investimento em infra-estruturas apoiado pelo FEDER entre 1986 e 1989, por região/Área (Km<sup>2</sup>) da respectiva região]

Fonte: Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional (1990)

PIBR — Produto Interno Bruto Regional "per capita" em 1990 (PIB por região em 1990/Número de habitantes por região em 1989)

Fonte: SELGEC (1991)

- ILR — Intervenção Local e Regional [Despesas de Investimento (Aquisição de terrenos, construção de habitação e outros edifícios, viadutos, arruamentos, viação rural, etc.) por região em 1988/Área da respectiva região]  
Fonte: Direcção-Geral da Administração Autárquica, 1991, pp:131-133.
- EU — Equipamentos de Apoio à Actividade Económica (número de telefones em 1987, por residente)  
Fonte: CTT/TELECOM, publicado em SELGEC (1991)
- ES — Equipamentos Sociais (número de médicos inscritos na Ordem dos Médicos em 1991, por residente)  
Fonte: Ordem dos Médicos, publicado em SELGEC (1991)
- DER — Dinamismo Económico Regional (produção industrial "per capita" em 1988)  
Fonte: INE, 1991 a)
- PRTIT — Produtividade Regional do Trabalho na Indústria Transformadora em 1988 (Valor Bruto da Produção na Indústria Transformadora/Número de pessoas ao serviço na mesma indústria) em contos/trabalhador)  
Fonte: Exame, 1989, pp: 42-45.
- DQMO — Disponibilidade e Qualificação da Mão de Obra (percentagem da população activa empregada no sector secundário e terciário em 1988)  
Fonte: Idem, pp: 42-45.

### **Equação referente à amostra do INE**

$$\text{ECPEINE} = \alpha + \beta_1 \text{DER} + \beta_2 \text{DQMO} + \beta_3 \text{PRTIT} + \beta_4 \text{ACESSO} + \beta_5 \text{DP} + \beta_6 \text{EU} + \beta_7 \text{ES} \\ + \beta_8 \text{ILR} + \beta_9 \text{PIBR} + \varepsilon$$

### **Equação referente à amostra do IFQUATRO**

$$\text{ECPEIF} = \alpha + \beta_1 \text{DER} + \beta_2 \text{DQMO} + \beta_3 \text{PRTIT} + \beta_4 \text{ACESSO} + \beta_5 \text{DP} + \beta_6 \text{EU} + \beta_7 \text{ES} \\ + \beta_8 \text{ILR} + \beta_9 \text{PIBR} + \varepsilon$$

**ANEXO I. 3.**



## ANEXO II. 1.

Orientação sectorial das empresas de capital ou participação estrangeira, por anos

CAE	31	32	33	34	35	36	37	38	39	Total															
Anos	311	321	322	323	324	331	332	341	342	352	354	355	356	361	362	369	371	372	381	382	383	384	385	390	
1981	1	-	5	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	1	2	-	3	2	2	1	-	19		
1982	-	1	4	-	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	1	3	-	1	1	19	
1983	1	1	3	-	-	1	-	-	2	-	-	-	-	-	1	-	2	2	2	2	1	2	1	20	
1984	1	-	4	-	4	2	-	-	1	-	2	-	-	-	-	-	1	1	2	-	-	-	-	19	
1985	-	2	3	1	6	-	-	-	-	-	1	1	-	-	1	-	-	1	1	-	-	-	-	20	
1986	-	-	1	2	-	7	1	-	-	1	-	-	-	1	-	1	2	4	3	1	-	-	3	28	
1987	1	1	2	11	2	3	1	1	-	3	2	-	2	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	31	
1988	5	1	2	3	1	1	-	1	1	1	1	-	-	-	-	-	2	1	2	2	1	1	-	26	
Total	9	5	11	35	4	22	5	3	1	4	9	1	1	5	1	1	3	4	3	12	14	14	5	4	182

Fonte: INE, 1991

Distribuição sectorial das empresas de capital ou participação estrangeira, por nacionalidade

CAE	31	32	33	34	35	36	37	38	39	Total															
Nacional.	311	321	331	341	351	361	371	381	382	383	384	385	390												
França	-	-	-	1	2	-	1	-	1	3	5	-	17												
Espanha	-	1	-	-	-	3	-	1	-	2	-	-	13												
Reino Unido	1	1	-	2	1	-	-	1	1	1	-	-	12												
Alemanha	1	-	1	-	3	2	-	-	1	7	-	1	19												
Dinamarca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1												
Holanda	2	1	2	-	-	1	-	-	-	1	-	-	9												
Bélgica	1	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	4												
Itália	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	5												
Finlândia	-	1	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	4												
Suécia	-	-	2	1	-	-	-	1	-	2	1	-	7												
Suiça	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9												
EUA	3	1	-	1	2	5	2	1	-	2	3	2	26												
Japão	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2	-	3												
Out. Nac.	-	1	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	3												
Orig.Desc.	4	1	2	1	2	-	1	-	1	2	1	-	19												
Total	17	6	4	8	2	3	1	7	4	10	23	4	2	3	3	1	1	3	4	2	23	12	3	2	151

**ANEXO II. 2.**

### Variáveis dependentes

ECPEINE<sub>i</sub> — Número de empresas de capital ou participação estrangeira igual ou superior a 20%, em cada um dos sectores da indústria transformadora ( $i=1,2, 3,4,5,6,7,8$ ) entre 1981 e 1988 (inclusivé), nas 18 regiões, excepto nos casos dos sectores 32 e 38, que foram tomados isoladamente.

Fontes: INE, 1991.

ECPEIFI — Número de empresas de capital ou participação estrangeira igual ou superior a 20%, em cada um dos sectores da indústria transformadora ( $i=1,2, 3,4,5,6,7,8$ ) em 1990, nas 18 regiões, excepto nos casos dos sectores 35 e 38, que foram tomados isoladamente.

Fonte: IFQUATRO, 1991.

### Variáveis independentes

CT — Conteúdo Tecnológico [Despesas (milhares de contos) em Investigação e Desenvolvimento por sector da indústria transformadora e região em 1988]

Fontes: Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica/SEFOR, 1991 e 1991 a)

PT — Produtividade do Trabalho [Número de pessoas ao serviço por sector da indústria transformadora e região/Valor Acrescentado Bruto (Milhares de contos) por sector da indústria transformadora e região em 1988]

Fonte: INE, 1991 a)

- RCT — "Ratio" Capital/Trabalho [Formação Bruta de Capital Fixo (contos)/  
Número de pessoas ao serviço por sector da indústria  
transformadora e região em 1988]  
Fonte: INE, 1991 a)
- PM — Propensão Multinacional do sector:
- PM1 — Número de empresas de capital ou participação estrangeira igual  
ou superior a 20% registadas nas estatísticas do INE em cada  
sector da indústria transformadora e região entre 1981 e 1988  
(inclusivé)/Número total de estabelecimentos industriais em cada  
sector e região em 1988, a multiplicar por 100.  
Fontes: INE, 1991  
INE, 1991 a)
- PM2 — Número de empresas de capital ou participação estrangeira igual  
ou superior a 20% registadas nas estatísticas do IFQUATRO em  
cada sector da indústria transformadora e região em 1990/Número  
Total de estabelecimentos industriais em cada sector e região em  
1988, a multiplicar por 100.  
Fontes: IFQUATRO, 1991  
INE, 1991 a)
- GR — Greves [Número de dias de trabalho perdidos (milhares) por sector  
da indústria transformadora em 1990/Número de dias de trabalho  
perdidos (milhares) por região em 1990.  
Fonte: Ministério do Emprego e da Segurança Social, 1991

- SIT — Salários "per capita" na Indústria Transformadora por região em 1988 (Remunerações pagas na indústria transformadora por região/número de pessoas ao serviço na indústria transformadora por região)  
Fonte: INE, 1991 a)
- RNR — Recursos Naturais Regionais (percentagem de Imposto Mineiro devido por cada região em 1981)  
Fonte: SANTOS, M., 1984
- DM — Dimensão do mercado [Impostos directos (Contribuição predial, imposto sobre veículos, mais valias, sisa, derramas, IRS, IRC e outros) por região em 1989/Número de habitantes por região em 1989]  
Fonte: Direcção-Geral da Administração Autárquica, 1991

## Equações referentes à amostra do INE

*Indústria transformadora:*

$$ECCEINE = \alpha + \beta_1CT + \beta_2PT + \beta_3RCT + \beta_4PM_1 + \beta_5GR + \varepsilon$$

*Indústrias têxteis, do vestuário e do couro*

$$ECCEINE_1 = \alpha + \beta_1CT + \beta_2PT + \beta_3RCT + \beta_4PM_1 + \beta_5GR + \varepsilon$$

$$ECCEINE_2 = \alpha + \beta_1CT + \beta_2PT + \beta_3RCT + \beta_4PM_1 + \beta_5GR + \beta_6RNR + \varepsilon$$

$$ECCEINE_3 = \alpha + \beta_1CT + \beta_2PT + \beta_3RCT + \beta_4PM_1 + \beta_5GR + \beta_6DM + \varepsilon$$

$$ECCEINE_4 = \alpha + \beta_1CT + \beta_2PT + \beta_3RCT + \beta_4PM_1 + \beta_5GR + \beta_6SIT + \varepsilon$$

*Indústrias da fabricação de produtos metálicos e de máquinas, equipamento e material de transporte*

$$ECCEINE_1 = \alpha + \beta_1CT + \beta_2PT + \beta_3RCT + \beta_4PM_1 + \beta_5GR + \varepsilon$$

$$ECCEINE_2 = \alpha + \beta_1CT + \beta_2PT + \beta_3RCT + \beta_4PM_1 + \beta_5GR + \beta_6RNR + \varepsilon$$

$$ECCEINE_3 = \alpha + \beta_1CT + \beta_2PT + \beta_3RCT + \beta_4PM_1 + \beta_5GR + \beta_6DM + \varepsilon$$

$$ECCEINE_4 = \alpha + \beta_1CT + \beta_2PT + \beta_3RCT + \beta_4PM_1 + \beta_5GR + \beta_6SIT + \varepsilon$$

## Equações referentes à amostra do IFQUATRO

*Indústria transformadora:*

$$ECCEIF = \alpha + \beta_1CT + \beta_2PT + \beta_3RCT + \beta_4PM_1 + \beta_5GR + \varepsilon$$

*Indústrias químicas dos derivados do petróleo e do carvão e dos produtos de borracha*

$$ECCEIF_1 = \alpha + \beta_1CT + \beta_2PT + \beta_3RCT + \beta_4PM_2 + \beta_5GR + \varepsilon$$

$$ECCEIF_2 = \alpha + \beta_1CT + \beta_2PT + \beta_3RCT + \beta_4PM_2 + \beta_5GR + \beta_6RNR + \varepsilon$$

$$ECCEIF_3 = \alpha + \beta_1CT + \beta_2PT + \beta_3RCT + \beta_4PM_2 + \beta_5GR + \beta_6DM + \varepsilon$$

$$ECCEIF_4 = \alpha + \beta_1CT + \beta_2PT + \beta_3RCT + \beta_4PM_2 + \beta_5GR + \beta_6SIT + \varepsilon$$

*Indústrias da fabricação de produtos metálicos e de máquinas, equipamento e material de transporte*

$$ECCEIF_1 = \alpha + \beta_1CT + \beta_2PT + \beta_3RCT + \beta_4PM_2 + \beta_5GR + \varepsilon$$

$$ECCEIF_2 = \alpha + \beta_1CT + \beta_2PT + \beta_3RCT + \beta_4PM_2 + \beta_5GR + \beta_6RNR + \varepsilon$$

$$ECCEIF_3 = \alpha + \beta_1CT + \beta_2PT + \beta_3RCT + \beta_4PM_2 + \beta_5GR + \beta_6DM + \varepsilon$$

$$ECCEIF_4 = \alpha + \beta_1CT + \beta_2PT + \beta_3RCT + \beta_4PM_2 + \beta_5GR + \beta_6SIT + \varepsilon$$

## ANEXO II. 3.







Matriz de Correlações para as indústrias de fabricação de produtos metálicos e de máquinas, equipamento e material de transporte

	ECCEINE	CT	PT	RCT	PM1	GR	RNR	DM	SIT	ECCEIF	PM2
ECCEINE	1	0,83	-0,13	-0,11	0,52	-0,28	0,21	0,92	0,39	0,93	0,08
CT		1	-0,13	-0,03	0,27	-0,24	-0,07	0,68	0,26	0,65	0,02
PT			1	-0,09	0,09	0,004	-0,44	-0,04	-0,27	-0,21	-0,32
RCT				1	-0,14	-0,04	-0,35	-0,14	-0,004	-0,10	0,25
PM1					1	-0,31	-0,35	-0,46	0,28	0,36	-0,14
GR						1	-0,63	-0,34	-0,53	-0,20	0,26
RNR							1	-0,33	-0,42	-0,20	0,05
DM								1	0,46	0,93	0,09
SIT									1	0,49	0,13
ECCEIF										1	0,21
PM2											1

**ANEXO III. 1.**

## Variáveis

**NEDSINEij** — Número de empresas com capital ou participação estrangeira igual ou superior a 20%, observadas em cada um dos sectores da indústria transformadora, com exclusão do sector 3.9. "outras indústrias transformadoras" ( $i=1,2,3,4,5,6,7,8$ ) de acordo com a sua distribuição regional ( $j=1,2,\dots,18$ ), segundo a amostra do INE.

Fonte: INE, 1991.

**NEDSIF4ij** — Número de empresas de capital ou participação estrangeira igual ou superior a 20% em cada um dos sectores da indústria transformadora, com exclusão do sector 3.9. "outras indústrias transformadoras" ( $i=1,2,3,4, 5,6,7,8$ ) de acordo com a sua distribuição regional ( $j=1,2,\dots,18$ ), segundo a amostra do IFQUATRO.

Fonte: IFQUATRO, 1991.

**NPS1ij** — Número médio de pessoas ao serviço nas empresas com capital ou participação estrangeira superior a 20% em cada sector ( $i=1,2,\dots,8$ ) e região ( $j=1,2,\dots,18$ ) [Número de pessoas ao serviço nas empresas registadas no sector e região/Número total de empresas situadas no mesmo sector e região].

Como os valores se apresentassem sob a forma de escalões (compreendidos entre 1 = desconhecido e 12 = mais de 1000 pessoas ao serviço) houve necessidade de os converter em valores absolutos. Estes valores foram obtidos considerando os limites superiores dos respectivos escalões. As excepções a esta

regra foram o primeiro escalão que representava o desconhecimento do número de pessoas ao serviço na empresa e o último escalão. No primeiro caso apareceram 9 empresas, atribuindo-se o valor 1 e não o valor 0 para diferenciar das situações em que a ausência de empresas obrigava à atribuição do valor 0. No caso do último escalão apareceram somente 3 empresas, atribuindo-se o valor de 1000 já que qualquer valor acima deste número se afigurava de difícil fundamentação. Em quaisquer dos casos as possíveis diferenças entre os valores calculados e os reais foram certamente atenuados pelo facto de se trabalhar depois com valores médios.

Fonte: INE, 1991.

NPS2ij — Número médio de pessoas ao serviço nas empresas com capital ou participação estrangeira superior a 20% em cada sector ( $i=1,2,\dots,8$ ) e região ( $j=1,2,\dots,18$ ) [Número de pessoas ao serviço nas empresas registadas no sector e região/Número total de empresas no mesmo sector e região].

Nos casos em que não havia registos sobre o número de pessoas ao serviço na empresa, atribuiu-se o valor 1 para distinguir das situações em que não existia qualquer empresa. Em quaisquer dos casos as possíveis diferenças entre os valores calculados e os reais foram certamente atenuadas pelo facto de se trabalhar depois com valores médios.

Fonte: IFQUATRO, 1991.

VV1ij — Volume médio, em milhares de contos, de vendas das empresas com capital ou participação estrangeira igual ou superior a 20% em cada sector ( $i=1,2,\dots,8$ ) e região ( $j=1,2,\dots,18$ ) [Volume de

vendas, em milhares de contos, registado nas empresas do sector e região/Número total de empresas no mesmo sector e região].

Como os valores se apresentassem sob a forma de escalões (compreendidos entre 1 = desconhecido e 15 = mais de 20 milhões de contos) houve necessidade de os converter em valores absolutos. Estes valores foram obtidos considerando os limites superiores dos respectivos escalões. As excepções a esta regra foram o primeiro escalão que representava o desconhecimento do volume de vendas da empresa e o último escalão. No primeiro caso, apareceram 17 empresas, atribuindo-se o valor 1 e não o valor 0 para diferenciar das situações em que a ausência de empresas obrigava à atribuição do valor 0. No caso do último escalão o problema não se chegou a colocar dado não existir qualquer empresa. Em quaisquer dos casos as possíveis diferenças entre os valores calculados e os reais foram certamente atenuadas pelo facto de se trabalhar depois com valores médios.

Fonte: INE, 1991.

- VV2ij — Volume médio de vendas, em milhares de contos, das empresas com capital ou participação estrangeira superior a 20% em cada sector ( $i=1,2,\dots,8$ ) e região ( $j=1,2,\dots,18$ ) [Volume de vendas, em milhares de contos, registado nas empresas do sector e região/Número total de empresas no mesmo sector e região].

Fonte: IFQUATRO, 1991.

CS1ij — Montante médio, em milhares de contos, do capital social das empresas com capital ou participação estrangeira superior a 20% em cada sector ( $i=1,2,\dots,8$ ) e região ( $j=1,2,\dots,18$ ) [Montante de capital social, em milhares de contos, registado nas empresas do sector e região/Número total de empresas no mesmo sector e região].

Fonte: INE, 1991.

CS2ij — Montante médio, em milhares de contos, do capital social das empresas com capital ou participação estrangeira superior a 20% em cada sector ( $i=1,2,\dots,8$ ) e região ( $j=1,2,\dots,18$ ) [Montante de capital social, em milhares de contos, registado nas empresas do sector e região/Número total de empresas no mesmo sector e região].

Nos casos em que não havia registos sobre o capital social da empresa, atribuiu-se o valor 1 para distinguir das situações em que não existia qualquer empresa. Em quaisquer dos casos as possíveis diferenças entre os valores calculados e os reais foram certamente atenuadas pelo facto de se trabalhar depois com valores médios.

Fonte: IFQUATRO, 1991.

IFT1ij — Intensidade do Factor Trabalho: esta variável é obtida a partir da divisão entre o capital social médio (CS1ij) e o número de pessoas ao serviço (NPS1ij).

Fonte: INE, 1991

- IFT2ij — Intensidade do Factor Trabalho: esta variável é obtida a partir da divisão entre o capital social médio (CS2ij) e o número de pessoas ao serviço (NPS2ij).  
Fonte: IFQUATRO, 1991
- RENTABij — Rentabilidade dos capitais próprios: rentabilidade média, em milhares de contos, das empresas com capital ou participação estrangeira igual ou superior a 20% em cada sector ( $i=1,2,\dots,8$ ) e região ( $j=1,2,\dots,18$ ) [Resultados líquidos, em milhares de contos, registados nas empresas do sector e região/Número total de empresas no mesmo sector e região] ponderados pela variável CSij.  
Nos casos em que as empresas de um sector e região apresentaram prejuizos, estes foram deduzidos aos lucros ou registados como valor negativo, consoante o saldo fosse positivo ou negativo. Por outro lado, quando não havia registos sobre o lucro da empresa, atribuíu-se o valor 1 para distinguir das situações em que não existia qualquer empresa. Em quaisquer dos casos as possíveis diferenças entre os valores calculados e os reais foram certamente atenuadas pelo facto de se trabalhar depois com valores médios.  
Fonte: IFQUATRO, 1991.
- EXP2ij — Exportações médias, em milhares de contos, das empresas com capital ou participação estrangeira igual ou superior a 20% em cada sector ( $i=1,2,\dots,8$ ) e região ( $j=1,2,\dots,18$ ) [Exportações, em milhares de contos, registadas nas empresas do sector e região/Número total de empresas no mesmo sector e região].  
Fonte: IFQUATRO, 1991.

IMP2ij — Importações médias, em milhares de contos, das empresas com capital ou participação estrangeira igual ou superior a 20% em cada sector ( $i=1,2,\dots,8$ ) e região ( $j=1,2,\dots,18$ ) [Importações, em milhares de contos, registadas nas empresas do sector e região/Número total de empresas no mesmo sector e região].

Fonte: IFQUATRO, 1991.

PROPEXP — Propensão Exportadora: esta variável é obtida a partir da ponderação da diferença entre as variáveis EXP2ij e IMP2ij com a variável VV2ij.

Fonte: IFQUATRO, 1991

**ANEXO III. 2.**

Características das empresas de capital ou participação estrangeira,  
por escalões de pessoas ao serviço e distrito

Escalão	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	Total
<b>Distrito</b>													
Aveiro	-	3	1	1	1	2	-	5	2	3	1	1	20
Braga	1	-	1	1	2	2	2	7	3	2	-	-	21
C. Branco	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Coimbra	-	-	2	-	2	-	-	1	1	2	-	-	8
Évora	-	1	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	3
Faro	-	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	4
Guarda	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Leiria	-	-	-	1	-	1	1	3	-	1	-	-	7
Lisboa	3	5	6	9	10	6	1	4	4	3	-	1	52
Porto	4	6	4	3	4	5	3	8	3	9	2	1	52
Santarém	-	-	-	1	-	-	-	1	1	1	-	-	4
Setúbal	1	1	1	-	2	-	-	-	-	1	-	-	6
V. Castelo	-	1	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	3
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>19</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>23</b>	<b>17</b>	<b>7</b>	<b>30</b>	<b>15</b>	<b>23</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>182</b>

Fonte: INE, 1991

**Legenda:**

(número de pessoas)

01 — desconhecido; 02 — de 1 a 4; 03 — de 5 a 9; 04 — de 10 a 19; 05 — de 20 a 29; 06 — de 30 a 39; 07 — de 40 a 49; 08 — de 50 a 99; 09 — de 100 a 199; 10 — de 200 a 499; 11 — de 500 a 999; 12 — mais de 1000.

Características das empresas de capital ou participação estrangeira,  
por escalões de pessoas ao serviço e distrito

Escalão	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	Total
<b>Distrito</b>													
Aveiro	3	-	-	-	-	-	-	-	2	3	1	1	10
Braga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	3	6
Coimbra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2
Guarda	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	2
Leiria	1	-	-	-	-	-	-	-	1	2	1	-	5
Lisboa	7	-	-	2	1	-	-	6	13	29	16	11	85
Portalegre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	2
Porto	2	-	-	-	-	-	-	-	2	4	4	5	17
Santarém	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	3
Setúbal	1	-	-	-	-	-	-	4	2	4	4	1	16
V.Castelo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Viseu	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11</b>	<b>21</b>	<b>49</b>	<b>30</b>	<b>22</b>	<b>151</b>

Fonte: IFQUATRO, 1991

**Legenda:**

(número de pessoas)

01 — desconhecido; 02 — de 1 a 4; 03 — de 5 a 9; 04 — de 10 a 19; 05 — de 20 a 29; 06 — de 30 a 39; 07 — de 40 a 49; 08 — de 50 a 99; 09 — de 100 a 199; 10 — de 200 a 499; 11 — de 500 a 999; 12 — mais de 1000.

Características das empresas de capital ou participação estrangeira,  
por escalões de volume de vendas e distrito

Escalão	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	Total
Distrito																
Aveiro	-	4	1	1	1	-	-	1	4	4	2	1	1	-	-	20
Braga	3	2	1	1	3	3	1	2	3	1	1	-	-	-	-	21
C.Branco	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Coimbra	-	-	1	2	-	-	-	2	-	1	1	1	-	-	-	8
Évora	1	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Faro	2	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Guarda	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Leiria	1	-	1	1	1	1	-	1	-	-	-	1	-	-	-	7
Lisboa	6	3	5	-	1	2	5	5	8	9	3	2	2	1	-	52
Porto	2	11	1	5	2	2	2	7	7	5	7	-	1	-	-	52
Santarém	-	-	1	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	4
Setúbal	1	1	-	-	1	-	1	-	-	-	1	1	-	-	-	6
V.Castelo	-	1	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	3
Total	17	23	12	12	9	8	10	19	23	22	16	6	4	1	-	182

Fonte: INE, 1991

**Legenda:**

(Valores em contos)

01 — desconhecido; 02 — de 1 a 25000; 03 — de 25001 a 50000; 04 — de 5001 a 75000; 05 — de 75001 a 100000; 06 — de 100001 a 125000; 07 — de 125001 a 150000; 08 — de 150001 a 250000; 09 — 250001 a 500000; 10 — de 500001 a 1000000; 11 — de 1000001 a 2500000; 12 — de 2500001 a 5000000; 13 — de 5000001 a 10000000; 14 — de 10000001 a 15000000; 15 — mais de 15000000

Características das empresas de capital ou participação estrangeira,  
por escalões de volume de vendas e distrito

Escalão	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	Total
<b>Distrito</b>															
Aveiro	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	3	1	3	1	10
Braga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	1	1	6
Coimbra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2
Guarda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	2
Leiria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	3	-	-	5
Lisboa	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	20	16	19	28	85
Portalegre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
Porto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	5	4	5	17
Santarém	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	3
Setúbal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	5	2	3	3	16
V.Castelo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Viseu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	1
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>36</b>	<b>34</b>	<b>32</b>	<b>41</b>	<b>151</b>

Fonte: IFQUATRO, 1991

**Legenda:**

(Valores em contos)

01 — desconhecido; 02 — de 1 a 25000; 03 — de 25001 a 50000; 04 — de 5001 a 75000; 05 — de 75001 a 100000; 06 — de 100001 a 125000; 07 — de 125001 a 150000; 08 — de 150001 a 250000; 09 — 250001 a 500000; 10 — de 500001 a 1000000; 11 — de 1000001 a 2500000; 12 — de 2500001 a 5000000; 13 — de 5000001 a 10000000; 14 — mais de 10000000

Matrizes de Correlações para as características das empresas

	NEDSIF	IFT2	NPS2	VV2	RENTAB	PROPEXP
NEDSIF	1	0,32	0,35	0,54	0,003	0,25
IFT2		1	0,35	0,71	-0,02	0,66
NPS2			1	0,68	0,02	0,53
VV2				1	0,002	0,79
RENTAB					1	0,54
PROPEXP						1

	NEDSINE	NPS1	IFT1	VV1
NEDSINE	1	0,28	0,05	0,26
NPS1		1	0,11	0,70
IFT1			1	0,15
VV1				1